

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANNE CAROLINE MARCIQUEVIK ALVES

TUDO É VÁLIDO NO AMOR E NA GUERRA (FISCAL INTERNACIONAL)?
UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍTICA FISCAL DE ECONOMIAS CENTRAIS AFETA
O DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES PERIFÉRICOS – UMA ANÁLISE AMERICANA

CURITIBA

2018

ANNE CAROLINE MARCIQUEVIK ALVES

TUDO É VÁLIDO NO AMOR E NA GUERRA (FISCAL INTERNACIONAL)?
UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍTICA FISCAL DE ECONOMIAS CENTRAIS AFETA
O DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES PERIFÉRICOS – UMA ANÁLISE AMERICANA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Wladimir da Fonseca

CURITIBA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A)
AUTOR(A)

Alves, Anne Caroline Marciquevik

Tudo é válido no amor e na guerra (fiscal internacional)? uma análise de
como a política fiscal de economias centrais afeta o desenvolvimento de
países periféricos : uma análise americana / Anne Caroline Marciquevik
Alves. – 2018.

118 p.

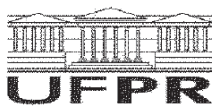
Orientador: José Wladimir Freitas da Fonseca.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Política tributária - América Latina. 2. Desenvolvimento econômico. I.
Fonseca, José Wladimir Freitas da, 1963- II. Universidade Federal do
Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 336.8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

TERMO DE APROVAÇÃO

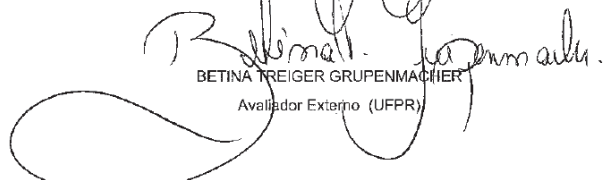
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANNE CAROLINE MARCIQUEVIK ALVES** intitulada: **TUDO É VÁLIDO NO AMOR E NA GUERRA (FISCAL INTERNACIONAL)? UMA ANÁLISE DE COMO A POLÍTICA FISCAL DE ECONOMIAS CENTRAIS AFETA O DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES PERIFÉRICOS - UMA ANÁLISE AMERICANA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Março de 2018.


JOSÉ WLADIMIR FREITAS DA FONSECA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA
Avaliador Interno (UFPR)


BETINA TREIGER GRUPENMACHER
Avaliador Externo (UFPR)

*Afinal, como bem disse Garcia Marquez:
"Dou valor às coisas, não por aquilo que
valem, mas por aquilo que significam".*

*À minha mãe, Rosangela, pela paciência e
dedicação sem limites para os propósitos que
movem a minha vida, independente de sua
própria compreensão. Meu amor eterno.*

*Afinal, os melhores do mundo são os meus, à
família que a vida me deu: Claudia, Ítala,
Diogo e Antoine, por serem para mim o porto
seguro sempre que a dúvida e a insegurança
apareceram. E ao Henrique, por ter construído
comigo este sonho.*

À UFPR, sempre!

AGRADECIMENTOS

I can no other answer make, but, thanks and thanks.
W. Shakespeare.

À Deus pela vida.

Indiscutivelmente, nada mais posso fazer senão agradecer à UFPR, minha *alma mater* no seu sentido mais amplo, minha casa, por todas as oportunidades que ao longo dos últimos 15 anos vem reincidentemente me oferecendo.

Ao Prof. Wladimir da Fonseca, por todo o apoio, toda a confiança em meu desenvolvimento acadêmico e por ser, para mim, um exemplo não só de professor, mas de mestre. A quem rememorei quanto li um dos textos da filosofia budista que diz: "O Mestre na arte da vida faz pouca distinção entre o seu trabalho e o seu lazer, entre a sua mente e o seu corpo, entre a sua educação e a sua recreação, entre o seu amor e a sua religião. Ele dificilmente sabe distinguir um corpo do outro. Ele simplesmente persegue sua visão de excelência em tudo que faz, deixando para os outros a decisão de saber se está trabalhando ou se divertindo. Ele acha que está sempre fazendo as duas coisas simultaneamente." Para mim, este é o professor Wladimir, inspiração na graduação, na extensão e no Mestrado. Gratidão não resume.

Ao HK, minha casa nos últimos dois anos e meio, pessoalmente ao Tarcísio e ao Fábio, por serem inspiração para buscar superar meus próprios limites e desafios profissionais.

RESUMO

Analisar a dependência econômica e consequentemente social dos países em desenvolvimento traz consigo a análise da evolução da relevância das políticas fiscais, dos níveis de dependência ante ao financiamento cruzado das trocas comerciais bem como do impacto da implementação de políticas cíclicas e anti-cíclicas no modelo apresentado. Desta forma, comparar a realidade de três países latino americanos, quais sejam, México, Brasil, Colômbia e Chile, com estruturas fiscais e mercados díspares, como exemplos para a demonstração efetiva dos efeitos das alterações de política do país central, aqui concebido como os Estados Unidos, dado a sua posição de domínio econômico e cultural no continente, determina as limitações próprias de desenvolvimento por interesses alheios vividos por estes países.

Palavras-chave: Política Fiscal Internacional, Desenvolvimento Econômico, América Latina, Brasil, México, Chile, Colômbia.

ABSTRACT

Verify the economic dependency and its consequente social dependency of the in-development countries based on the relevance and the impacts of the fiscal policies into the macroeconomic scenario. In this analysis, the impacts of not only the cyclical and anti-cyclical measures to adapt the market, and the commercial relations in between the countries requires the verification of the impacts of the changes into t he tax regulations into the Market. This analysis is centralized into three latin american countries with diferent aspects of dependency of the United States, here indicated as the central economy, which are Mexico, Brazil, Colombia and Chile, with their own tax structures and the proper practical effects on the changes of the tax policy into the development economics of those countries.

Keywords: International Fiscal Policy, Economic Development, Latin America, Brazil, Mexico, Chile and Colombia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DA CRIAÇÃO DO TRIBUTO (1920) À CRISE DE 1929-1930	41
FIGURA 2 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DA CRISE DE 1929 A 1940.....	42
FIGURA 3 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DE 1939 A 1946	44
FIGURA 4 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL	68
FIGURA 5 - COMPARATIVO ENTRE O BALANÇO DO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS ECONOMIAS GLOBAIS E AS ECONOMIAS LATINO AMERICANAS.....	69
FIGURA 6 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	70
FIGURA 7 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES.....	71
FIGURA 8 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DA COLOMBIA EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL	71
FIGURA 9 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA COLOMBIANA.....	73
FIGURA 10 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA COLOMBIA EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES.....	74
FIGURA 11 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CHILE EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL	75
FIGURA 12 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA CHILENA.....	76
FIGURA 13 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO CHILE EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES.....	77
FIGURA 14 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MEXICO EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL	78
FIGURA 15 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA MEXICANA.....	79
FIGURA 16 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO MEXICO EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES.....	80
FIGURA 17 - ARRECADAÇÃO FEDERAL EVOLUÇÃO HISTÓRICA – DADOS DO FED	87
FIGURA 18 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1960-1970	88
FIGURA 19 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1971-1985	89

FIGURA 20 -VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1986-1995	92
FIGURA 21 -VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1996-2007	93
FIGURA 22 -DEPENDÊNCIA ECONOMICA DO BRASIL QUANTO A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO	96
FIGURA 23 -TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL	97
FIGURA 24 -COMPARATIVO ENTRE O PIB BRASILEIRO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA	98
FIGURA 25 -DEPENDÊNCIA ECONOMICA DA COLÔMBIA A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO	99
FIGURA 26 -TAXA DE CRESCIMENTO DA COLÔMBIA.....	100
FIGURA 27 -COMPARATIVO ENTRE O PIB COLOMBIANO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA	101
FIGURA 28 -DEPENDÊNCIA ECONOMICA DO CHILE A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO	102
FIGURA 29 -TAXA DE CRESCIMENTO DO CHILE.....	103
FIGURA 30 -COMPARATIVO ENTRE O PIB CHILENO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA.....	104
FIGURA 31 -DEPENDÊNCIA ECONOMICA DO MÉXICO A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO	105
FIGURA 32 -TAXA DE CRESCIMENTO DO MÉXICO	106
FIGURA 33 -COMPARATIVO ENTRE O PIB MEXICANO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1..... COMPETIÇÃO FISCAL INTERNACIONAL. ESTAMOS EM UMA GUERRA FISCAL INTERNACIONAL?.....	18
1.1 CONCEITO DE POLÍTICA FISCAL – CONTAS TODOS TEMOS, INCLUSIVE O AGENTE PÚBLICO, ENTÃO, NOTAS SOBRE A TEORIA DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA QUE NÃO SOBREM DÉBITOS NO "FIM DO MÊS"	18
1.2 TEORIA CLÁSSICA E POLÍTICA FISCAL, VISÕES CONFLITANTES SOBRE UM MESMO RESULTADO: KEYNES V. HAYEK & FRIEDMAN.....	25
1.3 POLÍTICA FISCAL E O EQUILÍBRIO DA NOVA MACROECONOMIA ABERTA. MÉTRICAS DO D. ESLOCAMENTO DA DEMANDA E DO CUSTO FISCAL NA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL	30
1.4 ESTADO LIBERAL V. ESTADO INTERVENTOR = ESTADO ARRECADADOR	34
1.5 O QUE SE PASSOU NA POLÍTICA FISCAL NORTE-AMERICANA NO ÚLTIMO SÉCULO.....	38
2 COMPETIÇÃO FISCAL INTERNACIONAL	51
2.1 O QUE É INTEGRAÇÃO ECONÔMICA? NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS DE GLOBALIZAÇÃO RECENTE.	51
2.2 O QUE DEFINE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO? O IMPACTO DO MODELO DO GRANDE HERÓI AMERICANO E A COMPARAÇÃO DO EFEITO DO DESENVOLVIMENTO	58
2.3 O CAMINHO LATINO AMERICANO	62
2.3.1 A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE DEPENDÊNCIA.....	62
2.3.2 Brasil.....	65
2.3.3 Colômbia... ..	71
2.3.4 Chile.....	75
2.3.5 México.	78

3	COORDENAÇÃO E COMPETIÇÃO FISCAL.....	82
3.1	ANÁLISE DE DADOS	82
3.2	QUAL O IMPACTO DAS POLÍTICAS CÍCLICAS E ANTICÍCLICAS? .	84
3.3	A MÉTRICA DOS DADOS ANALISADOS	86
3.3.1	A arrecadação fiscal norte-americana.....	86
3.4	O IMPACTO NA AMÉRICA LATINA	94
3.4.1	O modelo brasileiro.....	95
3.4.2	O modelo colombiano.....	98
3.4.3	O modelo chileno.....	101
3.4.4	O modelo mexicano.....	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO EQUALIZAR E DESENVOLVER?	108
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE	114

INTRODUÇÃO

Já disse Mario Vargas Llosa que é fácil saber o que você quer dizer, mas não o externalizar. Incluir na análise científica uma verificação própria do passado recente e reviver, dentre as teorias atualmente em voga, um posicionamento quanto aos efeitos das políticas fiscais de países centrais em seus vizinhos, via de regra, menos abastados, demonstra a busca de comprovação dos efeitos de inter-relação comercial e política de forma globais.

Vive-se num mundo interconectado. Hoje, mais do que nunca, com as benesses da internet, do comércio eletrônico e das facilidades de logística internacional podemos verificar de forma mais sensível o desenvolvimento dos modelos próprios e da interculturalidade de forma mais premente. Hoje, busca-se a celebração de padrões, de indicações próprias e de inclusão dos valores sociais e culturais de forma mais premente.

Isto significa, propriamente, que os padrões econômicos estabelecidos e desenvolvidos pelas economias centrais acabam por apresentar-se como elemento de celebração e de condicionantes para a padronização dos conceitos de desenvolvimento a serem adotados. Busca-se, de forma indireta e premente, indicar que a satisfação das condições fiscais dos países centrais, os seus incentivos e contrações, o incremento próprio na sua arrecadação, influenciam, de forma direta ou indireta, o crescimento dos países periféricos analisados. Estamos, portanto, neste momento histórico vivenciado como o Século XXI, e em consequência a um fenômeno já iniciado no século passado, numa era de interconexão e interdependência que, tende a condenar os países em desenvolvimento a uma condição evidente de dependência eterna.

A análise aqui apresentada restringe-se a situações quase opostas dentro da América Latina, realidade mais próxima e estritamente comparável a situação fiscal e de dependência ainda vivida pelo Brasil. Procura-se analisar a dependência de países como o México, a Colômbia, o Chile e o Brasil considerando os seus elementos de disparidade e proximidade para o aperfeiçoamento das medidas de contração ou expansão como forma de garantir uma independência efetiva de suas economias de forma mais ampla e global, ou o crescimento sustentado de suas pautas econômicas .

Nestes termos, procura-se, de fato, analisar como a aplicação de políticas cíclicas ou anticíclicas, que atendem os interesses do individual interferem no crescimento e nas possibilidades de crescimento do coletivo. O tema apresenta-se em voga, sobretudo, ante a iminência de uma grande reforma fiscal a ser implementada nos Estados Unidos da América (EUA), hoje proposta pelo governo republicado do presidente Donald Trump e que busca a redução das alíquotas corporativas médias à 20%.

O que isso significa? Muito provavelmente que produzir internamente tornar-se-á algo mais barato e financeiramente eficiente para as empresas que, ante aos fluxos de troca comerciais em esfera internacional, tem optado, para a redução de seus custos financeiros, operar de forma descentralizada e cobrindo o maior número de países possível. A redução ou a centralização da produção impacta diretamente nas condicionantes do PIB dos países relacionados, bem como na geração de emprego e renda das economias verificadas.

Por onde caminhar para apresentar as conclusões iminentes a este trabalho? Primeiramente pela definição de política fiscal e da sua relevância dentro das teorias do Nova Macroeconomia Internacional, que analisa, sobretudo, de forma individual as relações estabelecidas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Neste aspecto analisaremos de forma pontual a evolução das políticas fiscais dos países centrais no último século, o que permitirá a aplicação de notas iniciais quanto ao modelo a ser implementado na prática.

Após diretamente analisar a conceituação iminente das trocas, ou da influência das trocas e da arrecadação posta, tratar-se-á pontualmente os conceitos elementares de globalização e desenvolvimento, ideias essenciais a padronização e a construção dos conceitos que indicam a análise econômica a ser estabelecida no modelo econômico desenvolvido.

Posteriormente, indicar-se-á o desenvolvimento do modelo propriamente dito, dentro do padrão de regressão e comparativo quanto a evolução não apenas do desenvolvimento dos países da América Latina ora analisados, mas sobretudo quanto ao impacto efetivo, numericamente apurado, entre os valores apurados quanto ao comércio exterior, ao crescimento econômico efetivamente registrado pelas nações e os decorrentes impactos na arrecadação, e consequentemente no déficit dos Estados Unidos.

Retoma-se, com isso, a preocupação inicial, qual seja, sabemos muito do que se busca analisar e estruturar racionalmente, contudo, muito do desenvolvido e aqui analisado decorre justamente do fortalecimento das políticas de integração, quase passional, entre o direito tributário e a economia, e aqui, como bem cita Albert Camus, muitas vezes, "talvez devamos amar o que não conseguimos compreender".

Assim, este trabalho tem, como objetivo principal a ser desenvolvido dentro do modelo analisado, a compreensão do quanto a alteração das políticas fiscais quer sejam cíclicas quer sejam anticíclicas, adotadas por países desenvolvidos, no caso analisado as políticas fiscais norte-americanas, impactam ou não o crescimento econômico de países em desenvolvimento.

Busca-se, efetivamente, apresentar a correlação entre os possíveis impactos que políticas fiscais expansionistas no mercado interno, que buscam o atendimento das necessidades mais prementes do Estado, ainda que desenvolvido, impactam diretamente no crescimento, desenvolvimento e incremento das atividades econômicas dos países periféricos, aqui desde logo considerados os países atualmente classificados como em desenvolvimento¹ dado a intensidade de suas relações comerciais.

Os dados ora analisados são decorrentes de pesquisas junto às bases de dados de organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, bem como da própria Organização Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que vem sistematizando os dados econômicos de países centrais e em desenvolvimento ao longo dos anos.

Para o bom desenvolvimento desta estrutura, o texto em análise passa pela conceituação de desenvolvimento econômico dentro dos padrões internacionais e, desde logo, assume que a métrica do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) destas nações não necessariamente apresenta-se como a melhor métrica ou como o modelo mais eficiente de inclusão social e redução de desigualdades. De toda forma,

¹ A despeito da alteração de perspectiva implementada recentemente pelo Banco Mundial ainda em 2017, quando abandona a classificação de países em desenvolvimento e desenvolvidos, verifica-se a manutenção do conceito pautado em índices globais de desenvolvimento e na separação entre países que fazem parte do International Developed Association (IDA) e que estão vedados a buscar financiamento junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e aqueles que estão habilitados. É nesta perspectiva que a indicação de periferia, ou países periféricos e em desenvolvimento se apresenta neste trabalho.

podemos assumir o PIB como indicador de crescimento das condições econômicas e financeiras elementares dos Estados analisados.

Leva-se também em consideração o nível de integração entre as mencionadas economias, pautadas nos relatórios de balança comercial apurados entre os países em desenvolvimento e os EUA, ora objeto de análise. Também em conta é estudado o modelo de política fiscal desenvolvido pela economia norte americana e sobretudo, a sua evolução história no último século.

Da análise a ser aqui apresentada, cumpre, previamente destacar os pontos ainda a serem analisados durante o desenvolvimento deste trabalho. Pontos e conceitos que fazem parte da problematização e da análise específica do modelo a ser desenvolvido ainda não foram propriamente aprofundados, mas apenas tiveram a sua análise inicial apresentada.

Cabe mencionar, neste aspecto, a relevância ainda a ser melhor apontada dos trabalhos desenvolvidos por Vito Tanzi enquanto consultor durante o seu trabalho junto ao Fundo Monetário Internacional. Mais do que simplesmente nomear o efeito Tanzi dentro da determinação e do impacto de eficiência das políticas fiscais em economias inflacionárias. Cabe destacar que o principal mal que assolou os países periféricos, e aqui inclui-se a América Latina, levou em consideração o aspecto inflacionário a ser estabelecido dentro do modelo. É sobretudo uma forma de indicação dos níveis de dependência econômica que ainda, a despeito de não se apresentarem mais dentro do modelo específico de colonização, ainda demonstram a conexão econômica e a dependência com níveis outros de desenvolvimento que não aqueles originariamente indicados no desenvolvimento do modelo a ser apresentado.

Ainda pendentes de definição específica encontram-se conceitos como *Globalização*, que em muito vem sendo influenciado pelas propostas do sociólogo Zigmunt Baumann, mas que sobretudo apresenta influências significantes na pesquisa desenvolvida por Joseph Stiglitz que apresentam modelos específicos voltados ao desenvolvimento de determinadas funções próprias do crescimento econômico. Pendente também de desenvolvimento específico encontra-se o conceito de integração regional e de desenvolvimento econômico, que vem sendo analisado e construído de forma independente com base na literatura atualmente posta.

Quanto ao modelo propriamente dito, a despeito das bases de dados encontrarem-se disponíveis junto aos referenciais do Banco Mundial e do Fundo

Monetário, é importante termos em consideração que as variáveis a serem aqui analisadas tem perspectivas, a despeito de limitadas, tendentes a serem reflexivas dos conceitos macroeconômicos envolvidos. Como medida essencial de desenvolvimento, leva-se em consideração o possível incremento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento analisados. A despeito das limitações próprias quanto a aplicabilidade e a efetividade das variações de PIB como elemento próprio do crescimento econômico, cabe-nos destacar que a distribuição efetiva de renda ou a melhoria das condições sociais envolvidas se apresentam como elemento único e independente do modelo a ser desenvolvido. A eficiência das medidas de crescimento ou as consequências imediatas relacionadas a aumento de desemprego e queda das condições de vida da população não se apresentam como elementos de análise pontual neste trabalho.

As condições de dependência ou inter-relação são analisadas como uma consequência das medidas de integração comercial relacionadas entre os países analisados, sendo os índices de comércio internacional (quantidade e relevância dos fluxos financeiros mencionados) elementos próprios a serem analisados no desenvolvimento do modelo de forma independente. Ainda dentro do mesmo aspecto, a implementação de políticas fiscais a serem pontualmente analisadas levam em consideração o histórico de grandes transformações ou os modelos próprios de choques econômicos vivenciados, isto é, as principais métricas de aumento ou retração de arrecadação a serem analisados levam em conta as reformas fiscais substanciais, aqui compreendidas como alteração de políticas próprias, desenvolvidas pelos Estados Unidos durante, sobretudo, o século XX.

Decorrente também desta análise, cumpre ressaltar que a base de dependência para a determinação dos possíveis efeitos a serem analisados leva em conta, exclusivamente, o modelo de desenvolvimento e o trânsito internacional de mercadorias que se apresentam entre o país analisado e a economia central analisada, tendo em conta o modelo norte americano exclusivamente ante a dominância e a predominância dos tratamentos econômicos firmados entre este país e os demais países da América Latina.

Ante a todo o exposto, verifica-se que este trabalho encontra-se dividido em três capítulos, voltados ao desenvolvimento da análise geral da correlação entre a dependência da economia central e as medidas fiscais implementadas, bem como

os impactos verificados na economia dos países em desenvolvimento. No primeiro capítulo, discute-se a problemática e os aspectos da guerra fiscal internacional, que demonstra as medidas protecionistas ou inclusivas implementadas pelos países como forma de garantir o melhor desenvolvimento econômico e incremento de riqueza para os seus cidadãos. No segundo capítulo, procura-se demonstrar a relevância das medidas integrativas em matéria fiscal e demonstrar as realidades econômicas dos países analisados. No terceiro, demonstra-se a relevância das medidas de coordenação fiscal e integração econômica como forma de defesa e garantia de independência ante a implementação de políticas fiscais restritivas. Por derradeiro, no quarto capítulo, analisa-se os riscos de impacto próprio e sensível nos países sob análise quanto as políticas cíclicas e anti-cíclicas implementadas.

1 COMPETIÇÃO FISCAL INTERNACIONAL. ESTAMOS EM UMA GUERRA FISCAL INTERNACIONAL?

1.1 CONCEITO DE POLÍTICA FISCAL – CONTAS TODOS TEMOS, INCLUSIVE O AGENTE PÚBLICO, ENTÃO, NOTAS SOBRE A TEORIA DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA QUE NÃO SOBREM DÉBITOS NO "FIM DO MÊS"

Como elemento basal da análise a que se propõe este trabalho, cabe-nos indicar, previamente, sem qualquer objetivo de esgotar o tema de forma absoluta, qual o papel e a relevância da política fiscal no desenvolvimento e na manutenção da ideia de Estado que partilhamos atualmente.

De certa forma, cabe destacar que a ideia inicial de Estado está diretamente ligada ao modelo de soberania, caracterizado, dentro das matrizes impostas pelo Direito Constitucional de forma ampla, a necessidade de existência de território, população, soberania e moeda independentes.²

Assim como todos os seus cidadãos de forma independente, o Estado tem também responsabilidades e compromissos que determinam a assunção de despesas e débitos. De forma geral, na América Latina, verifica-se que o modelo de Estado implementado, as grandes disparidades sociais fazem com que o Estado assuma, ainda que de forma indireta, a obrigação de suplantar as disparidades e permitir, através do desenvolvimento de um modelo de Estado garantista, a satisfação das necessidades imediatas e elementares dos seus cidadãos, isto é, apresenta-se como premissa que "os líderes concordam que, para se manter sustentável, a prosperidade mundial tinha que ser compartilhada, competindo aos países industrializados garantir a redução das barreiras às transações comerciais e financeiras" (GREENSPAN, 2007, p.28).

Tenhamos como exemplo inicial o modelo brasileiro, a Constituição da República, que se impõe como elemento determinante da soberania pública, indica que: a saúde é dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas³, a educação é também dever do Estado⁴, indicando propriamente que os recursos

² Conceito de Estado.

³ Artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁴ Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil.

públicos serão destinados às escolas⁵. Nossos vizinhos também se comprometem com o desenvolvimento das atividades essenciais a garantia dos direitos mínimos aos seus cidadãos, a Constituição da República Colombiana indica que "são fins essenciais do Estado servir à comunidade e promover a prosperidade"⁶, neste mesmo sentido, o Chile indica que "o Estado está a serviço da pessoa humana e a sua finalidade é promover o bem comum, para o qual deve contribuir e criar as condições sociais que permitam a cada um dos integrantes a sua maior realização espiritual e material possível".⁷

Quanto ao México, elemento nacional também analisado neste modelo, cabe destacar que a sua Constituição garante, de forma expressa, em seu artigo 3.º, V, a relevância da educação, bem como a competência concorrente de Estados e Municípios no sentido de garantir aos cidadãos possibilidades equânimes e de inclusão dos seus cidadãos de forma ampla.⁸

Ante a assunção das obrigações perante os seus cidadãos de promover o bem, as condições mínimas de vida e de sobrevivência, pergunta-se, como pode o Estado pagar esta conta? Ou como pode o Estado fomentar a atividade econômica de forma a gerar recursos suficientes para o cumprimento satisfatório de todas estas obrigações que havia assumido?

A relevância da análise da política fiscal como elemento primário e relevante dentro das política de desenvolvimento, a despeito de vir ganhando relevância nos últimos anos, ainda encontra-se em seus primeiros passos,

⁵ Artigo 213 da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁶ Artigo 2.º da Constituição da República Colombiana de 1991 em tradução livre de "*Son fines esenciales del Estado: servir a la comunidad, promover la prosperidad general y garantizar la efectividad de los principios, derechos y deberes consagrados en la Constitución; facilitar la participación de todos en las decisiones que los afectan y en la vida económica, política, administrativa y cultural de la Nación; defender la independencia nacional, mantener la integridad territorial y asegurar la convivencia pacífica y la vigencia de un orden justo*".

⁷ Artigo 1.º da Constituição da República do Chile em tradução livre de: "*El Estado está al servicio de la persona humana y su finalidad es promover el bien común, para lo cual debe contribuir a crear las condiciones sociales que permitan a todos y a cada uno de los integrantes de la comunidad nacional su mayor realización espiritual y material posible, con pleno respeto a los derechos y garantías que esta Constitución establece*".

⁸ Artigo 3.º, V da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos.

a despeito de muito ter sido analisado ao acessar o impacto da política fiscal sobre os investimentos financeiros, taxas de poupança, incremento da força de trabalho, todos os fatores que podem influenciar os aspectos do crescimento econômico, pouco foi feito quanto a análise específica da política fiscal dentro dos modelos de crescimento de longo prazo (PEACOCK; SHAW, 1976, p.96).⁹

Cabe aqui a análise das formas gerais de arrecadação assumidas pelos agentes públicos, quer seja através do desenvolvimento de atividades econômicas de forma direta, quer seja através da arrecadação de tributos que permitam o desenvolvimento da prestação dos serviços e das políticas públicas assumidas como obrigação dentro do modelo constitucional vigente.

Trata-se aqui, em pontos específicos, ainda que de forma superficial, o que levou o modelo de Estado anteriormente interventor e promotor imediato das atividades econômicas a abster-se e a desenvolver um elemento próprio voltado a atividade interventora e arrecadadora de forma mais pontual, qual seja, através do desenvolvimento de políticas fiscais que atendam, de forma geral e imediata, as obrigações assumidas como elementos garantidores dos interesses públicos relacionados.

Dentro destas premissas de análise, pode-se retomar a menção ao conceito de Estado, elemento essencial de nossa análise, ou do modelo de Estado-nação. A despeito de "o conceito de Estado não se apresentar como um elemento muito em voga nos modelos de ciências sociais atuais. Ele ainda detém um esqueleto, um modelo estrutural de existência que mantém os interesses dos autores sobre o tema dentro dos processos de pesquisa" (NETTL, 1968), como o que se vislumbra neste trabalho, em que, indiscutivelmente, o conceito de Estado está longe das arestas iniciais a serem desenvolvidas, mas se apresenta como elemento tangente e indispensável a análise do tema.

Nesta medida, cabe destaque, sobretudo a dicotomia indicada por Vito Tanzi quanto ao papel normativo e positivo do Estado no desenvolvimento de suas atividades e de suas inter-relações com os cidadãos. Isto porque, no desenvolvimento da Teoria das Finanças Públicas, cabe indicar que

⁹ Tradução livre de: "*whilst much has been done in assessing the impact of tax changes upon investment incentives, saving ratios, work effort and so forth – all factor which may influence growth rates – comparatively little has been done to bring fiscal changes more formally into growth models*".

o papel normativo determina as normas gerais, os princípios de bem-comum público que permitem a intervenção do Estado na economia. Dentro dos princípios gerais de economia, temos que este modelo busca definir o que o governo poderia ou deveria fazer como forma de complementação do mercado de forma a promover o estado social (TANZI, 2000, p.12).¹⁰

Ainda nesta seara, cabe indicar quase diametralmente o oposto, mas ainda assim complementar, acerca da verificação do papel normativo e regulador do Estado, na medida em que

o papel normativo que o governo deve fazer para maximizar o bem-estar econômico, o papel positivo que descreve e analisa o que de fato o Estado faz. No mundo ideal, os dois papéis mencionados deveriam unir-se: o papel ideal deveria tangenciar o papel atual desenvolvimento pelo Estado, tornando-se nos mesmos, uma vez que o Estado estaria fazendo exatamente o que é esperado e todas as reformas pertinentes para maximizar o bem comum (TANZI, 2000, p.13).¹¹

No sentido de necessidade de convergência entre o papel ideal das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do bem-comum, aqui destacado, sobretudo, o papel da política fiscal como agente influente nas estruturas de consumo dos cidadãos, demonstra-se claramente o papel relevante do Estado na determinação das diretrizes envolvidas para a consecução dos resultados voltados ao desenvolvimento de estruturais sociais mais equânimes e alinhadas, de forma direta, aos objetivos sociais previstos nas cartas constitucionais de todos os países ora analisados.

Isto porque, como bem referenciado nos modelos regressivos de Alan Peacock e G. K. Shaw "muito tem sido feito na análise do impacto das mudanças tributárias sobre os investimentos incentivados, taxas de poupança e a força de trabalho –

¹⁰ Tradução livre de: *"public finance economists have found useful the distinction between the positive and the normative roles of the State. The normative role determines guidelines, principles or norms for welfare-enhancing public sector intervention in the economy. On the basis of fundamental economic principles, it attempts to define what the government should do to correct market imperfections and to complement the market in other ways to promote and maximize social welfare"*.

¹¹ Tradução livre de: *"while normative role attempts to define what the government should do to maximize economic welfare, the positive role describes and analyzes what the government actually does. In an ideal world, the two roles would merge: the ideal and the actual roles would become the same because the state would be doing exactly what it is expected to do and all the reforms needed to maximize social welfare would have been carried out"*.

todos os fatores que, de forma direta ou indireta influenciam as taxas de crescimento econômico" (PEACOCK; SHAWN, 1976, p.96).¹²

É esta a relação-base a ser analisada no desenvolvimento desta pesquisa, o quanto as alterações no modelo de arrecadação e de políticas fiscais influenciam de forma direta ou indireta a integração internacional dos países com seus pares e propriamente melhora a qualidade de vida da sua população.

Quanto trata-se de política fiscal, presume-se a existência de um agente público centralizador e determinante dos modelos econômicos a serem implementados na estrutura social. Não existe política fiscal sem um agente específico que determine em que direção ou quais os objetivos claros de desenvolvimento serão perseguidos pelo governo e consequentemente ofertados à sociedade.

No entanto, destaca-se, desde logo, dentro da análise do modelo proposto, de que as políticas cíclicas ou anti-cíclicas adotadas pelos Estados Unidos tendem a influenciar no crescimento econômico de países em desenvolvimento, tem-se que "a internacionalização das políticas econômicas introduz a influência das políticas fiscais estrangeiras dentre as variáveis de decisões econômicas dos indivíduos de Estados em particular" (TANZI, 1994, p.6).¹³ Isto é, na medida em que os países deixaram de ser feudos independentes e passaram a atuar de forma a possibilitar e viabilizar a integração econômica entre os seus interesses e os interesses periféricos, é que se vislumbra, de forma mais sensível, os resultados econômicos da integração de forma efetiva, qual seja, o quanto as políticas fiscais e as diretrizes econômicas em determinados centros influenciam, de forma direta ou indireta, a atuação dos demais países.

Isto, em exemplos práticos, é demonstrado pelas decisões de consumo de bens importados no Brasil. O consumo de telefones celulares, por exemplo, ensejou alterações legislativas próprias, como a desoneração da entrada de um aparelho celular por viajante, conforme estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1059/2010, que afasta a tributação e, de certa forma, reduz a demanda interna direta para a aquisição de aparelhos por grandes importadores ou fabricantes

¹² Tradução livre de: *"Whilst much has been done in assessing the impact of tax changes upon investment incentives, saving ratios, work effort and so forth – all factors which may influence growth rates – comparatively little has been done to bring fiscal changes for formally into growth models".*

locais. Isto é, de forma ainda que indireta, as autoridades fiscais brasileiras voltaram

¹³ Tradução livre de: *"the internationalization of economic activity will introduce the tax systems of foreign countries among the variables that influence the economic decisions of the taxpayers of particular countries"*.

seus olhos a realidade prática de oneração vivenciada dentro das fronteiras nacionais o que acabou por permitir uma integração mais significativa com o exterior, dando garantias aos consumidores de forma a permitir que as mercadorias entrem em território nacional sem restrições de garantia ou risco imediato de apreensão.

A análise da postura pública, ou mesmo a existência específica de posturas públicas independentes e comparáveis entre os Estados Nação se apresenta como um elemento decorrente da integração, tanto da informação, quanto econômica de forma geral, especialmente na medida em que "o crescimento surgiu vagarosamente a partir da segunda metade do século XVIII com a Revolução Industrial, baseado no desenvolvimento tecnológico e na aplicação dos processos industriais como raiz" (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.45).¹⁴ Isto é, foi sensível o crescimento econômico imputado aos países tanto na forma de reconhecimento das políticas fiscais quanto na forma de indicação efetiva dos resultados a serem auferidos de forma indireta, sobretudo quando se trata de dependência comercial sensível.

Autores, tais como Avi-Yonah (2011) indicam que os incentivos fiscais são usualmente utilizados pelos países como medidas protetivas contra a competição fiscal internacional, sugerindo, de fato, que seria uma medida mais eficiente por parte dos países em desenvolvimento abolir todas estas medidas e incluir-se dentro de um modelo absoluto de competição internacional.

E é nesta seara em que a atuação das políticas públicas se apresenta como um elemento estrutural e definitivo ao desenvolvimento nacional, sobretudo dos países em desenvolvimento. Para que despesas ocorram é indispensável um sistema arrecadatário que permita não apenas a acumulação de riquezas por parte do agente público, mas sobretudo o desenvolvimento econômico nacional, através do crescimento da atividade desenvolvida pela iniciativa privada, de forma a gerar recursos suficientes. Isto é, a integração e a atuação do agente privado se apresentam de forma cada vez mais sensível e determinante tanto no sentido de se reconhecer a integração com o Poder Público quanto no sentido de permitir que estes elementos se apresentem de forma independente para permitir o crescimento nacional.

¹⁴ Tradução livre de "*Growth emerged slowly in the second half of the eighteen century as the Industrial Revolution, based on major technologic breakthroughs and their application in industry took root*".

De forma direta, pode-se concluir que

argumentos podem ser apresentados, inclusive, contrariamente a celebração de tratados por países em desenvolvimento, sobretudo, dentro do padrão bilateral que normalmente custam para serem negociados, sobretudo para países em desenvolvimento em cujas realidades faltam especialistas e, por isso, acabam por perder arrecadação tendo em vista as políticas estabelecidas que impedem a tributação de investimentos estrangeiros (TANZI, 2007, p.8).¹⁵

As diretrizes iniciais dos sistemas fiscais atualmente vigentes em países em desenvolvimento, sobretudo, nos latino americanos, remonta às décadas de 1960 e 1970, com políticas específicas de substituição de importações e voltados ao estabelecimento geral de barreiras protetivas (VILLELA; ROCA; BARREIX, 2007, p.15). Contudo, com o desenvolvimento das medidas integrativas e a inclusão econômica, isto é, a adoção própria de medidas que permitam de forma mais intensa as trocas comerciais e a atratividade de investimentos estrangeiros diretos, é que, face a celebração de medidas anteriormente protetivas, vislumbrou-se a necessidade de ajustes e indicações de benefícios fiscais voltados a atender, diretamente, aos interesses dos países.

1.2 TEORIA CLÁSSICA E POLÍTICA FISCAL, VISÕES CONFLITANTES SOBRE UM MESMO RESULTADO: KEYNES V. HAYEK & FRIEDMAN

Muito provavelmente, a descrição que ora se apresenta é, caracteristicamente, um tanto superficial dado a relevância do tema abordado. Analisar a política fiscal proposta por Keynes em sua obra, representa, ainda que de forma indireta, um dos pilares da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Da mesma forma, tendo em vista todos os paradoxos apresentados ante a teoria keynesiana e os modelos propostos por Hayek em *O Caminho da Servidão* e, conseqüentemente, até como uma representação mais moderna, as disposições liberais de Friedman em *Capitalismo e Liberdade*, pode-se demonstrar como as análises iniciais de política fiscal também se apresentam como um elemento independente para o desenvolvimento dos

¹⁵ Tradução livre de: "Arguments can bem ade against treaties, however, and especially against bilateral accords: they are costly to negotiate, especially for smallc countries that lack specialists in these matters; larger contries are better prepared to secure advantageous terms; and developing countries may lose tax revenue when treaties prevent them from taxing foreign investors".

modelos próprios de desenvolvimento (HERMANN, 2006) econômico ou mesmo a teoria do desenvolvimento econômico como um todo.

Destaca-se, desde o primeiro momento, que não se busca estabelecer uma dicotomia específica entre os modelos, mas apontar, quase como uma análise histórica, quanto das influências apresentadas por seus autores foram elementares ao desenvolvimento de políticas fiscais que ensejaram na integração ou no estabelecimento de políticas protecionistas.

Cabe lembrar, ainda, que os conflitos ideológicos vivenciados por Keynes e Hayek durante o desenvolvimento de seus respectivos trabalhos acadêmicos decorre não apenas dos aspectos de política fiscal. A origem da análise ora apresentada remonta a década de 1930, quando a celebração dos dois princípios elementares que são atribuídos à base da teoria keynesiana se apresentam como elementos centrais do desenvolvimento da política econômica como um todo. Qual seja, a de que o princípio da demanda efetiva, que apresenta que os gastos determinam a dinâmica da atividade econômica, sendo a decisão de investir o motor do crescimento de curto e longo prazos, bem como o destaque elementar a condição de ausência de neutralidade da moeda, resumida, de forma eficaz, como a preferência pela liquidez, segundo a qual o comportamento do indivíduo em relação a sua demanda por moeda para fins não transacionais (preferência pela liquidez) é parte integrante e determinante de todas as suas decisões de gastos públicos e, através de seus efeitos exclusivos sobre a taxa de juros e a demanda por ativos, interfere de forma geral na atividade econômica como um todo.

A proposta de Hayek, já no início da sua ascensão acadêmica, decorre do modelo de que

o ciclo de negócios – no qual uma economia regularmente oscila entre um período de alta atividade e prosperidade e um período de falências de empresas e desemprego – era um tema de estudo que valia a pena. Tendo se familiarizado com as ferramentas da pesquisa empírica que estavam em amplo uso nos Estados Unidos, embora ainda não adotadas por economistas europeus, como estudos de tempo e movimento do comportamento dos trabalhadores e registro da produção de fábricas e máquinas (WAPSHOTT, 2016, p.46-47).

Especificamente no que se refere ao quesito política fiscal, verifica-se o destaque necessário ao posicionamento adotado por Keynes ao indicar que

os impostos sobre a renda, particularmente quando gravam a renda não ganha, os impostos sobre os lucros do capital, sobre heranças, são tão importantes quanto a taxa de juros [...] sendo mesmo possível que as modificações eventuais da política fiscal tenham, pelo menos nas expectativas, maior influência do que a própria taxa de juros (KEYNES, 1996, p.117).

Nesta mesma seara, destaca Keynes, quando analisa a relevância do efeito extrafiscal indicado pelas políticas fiscais implementadas pelo governo, e acaba por indicar que, dentro do modelo apresentado, a extrafiscalidade serve também como elemento regulador do consumo, na medida em que interfere diretamente na propensão marginal a consumir quando vinculada a fundos de amortização das dívidas, por exemplo. Isto é, a característica elementar da extrafiscalidade traz consigo a possibilidade de retrainir o consumo, incentivar a poupança e gerar uma mais ampla perspectiva de desenvolvimento econômico no modelo proposto.

Relevante destaque a preponderância e a influência da teoria keynesiana são encontrados em modelos tais como o do *New Deal*, haja vista que a obra prima

TEORIA GERAL DO EMPREGO DO JURO E DA MOEDA, forneceu os alicerces teóricos do New Deal, de Roosevelt – livro que, como estudantes, todos lemos. Neste livro, Keynes criou a disciplina hoje conhecida como macroeconomia. Ele argumentou que o livre mercado, por si mesmo, nem sempre provê o bem comum da sociedade – e que, quando o emprego estagna, como ocorreu desastrosamente na grande depressão, o governo precisa intervir (GREENSPAN, 2007, p.28).

Referendando este entendimento, cabe mencionar as afirmativas trazidas por Scharpf que indica que

em análises de políticas macroeconômicas, estas escolhas estão referenciadas em políticas monetária, fiscal, de renda e de câmbio – todas com alguma referência ou efeito imediato no modelo de demanda agregada, crescimento econômico, inflação e emprego (SCHARPF, 2011, p.8).¹⁶

¹⁶ Tradução livre de: *"In macroeconomic economic theory, these include choices in monetary policy, fiscal policy, incomes policy and exchange-rate policy – all of which are assumed to have a direct effect on aggregate economic demand and hence on economic growth, inflation and employment"*.

Cabe ainda mencionar os posicionamentos recentes de algumas das teorias econômicas em crise no que se refere, especificamente, ao modelo keynesiano ora analisado. Isto porque, conforme mencionado, é evidente que as crises levam às economias a um processo de mal-estar sustentado e que "paralisa o que (Keynes) chama de 'espíritos animais' das empresas. Isso, então, pode criar uma espiral viciosa: investimento baixo significa demanda fraca e baixo crescimento econômico, e, portanto, justifica a decisão de adiar investimentos" (WOLF, 2015, p.65)..

Isto é, políticas fiscais contracionistas, que incentivam a poupança pura e simples acabam, via de regra, em retrair o desenvolvimento da atividade econômica, isto é, quanto maior a carga de tributos induzida ou apresentada como modelo macroeconômico dentro das proposituras indicadas, determina claramente a inter-relação entre o desenvolvimento e o incentivo, apresentado pelo governo, como elemento de política fiscal implementada.

Qual seja, tendo-se em vista a implantação de políticas fiscais contracionistas, buscando primeiramente aumentar a arrecadação e permitir a redução da quantidade de moeda em circulação, buscando, com isso, a redução específica de índices de inflação de demanda e expansionistas, voltada a permitir uma maior quantidade de recursos monetários em circulação e, desta forma, incentivar o consumo.

Relevância teórica se dá, ainda, para a análise do desenvolvimento do pensamento clássico quando

dentro de um modelo de ajuste intertemporal, ainda se comprovam válidos alguns aspectos de conta corrente, que são problemas elementares de política fiscal internacional. Por conta deste, (pressuposto) novo paradigma, torna-se indispensável a análise dos impactos de políticas macroeconômicas nas taxas de câmbio e, sobretudo, na definição de políticas fiscais, o que ainda nos vincula, de forma relevante, ao modelo tradicional de demanda agregada proposto por Keynes (OBSTFELD; ROGOFF, 1995, p.624-625).¹⁷

¹⁷ Tradução livre de: *"While the intertemporal approach has proved valuable for some facets of current-account, many of the most fundamental problems in international finance cannot be seriously addressed in a setting of frictionless markets. Because the newer paradigm seems so ill equipped to explain, for example, the effects of macroeconomics policies on output and exchange rates, empirical practitioners and policymakers have not yet been persuaded to abandon traditional aggregative Keynesian models"*.

Cientes deste destas afirmações e do modelo de superação de crise e retomada do crescimento, ou da conjugação da relevância da política fiscal prontamente destacada por Keynes, nos padrões de superação da crise monetária vivida pela Zona do Euro. Este modelo, sobreposto por políticas fiscais dominantes, com a ascensão de políticas fiscais contracionistas como instrumento para a organização do déficit público até então resultante das tentativas incessantes de manutenção da competitividade das nações e da inclusão própria do investimento como característica elementar ao desenvolvimento econômico como um todo.

Já Hayek de forma bastante substancial indica, em sua principal obra, o mote central de desenvolvimento estabelecido a partir da premissa que

uma civilização complexa como a nossa baseia-se necessariamente no ajustamento do indivíduo a mudanças cuja causa e natureza ele não pode compreender. Por que afluente maior ou menor renda? Por que tem de mudar de ocupação? Por que certas coisas de que precisa são mais difíceis de conseguir que outras? A resposta a estas questões dependerá sempre de um número tão grande de circunstâncias que nenhum cérebro será capaz de apreendê-las; ou, o que é ainda pior, os prejudicados as atribuirão a uma causa óbvia, imediata ou evitável, enquanto as inter-relações mais complexas que determinam a mudança continuarão a ser um mistério para eles (HAYEK, 2010, p.192).

Neste modelo, vislumbra-se claramente a recusa ao desenvolvimento do modelo de Estado interventor ou como uma fonte de controle central da economia.

Esta premissa, de necessidade de controle elementar e central dos agentes econômicos dentro do modelo proposto, é também característica e absolutamente reconhecida dentro da relevância do modelo de desenvolvimento pautado e instituído por Friedman dentro de suas análises elementares de desenvolvimento. Isto porque, afirma-se desde logo que "as áreas mais importantes da política governamental que são relevantes para a estabilidade econômica estão constituídas pela política monetária e pela política fiscal" (FRIEDMAN, 2002, p.2).

Nesta seara, o próprio Friedman coloca, ao lado da possível deflagração da Terceira Guerra Mundial, a necessidade de implementação de controles fiscais próprios no sentido de garantir a redução dos déficits como um dos principais elementos de risco a serem apresentados pela política norte americana ou pelo seu desenvolvimento nos padrões internacionais. Isto demonstra, de forma a ser pontualmente melhor analisada no item 1.5 deste capítulo, a relevância da autonomia fiscal, prontamente

ofertada e compreendida como elemento de desenvolvimento de política pública, o que demonstra como as medidas fiscais exclusivamente voltadas ao desenvolvimento ou ao atendimento dos interesses essenciais trazidos pelos agentes econômicos privados levam ao desenvolvimento das políticas públicas.

Reconhecidamente, a teoria de Friedman reconhece o deslocamento das necessidades elementares no sentido de manutenção do equilíbrio público ao "afirmar que quando os investimentos privados declinam por qualquer razão, os investimentos do governo devem aumentar para manter estáveis os investimentos totais" (FRIEDMAN, 2002, p.2).

Isto porque, de forma destacada, não se faz necessário um

condutor hábil do veículo econômico, constantemente no volante para ajustar-se às irregularidades inesperadas da estrada, mas sim de algum modo evitar que o passageiro monetário que está no banco de trás, com lastro salte para fora, e que se dê ao volante uma guinada que possa atirar o carro para fora da estrada (FRIEDMAN, 2002, p.3).

1.3 POLÍTICA FISCAL E O EQUILÍBRIO DA NOVA MACROECONOMIA ABERTA. MÉTRICAS DO DESLOCAMENTO DA DEMANDA E DO CUSTO FISCAL NA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Ante aos parâmetros estabelecidos quanto à eficácia e/ou a ineficácia da política fiscal dada a sua implementação prática, isto é, aos reflexos diretamente vivenciados ante a medidas expansionistas ou contracionistas apresentadas dentro do modelo de desenvolvimento econômico atual destaca-se a relevância do papel a política pública no sentido de garantir ou determinar os rumos de investimento e poupança preferenciados pelos cidadãos.

Isto é, evidentemente, além da função essencialmente arrecadadora, os tributos tem um papel determinante na atuação pública de forma geral, externalizando a posição do Estado enquanto agente arrecadador ou protecionista. É sempre através do estabelecimento de barreiras fiscais ou quantitativas que se induz ou limita-se o consumo de determinados bens. Pode ser também através de tratados ou medidas de integração fiscais próprias que os países tendem a voltar a sua atenção ao desenvolvimento de relações comerciais com determinadas nações.

Esta relevância, indicada e analisada de forma bastante pontual pela política keynesiana, traz como aspecto elementar as premissas de que os gastos do governo representam, direta ou indiretamente, a aquisição de bens e serviços privados. Isto porque, o governo contrata os indivíduos de forma a transferir renda e possibilitar de forma ainda mais sensível o desenvolvimento do ciclo social, estimulando, desta forma, o aumento da produção por parte das firmas, e do consumo por parte das famílias, o que estimula o incremento do consumo e da produção de forma ampla, isto é, incentivando o incremento da atividade privada.

Relevância quanto a análise do tema se apresenta desde logo na medida, uma vez que, já há 20 anos, se tem reconhecido o seu papel como "um aspecto menos estudado, e menos conhecido de política fiscal é justamente o que se relaciona com a política de desenvolvimento econômico. Este respeito é quase nula a contribuição da vasta literatura existente sobre a Ciência das Finanças" (DA SILVA, 1983, p.96), cujo objeto vem evoluindo ao longo do tempo na medida em que os estudos e as consequências de estabilização vem se apresentando como elemento relevante no desenvolvimento das políticas públicas e dos meios de financiamento da atividade estatal.

Cabe destacar, num primeiro momento, quanto a análise da relevância da política fiscal num estudo desta natureza, que visa à verificação complexa das integrações públicas e das possibilidades de desenvolvimento da economia de determinadas nações na medida em que as políticas tanto monetária quanto fiscal tem como natureza precípua a sua análise de controle da demanda em economias abertas, na medida em que a mais tradicional doutrina reconhece que instrumentos de política fiscal são característicos do modelo de controle de demanda dentro de uma política IS-LM.¹⁸

Destacando a relevância do tema, cabe mencionar as determinações específicas trazidas pela análise de Gregory Mankiw quando afirma que "todos os governos usam impostos para levantar e receita para projetos públicos" (MANKIW, 1998, p.124).

¹⁸ Compreende-se como modelo IS-LM, aquele em cuja representação gráfica num espaço cartesiano, ilustra os – pares de dados entre a taxa de juros nominal e a renda, demonstrando os termos do equilíbrio de curto prazo do mercado de bens e serviços e do mercado monetário, sendo considerada, portanto, a formalização matemática do modelo de demanda agregada proposto na Teoria de Keynes.

Como elemento de análise macroeconômica dos modelos de equilíbrio de mercado, aqui compreendidos, propriamente, os modelos de oferta e demanda agregadas quando analisados dentro dos modelos de impacto geral na formação dos preços. Isto porque, "o equilíbrio é dado pela interseção das curvas de oferta e demanda agregadas, quando o mercado de bens, os mercados financeiros e o mercado de trabalho estão todos em equilíbrio" (BLANCHARD, 2009, p.132).

Principal aspecto a ser analisado dentro dessas medidas e das premissas ora indicadas encontram-se pautados, sobretudo, na questão de ônus tributário. Qual seja, quem será o responsável pelo ônus tributário quando determinado governo aumenta a custo do imposto? Quais são os impactos nas operações de comércio internacional a serem verificados quando um governo não apenas aumenta um tributo, mas o faz de forma a afastar ou direcionar especificamente as políticas de consumo e as suas relações comerciais com determinados países? Como a alteração do ônus fiscal em economias desenvolvidas tende a influenciar os níveis de desenvolvimento de economias latino americanas que se apresentam como em desenvolvimento.

Claramente, a política fiscal altera de forma direta a estrutura de oferta e demanda estabelecida numa economia aberta e de mercado. Via de regra, as políticas fiscais, dentro da análise dos modelos padrão, indicam uma ausência específica do desenvolvimento do modelo na condicionante da oferta de bens. Isto porque, a taxaço de determinadas mercadorias ou mesmo de determinados setores de serviço tende a impactar de forma direta a demanda pelos bens na medida que tende a impactar diretamente a formação do preço a ser repassado ao consumidor, representando, efetivamente, deslocamentos horizontais da curva de demanda, tendentes a alterar significativamente o preço de equilíbrio indicado para a produção de determinados bens (BRANSON, 2001, p.108-109).

Análises mais pormenorizadas e complexas apresentam elementos monetários ao desenvolvimento da eficácia das políticas fiscais dentro da análise do efeito do multiplicador, indicando como elemento representativo a distância entre o nível do Produto Interno Bruto para a determinação dos níveis de pleno emprego, na altura em que se verifica a alteração de política fiscal.

Sem dúvidas, o que se busca analisar de forma efetiva e que será pormenorizado no desenvolvimento do capítulo 4 deste estudo, refere-se especificamente ao impacto da implementação das políticas fiscais no curso da história, aqui restrita

especificamente aos modelos do século XX e XXI, e as alterações na realidade econômica dos países em desenvolvimento analisados.

Conforme afirma Branson, o impacto efetivo a ser apurado na eficácia da política fiscal depende do declive experimentado pela curva de demanda de bens, representada pelo modelo LM, uma vez que o aumento do preço e o deslocamento para cima da curva de oferta, traz um impacto imediato nas quantidades a serem ofertadas haja vista o deslocamento próprio dos preços praticados, na medida em que o próprio multiplicador da taxa do imposto converte-se em variação dos gastos de consumo, conforme será representado pelo modelo de política fiscal.

Cabe aqui uma distinção específica, mas que, contudo, não será prontamente analisada neste trabalho quanto a diferenciação dos impactos dos tributos cobrados dos vendedores e dos compradores. Mankiw indica em sua análise apresentada quanto ao suporte do ônus fiscal, via de regra, o ônus do impacto da tributação é compartilhado entre vendedores e consumidores, na medida em que "os impostos desencorajam a atividade do mercado. Quando um bem é tributado, a quantidade vendida desse bem é menor no novo equilíbrio" (MANKIW, 1998, p.126).

Desta feita, é relevante analisar o quanto as políticas fiscais implementadas por países desenvolvidos com relação aos processos de importação ou de estreitamento das relações comerciais firmadas com países em desenvolvimento tendem a afetar os níveis de crescimento econômico de ramos gerais da economia. Isto porque, a despeito do indicado, presume-se que as trocas comerciais internacionais tendem a determinar ou incrementar o modelo de participação das economias no mercado atual.

Conforme bem reconhecido por Salvatore, as tarifas (aqui compreendidas como tributos ou taxas específicas cobradas no desenvolvimento dos modelos de inclusão e de operação própria de determinados ramos da economia) levam ao deslocamento efetivo na precificação e no desenvolvimento da indústria de determinados países. Destaca, ainda o autor quanto ao estabelecimento de uma tarifa ótima, determinada quando "a tarifa maximiza o benefício líquido resultante da melhora dos termos de troca da nação em contraposição ao efeito negativo resultante da redução do volume de comércio" (SALVATORE, 2007, p.140).

No curso do capítulo 4 deste trabalho far-se-á uma análise referenciada pontual quanto ao desenvolvimento do modelo e dos impactos dos exemplos de políticas ainda

em discussão, como a Reforma Tributária Norte Americana, dentro dos modelos de tarifação ótima ou restritiva e a indicação de um modelo específico de eficiência e inclusão das economias em desenvolvimento dentro do modelo a ser estabelecido.

A relevância da política fiscal agora trazida ao contexto internacional, ou de integração dos países na sistemática de internacionalização, traz como destaque a relevância de seu papel desenvolvimentista dentro do modelo de integração. Isto porque, bem vem sendo reconhecido pelos autores, inclusive por Paul Krugman,

uma tarifa sobre um bem importado (resultante das negociações específicas das nações com sua inclusão internacional) aumenta o preço que os produtores domésticos daquele bem recebem por ele. Muitas vezes, esse efeito é o objetivo principal da tarifa – proteger os produtores domésticos dos preços baixos que resultariam da concorrência com as importações (KRUGMAN, 2005, p.142).

Não se trata, pois, de indicar a efetiva relação de custos ou o impacto de distribuição do ônus fiscal no comportamento dos consumidores envolvidos com o desenvolvimento dos modelos de aquisição e de mercadorias ou a própria elasticidade do mercado quanto a estrutura de desenvolvimento econômico próprio, o que se busca, efetivamente, é uma tratativa de analisar quanto as políticas fiscais de países vizinhos sejam efetivamente sensíveis ao desenvolvimento de economias cuja necessidade de expansão se faça presente.

Desta feita, é evidente mencionar o caráter elementarmente extrafiscal ou não diretamente voltado aos modelos específicos de arrecadação e incremento das contas públicas para as estruturas de política fiscal internacional. A integração regional, ou a redução das barreiras comerciais tendem a, especificamente, viabilizar a integração dos modelos econômicos previamente estabelecidos.

1.4 ESTADO LIBERAL V. ESTADO INTERVENTOR = ESTADO ARRECADADOR

As crises econômicas recentes, sobretudo a tentativa de superação específica do incidente que acometeu a economia global em 2008, traz novamente como debate atual e relevante o papel do Estado na economia. Isto porque, via de regra, as saídas aos grandes cataclismos econômicos vêm da atuação pública, em maior ou menor medida. É relevante mencionar, nesta perspectiva que existem dois modelos específicos para o desenvolvimento da atividade econômica como um todo e, sobretudo,

quanto ao papel do Estado na atividade econômica, isto porque "se o estado é forte, ele nos atropela, se é fraco, ele nos deixa perecer" (TANZI, 2000, p.12).¹⁹

A demonstração prática da relevância desta análise, apesar de em muito considerada pela doutrina como exaustivamente debatida, ainda se apresenta premente. Isto porque, países em desenvolvimento, tais como o Brasil, ainda buscam uma saída efetiva para as suas crises fiscais decorrentes do excesso de despesa pública. E esta realidade não se resume a brasileira, isto é, é característica elementar dos países latino americanos a estruturação de um modelo protetivo-assistencialista que, via de regra, não pode ser suportado pelas receitas decorrentes da arrecadação, gerando uma sucessão de déficits públicos que acabam usualmente por ser financiados por empréstimos externos, tanto diretos quanto via captação no mercado internacional, e que agravam os índices de endividamento e também as obrigações de pagamento, reduzindo ainda mais os recursos disponíveis para investimentos sólidos no crescimento econômico.

A busca sucessiva de encontrar um responsável pela derrocada do modelo econômico marca a evolução histórica há algum tempo e via de regra, o vilão é o Estado, quer seja pelo seu excesso, quer seja pela sua falta. Acredita-se que 1929 não tenha sido diferente, a despeito dos impactos muito mais sensíveis a qualidade de vida global que aquele episódio trouxe a sociedade.

Se fosse possível eleger um nome que marcou a mudança da visão do sistema e trouxe algum debate quanto a responsabilidade do Estado na gestão do modelo econômico, podemos indicar que 2008 trouxe à baila o nome de Alan Greenspan. A despeito de ter afirmado publicamente que o mercado é cíclico e que as crises são indispensáveis a sua manutenção (GREENSPAN, 2007, p.48), foi ele o aclamado responsável pela derrocada do mercado em 2008, na medida em que noticiários internacionais afirmaram que "Alan Greenspan aparecerá na história como um dos principais responsáveis pela crise do crédito imobiliário e sobre as condições específicas que permearam a perda de empregos" (BAKER, 2013), contudo, denota-se com isto a busca incessante de encontrar responsáveis para um problema grave, mas talvez não tão grave quanto aparente.

¹⁹ Tradução livre de: *"if the state is strong it will crush us; if it is weak, we will perish"*.

Chamada de A Grande Recessão, a crise desencadeada pela bancarrota das garantias cruzadas do mercado imobiliário americano e que, de certa forma, colocou em risco todo o mercado financeiro global, não se relaciona, sequer como elemento de comparação aos impactos decorrentes da Sexta-Feira Negra que iniciou o ciclo econômico de recessão e retração econômica muito mais sensível se comparado ao modelo estabelecido pela crise de 2008.

Isto porque, diferentemente do modelo vivenciado na década de 1930, os países desenvolvidos levaram em média 6 anos para retomar a sua escalada de produção e investimento, indicando que "as principais economias desenvolvidas só recuperaram seus níveis de produção de 2007 em 2013, as finanças públicas encontravam-se em um estado lastimável e as perspectivas de crescimento se apresentavam permanentemente morosas" (PIKETTY, 2014, p.460).

É justamente por conta desta peculiaridade quanto ao processo de retomada e as conjunturas comunicantes de todas as crises atualmente vividas que estes movimentos se fazem relevante a análise aqui desenvolvida. Cumpre destacar, neste modelo, que o papel liberal até então vivenciado, as suas características próprias e as condicionantes de ausência de intervenção pública e de livre controle dos mercados não se apresentou como estrutura suficiente a manutenção da estabilidade dos controles públicos. Destaca-se então que tanto o papel normativo na determinação de regras gerais voltadas ao desenvolvimento, como os princípios e normas de bem-estar do setor público na economia são elementos indispensáveis ao modelo de superação de crises. E novamente, foi o que se viu. O Estado agente quer seja direto quer seja regulador no sentido de garantir que o sistema retomasse o seu ciclo originário de desenvolvimento.

Neste sentido, destaca-se que o argumento aqui proposto é de certa forma, familiar, na medida em que

sem a intervenção do governo, o mercado pode produzir menos que o necessário ou produzir demais dependendo do padrão das externalidades apresentarem-se como bons ou maus. O papel do governo enquanto agente, refere-se, sobretudo, por subsídios apresentados ao setor privado,

quer seja através de financiamento direto, quer seja através de concessões fiscais, ou através de regulações (TANZI, 2000, p.12).²⁰

Ainda no que se refere, especificamente, ao momento vivido em 2008, cabe destaque ainda acerca do ante mencionado, relembrar a conjuntura inicial ponderada pelas partes, que indicam que

essa crise se tornara visível para muitos observadores em 9 de agosto de 2007, quando o Banco Central Europeu injetou 94,8 bilhões de euros nos mercados, em parte como reação a um anúncio do *BNP Paribás* de que não poderia mais devolver aos investidores aplicados em três fundos. [...] (WOLF, 2015, p.43).

Cabe relembrar também o momento desenvolvido ou propriamente narrado pelo *Financial Times* de 25 de março de 2008, que indicou que

[...] 14 de março de 2008 foi o dia em que o sonho do capitalismo de livre mercado morreu. Por três décadas caminhamos para sistemas financeiros orientados para o mercado. Com sua decisão de salvar o Bear Stearns, o Federal Reserve, a instituição responsável pela política monetária dos Estados Unidos, principal protagonista do capitalismo de livre mercado, declarou que essa era terminou (apud WOLF, 2015, p.45).

Tratava-se, pois, de um modelo específico de liberação dos mercados em que, para evitar uma crise cataclísmica como a vivida em 1929, os Estados foram chamados a atuar no mercado, novamente, quer via política monetária, quer via política fiscal como forma de buscar uma nova equalização de seus balanços e a continuada condição de ajuste econômico. Neste momento

a questão do "retorno do Estado" não se coloca da mesma maneira nos anos de 2010 do que nos anos 1930, por uma razão simples, o peso do Estado é muito maior hoje do que era àquela época, e em grande medida ele agora é maior do que nunca. É por isso que a crise atual se traduz às vezes em acusar os mercados e questionar o peso do papel do Poder Público (PIKETTY, 2014, p.461).

²⁰ Tradução livre de: "*The argument made was a familiar one: without governmental intervention, the market would underproduce or overproduce such goods depending on whether the externalities are good or bad. The government role could be played through subsidies to the private sector (given either directly or through tax incentives), through the public production of some goods, as in the case of health or education, or through regulations*".

Subsuma-se, desta análise inicial apresentada quanto a conjuntura de crise, a busca de uma nova proposta, de um novo modelo de Estado Social que se adeque às demandas específicas vivenciadas no século XXI, mas que ainda se apresenta como elemento basal de desenvolvimento de suas estruturas públicas. Cabe aqui, ante a conjuntura do questionamento e da análise dos modelos de Estado Social e Estado Liberal, a serem pormenorizadamente conceituados na sequência, a demonstrar a realidade e necessidade específica do desenvolvimento de um modelo de Estado Arrecadador, que atue de forma a implementar políticas que garantam a sustentabilidade do seu modelo público e permita sobretudo o atendimento das necessidades primeiras da população.

A liberdade econômica traz aqui como premissa o modelo de atuação pública decorrente da estrutura oitocentista, resultado das revoluções liberais que buscava "a separação nítida e cortante entre a atuação do Estado e da sociedade" (GONÇALVES; MARTINS, 2004, p.173). Pode-se indicar que a seara de análise dos modelos liberais estão, de alguma forma, diretamente condicionadas ou estabelecidas por um modelo

antimercado e anti-Estado (que reconhece) a necessidade de inventar novos instrumentos que retomem o controle do capitalismo financeiro que enlouqueceu e renova e moderniza de maneira profunda e permanente os sistemas de arrecadações e gastos, coração do Estado social moderno (PIKETTY, 2014, p.462).

1.5 O QUE SE PASSOU NA POLÍTICA FISCAL NORTE-AMERICANA NO ÚLTIMO SÉCULO...

Como aspecto principal a ser analisado no modelo ora apresentado, tem-se como elemento central o desenvolvimento e as transformações fiscais implementadas por aquele que, dentro da perspectiva latino-americana, se apresenta como país central, qual seja, os Estados Unidos. Isto é, busca-se aqui enumerar os principais eventos relacionados às reformas tributárias implementadas pelo governo norte-americano no último século e buscar analisar os respectivos impactos no modelo de economias em desenvolvimento.

A consideração dos Estados Unidos como país central dentro do contexto latino ora analisado leva em conta, não apenas a situação elementar pautada no

desenvolvimento de políticas específicas de dominação, aqui mencionado, apenas de forma exemplificativa, o Plano Marshall, mas sobretudo quanto a dominância como elemento produtor e consumidor dos aspectos práticos desenvolvidos pela sua economia no desenvolvimento de economias periféricas, tais como a brasileira, a mexicana, a colombiana e a chilena. Cada qual com suas perspectivas e características únicas, mas que todas convergem para as relações de dominação, tanto cultural quanto econômica com a matriz central desenvolvida e representada pela economia norte-americana, a primeira independente de todo o continente americano.

Ainda aqui, cabe destacar que toda a perspectiva econômica e de desenvolvimento de política fiscal estará restrita àquelas implementadas a partir do século XX, trazendo para uma análise mais concreta e de efeitos mais próximos a realidade atualmente posta. Isto porque, o sistema fiscal norte americano remonta ainda ao período em que as trocas comerciais se apresentavam como elemento de dominação e conexão com a coroa britânica.

Como primeiro momento a ser descrito e já de forma independente, pode-se partir para a análise de política fiscal implementada a partir da Primeira Guerra Mundial (WWI), implementado sobretudo já no final da guerra, quando da adesão americana ao conflito. Neste momento, apresenta-se como elemento de superação o modelo então vivente desde a Guerra Civil Norte-Americana. Este modelo surge, sobretudo, a partir de "pressões democratas que buscaram impor ao governo central a alteração do sistema fiscal tendo como base a capacidade contributiva e como forma de utilizá-lo como elemento central de redução de desigualdades, distribuição de renda e riqueza" (BROWNLEE, 2016, p.93).²¹ Esta perspectiva ganha relevância na medida em que as guerras, ou a participação das nações em conflitos complexos, requerem, de forma geral, o incremento das políticas de financiamento desenvolvidas na medida em que "políticas fiscais foram sempre veículos importantes para a expressão dos valores sociais e dos valores sociais e ideológicos implementados nos conflitos e nas emergências que se apresentam de forma mais intensa nesses períodos" (BROWNLEE, 2016, p.93).²²

²¹ Tradução livre de: *"democratic pressures had mounted for the federal government to shift its tax system to conform to the criterion of 'ability to pay' and, in the process, to address the growing inequality in the distribution of income and wealth".*

²² Tradução livre de: *"because wars required the sacrifice of lives as well as treasure, each was a powerful stimulant of social division. The resulting political conflicts often centered on issues of*

Estas medidas todas comprovadas pela sistemática específica de centralização arrecadatória, marcada, sobretudo, a partir de 1913, com a instituição definitiva do Imposto de Renda sobre as declarações e recursos auferidos tanto pelos indivíduos quanto pelas empresas e até então não vigentes. Cabe destacar, nesta medida, a perspectiva elementar até então vivenciada de permitir ou consagrar de forma ainda mais pontual a relevância ou a independência das colônias ou dos Estados, que desenvolviam a sua sistemática de arrecadação, até então, de forma sobretudo indireta. Neste sentido:

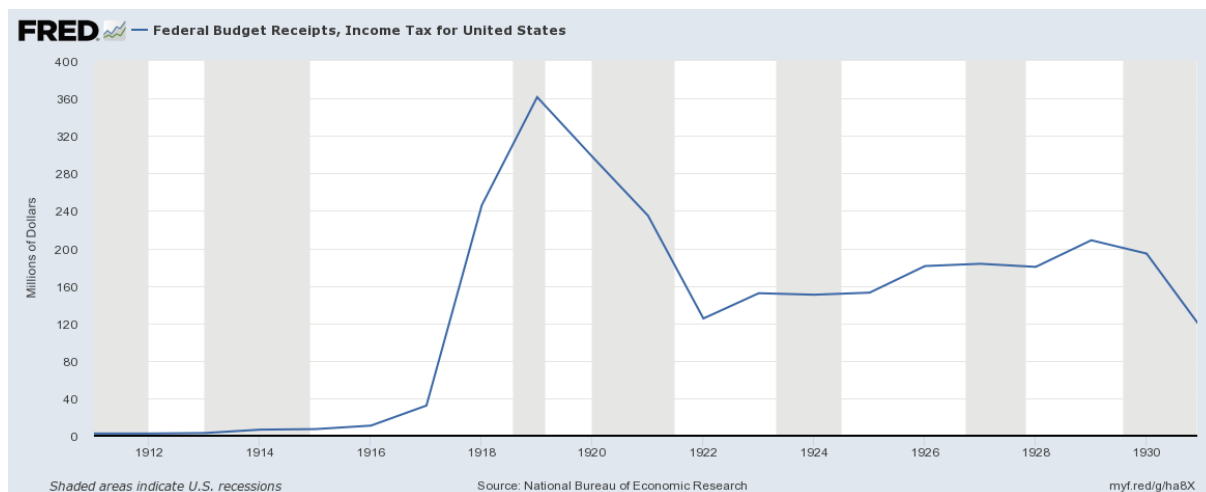
No que respeita à composição da carga tributária e à sua evolução no século XX, observa-se, na esfera federal, uma preponderância dos impostos indiretos até a Primeira Guerra Mundial, o que se alterou no início da década de 20, com a introdução definitiva do Imposto de Renda - IR em 1913, passando este a fornecer 60% (sessenta por cento) da receita federal total.¹⁶ Com a depressão econômica, a renda nacional teve um declínio, sendo acompanhado pelo IR nos anos 30 (PAES; OLIVEIRA, 2015, p.52-53).

Como principal característica do momento de transição entre a tributação indireta, via de regra incidente em cadeia e atrelada às políticas de consumo, tem-se a assunção da tributação sobre a renda, que independe da formação ou do incentivo específico à formação de políticas de poupança diretamente relacionadas ao momento histórico então vivido. Este "novo modelo" então implementado²³ traz como características elementares a aplicação de alíquotas progressivas e tendo como base tributável a base de renda das companhias e das famílias mais abastadas. É evidente que momentos de guerra levam a inseguranças próprias como forma de garantir os elementos essenciais de sobrevivência.

taxation; tax politics was always an important vehicle for the expression of both national values and the underlying social and ideological conflicts that the emergencies only intensified".

²³ Através do Revenue Act from 1921, denominado Mellon Tax Cuts.

FIGURA 1 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DA CRIAÇÃO DO TRIBUTO (1920) À CRISE DE 1929-1930



FONTE: Federal Reserve Bank of Saint Louis.

A demonstração gráfica facilmente releva o momento específico de alteração do modelo de política fiscal e do incremento específico de arrecadação como forma de financiar a participação norte americana na guerra. Conforme se vislumbra, em 1918 o governo central encontrou elementos de recordes de arrecadação diretamente voltados a proporcionar recursos financeiros suficientes para atender as demandas de guerra prontamente apresentadas como elemento de inovação. Isto porque, a despeito do conteúdo gráfico,

em 1918 apenas 15% das famílias norte-americanas estavam sujeitas a incidência de imposto de renda da pessoa física, e o pagamento de imposto pelos 1% mais ricos representava algo em torno de 80% da arrecadação deste tributo. Ainda que não levando em conta o impacto do imposto de renda da pessoa jurídica sobre a parcela mais rica da população, estes eram responsáveis pelo pagamento marginal de 15% a 77% das alíquotas efetivas (BROWNLIE, 2016, p.97).²⁴

Conforme facilmente vislumbrado, são os efeitos apresentados a partir de 1921, com a ascensão do partido republicano e o alívio nas medidas fiscais implementadas sobretudo sobre a camada mais rica da população, e a implementação de alíquotas progressivas no imposto de renda das pessoas físicas que se apresentou como

²⁴ Tradução livre de: "in 1918, only about 15% of the American families had to pay personal income taxes, and the tax payments of the wealthiest 1% of the American families accounted for about 80% of the revenues from the personal income tax. Even without taking into account the impact of the corporate income tax on rich individuals, this wealthiest 1% of the taxpayers paid marginal tax rates ranging from 15% to 77%".

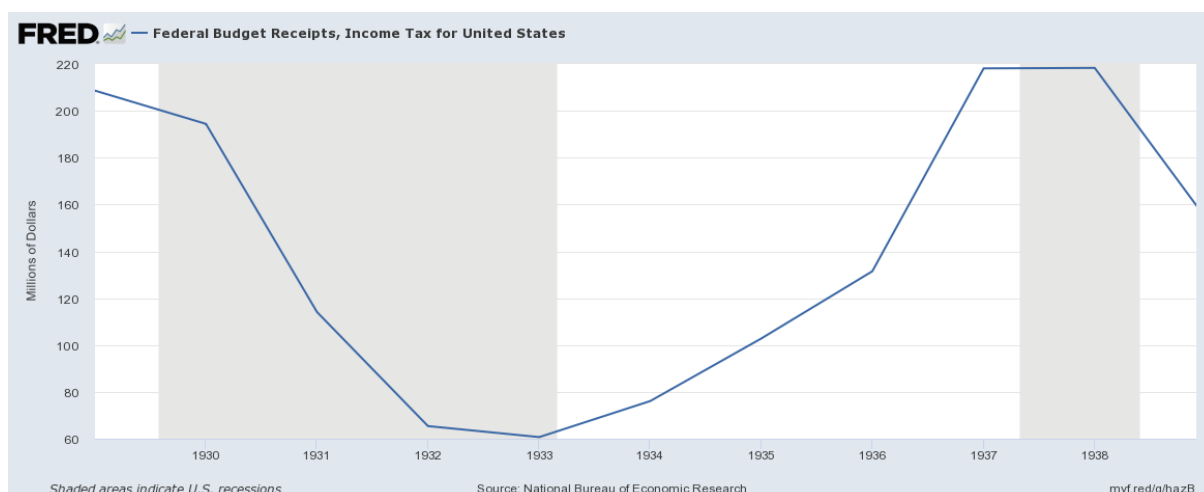
elemento central de desenvolvimento e de impacto arrecadatório direto (BROWNLEE, 2016, p.108).

Em capítulo posterior, cada um destes momentos específicos de arrecadação e mudança de política fiscal ora mencionados terão seus efeitos analisados quanto ao crescimento e o desenvolvimento da América Latina como um todo, buscando, como elemento conclusivo deste estudo, a demonstração da correlação existente entre o implemento de políticas fiscais cíclicas e anticíclicas como elementos de investimento próprios a serem apresentados para viabilizar o desenvolvimento imediato de países periféricos.

Posteriormente a implementação de um modelo que fizesse frente especificamente as despesas de guerra, apresentou-se ainda uma situação dispare a originariamente ofertada, qual seja, a crise de 1929 e a implementação das políticas do New Deal pelo então presidente F. D. Roosevelt. Isto contextualizado no princípio de que o

new deal, apesar de se apresentar como uma política liberal, incorporou também um modelo específico de reforma fiscal. Uma guinada no sentido de um estadismo democrático e uma mais robusta base fiscal como forma de financiar os programas sociais que foram ampliadas através de uma ampliação própria das políticas fiscais (BROWNLEE, 2016, p.124).

FIGURA 2 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DA CRISE DE 1929 A 1940



FONTE: Federal Reserve of Saint Louis.

Como bem pode ser observado da análise do gráfico ora apresentado, verifica-se uma contração acentuada na arrecadação fiscal durante os anos de crise, que se intensifica a partir de 1930. Ante a sensível retração econômica vivida a partir

da quinta-feira negra²⁵ e que marcou a alteração no modelo de política fiscal desenvolvido pelo governo americano até então. Assim, com o denominado

Revenue Act of 1935, juntamente com a retomada do crescimento econômico, e a inclusão dos investidores em imóveis na parcela mais cara de tributação, o crescimento das taxas efetivas nos 1% mais ricos da população em aproximadamente 50%. Isto é, dentre os aumentos de carga teve-se um incremento significativo dentro do modelo de tributação de ganho de capital. Em 1936, a taxa efetiva de contribuição paga pelo 1% dos mais ricos da população aumentou em 16.4%, acima de qualquer dos anos relacionados a 1.^a Guerra Mundial e, de fato, maior que qualquer margem tributária anteriormente implementada (BROWNLEE, 2016, p.132).²⁶

Novamente neste momento, o implemento de políticas fiscais no sentido de garantir ou permitir uma mais eficiente distribuição de renda, na medida em que foi dentro desta perspectiva que foi criado o sistema de previdência social norte-americano. A tributação de lucros, também implementada neste momento, acreditava-se impor, de forma direta e dinâmica, permitindo que o poder concentrado das grandes corporações fosse, de certa forma, distribuído e também como elemento principal de incentivo à concorrência e a recuperação econômica como um todo (BROWNLEE, 2016, p.130).

Culminando a análise deste momento, demonstra-se que

o programa fiscal do New Deal terminou em 1930, mas o presidente Roosevelt e o Congresso já haviam apresentado um novo modelo, composto pela tributação ainda mais sensível das classes mais abastadas, a expansão da tributação sobre o consumo, e a nova tributação de previdência social (BROWNLEE, 2016, p.133).²⁷

Com a eclosão da 2.^a Guerra Mundial, verificou-se uma nova expansão do Imposto de Renda, ou da arrecadação dentro do modelo centralizador e não mais buscando observar de forma direta o modelo de distribuição e recuperação econômica que marcaram o período predecessor, qual seja, com a implementação das políticas

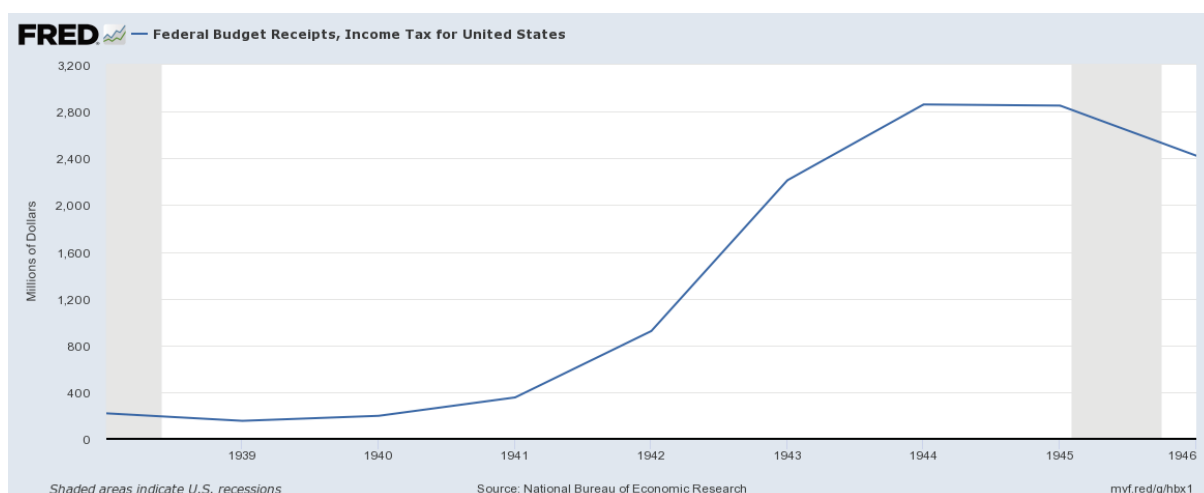
²⁵ Assim considerado o dia 24 de outubro de 1929, situação na qual a bolsa de Nova Iorque chegou aos seus pontos de menor preço de negociação.

²⁶ Tradução livre de: *"The Revenue Act of 1935 along with economic recovery, pushed households into higher tax brackets and raised effective rates on the rich by nearly 50%. Among the tax increases was a significant hike in the rate of capital gains taxation. In 1936, the effective rate paid by the richest 1% of taxpayers increased to 16.4%, higher than during any year of World War I, and in fact the highest level it had ever reached"*.

²⁷ Tradução livre de: *"the New deal program of tax reform ended in the late 1930s, but Roosevelt and the Congress had already ushered in a new tax regime, composed of a strengthened soak-the-rich component, and expanded taxation of consumption, and the new Social Security Taxes"*.

de distribuição de renda e geração de demanda tão características do período do New Deal. De forma contraditória, até certo ponto, verifica-se que da década de recuperação da crise de 1929, teve-se como conclusão a entrada do governo americano na guerra e a criação de ainda mais prementes despesas como forma de suportar o incremento de demanda por recursos financeiros como forma de financiar o desenvolvimento tecnológico armamentista. A necessidade iminente por recursos financeiros por parte do governo central, levou, novamente, a implementação de políticas próprias que voltaram a determinar o incremento de arrecadação via imposto sobre a renda.

FIGURA 3 - RECEITA DE IMPOSTO DE RENDA NOS EUA DE 1939 A 1946



FONTE: Federal Reserve of Saint Louis.

Vislumbra-se, claramente, que durante os anos de Guerra a arrecadação apresenta um salto significativo, de praticamente 150% em dois anos. Isto deveu-se, sobretudo, ao aumento da carga incidente sobre o imposto de renda federal. Contudo, a queda do modelo de reforma fiscal implementado pelo New Deal em 1938 e 1939 foi parte de um colapso maior de todos os desenvolvimentos políticos voltados ao desenvolvimento compreensivo e democrático-estadista do programa, sobretudo, no que se refere ao tamanho do Estado. Indiscutivelmente, trata-se de um governo com uma natureza liberal intrínseca, e que cuja análise para o desenvolvimento do modelo fiscal implementado trouxe consigo diversas consequências, isto porque

a administração Roosevelt inovou no sentido de implementar um Estado agente econômica, associado com a assunção de uma maior responsabilidade por parte do governo federal no sentido de promover a recuperação econômica

através dos mecanismos fiscais e a redução dos impostos, o incremento das despesas e a expansão do déficit público, mas este modelo manteve-se incompleto e inacabado quando da entrada dos EUA na Segunda Grande Guerra (BROWNLEE, 2016, p.135).²⁸

Relevante destaque cabe aqui indicar quanto a influência do modelo de política fiscal estritamente keynesiano dentro da base de recuperação econômica proposta durante o New Deal e o governo Roosevelt. Isto porque, apenas após 1940, com a assunção de uma visão mais estrita sobre as políticas de déficit permanente e a base analisada de pleno emprego é que se vislumbrou de forma efetiva a interferência da métrica da política fiscal keynesiana no modelo central desenvolvido.

Contudo, como amplamente demonstrado pela variação gráfica de aproximadamente 150% nos níveis iniciais de arrecadação federal durante o período da Guerra, implementou-se um sistema de

incremento das alíquotas para financiar as maiores despesas da guerra, e ao mesmo tempo, permitir um certo limite de controle inflacionário no sentido de reprimir a demanda privada em competição da demanda pública para as necessidades assumidas com o conflito (BROWNLEE, 2016, p.139).²⁹

Referendando tal posição, cabe mencionar a edição própria do Revenue Act de 1942, que representou de fato, a ferramenta principal de financiamento e arrecadação implementada pelo governo norte-americano então para a verificação de seus instrumentos de guerra. Por este ato, o governo federal passou a ter a liberalidade de instrumentos de arrecadação intensos, como a tributação expressiva de salários e da renda, sobretudo, da classe média trabalhadora.

Prioritariamente a esta reforma,

a arrecadação federal não fazia qualquer menção a comunidade pública ou ao sistema de 'community property'. Até este momento, o Congresso havia deixado sob a responsabilidade do Judiciário a definição da efetiva base

²⁸ Tradução livre de: *"The Roosevelt administration's innovation of the broker state was associated with an assumption of greater responsibility by the federal government to promote economic recovery through such fiscal mechanism as cutting taxes, increasing expenditures and expanding deficits. But this shift was so slow, erratic and still incomplete when United States entered the World War II".*

²⁹ Tradução livre de: *"These tax increases would finance a major portion of the war and, at the same time, control inflation by discouraging consumers from bidding up prices in competition with the government."*

de incidência dos tributos correspondentes a arrecadação federal (MCALLISTER, 1942).

Mas não se tratou de uma reforma pontual e única, já em 1943, logo após a primeira reforma de 1942, iniciou-se o debate pelas próximas reformas. Sobretudo, tendo em vista a característica específica de extrafiscalidade atrelada a medida. Enquanto a Reforma de 1942 representou, sobretudo, o principal elemento de distinção e incremento no sistema de arrecadação, como bem vislumbrado no gráfico supra, quando se tem um aumento sensível nas cifras arrecadatórias, a reforma proposta já em 1943 buscava controlar a inflação e reduzir o impacto de demanda que comprometia o desenvolvimento econômico e o valor do dólar dentro de seu próprio território.

Nesta oportunidade, o então Secretário do Tesouro Henry Morgenthau manifestou-se em seu discurso para House Ways and Means Committee que

a pressão inflacionária de preços é o principal elemento de injustiça social. Apresenta então como indeterminados os elementos morais e impede a produção de guerra. Bloqueia os investimentos privados e a habilidade de superar os obstáculos conforme eles se apresentam. A partir do momento em que se alcança um determinado padrão inflacionário, o galope do índice é muito difícil de ser controlado e deixa uma herança de stress e restrições decorrentes da guerra que irá assombrar a economia americana por décadas.³⁰

Neste momento, o sistema fiscal norte-americano passa a não apenas a ser instrumento específico do modelo de arrecadação determinado, como também no sentido de permitir a determinação de elementos claramente extrafiscais ao modelo estabelecido, quais sejam, o de busca de retração da demanda privada, através do incremento da tributação, como forma de refrear os ímpetus inflacionários tão característicos das bases de consumo em períodos de guerra. Quais sejam, o da acumulação e da busca incessante por bens de consumo para a satisfação mínima das necessidades imediatas. Alimentos e vestuário, nestes momentos, tendem a sofrer de forma mais significativa o incremento da base inflacionária pela mera pressão de demanda.

³⁰ Texto extraído do discurso praticado pelo Secretário do Tesouro Norte-Americano, Henry Morgenthau. Tradução livre de: *"Na inflacionar price is a source of grave social Injustice. It undermines moral and impedes war production. It strikes at random without consideration of equity or ability to bear the hardships which it imposes. Once it has acquired momentum, inflation is extremely difficult to control and leaves a heritage of post-war stresses and strains that will haunt us for decades"*.

Como a América Latina reagiu a este momento? Esta análise será pontualmente apresentada e correlacionada com os modelos de crescimento dos países aqui analisados, mas cabe destacar, ainda que como ponto meramente informativo, que durante este momento a América Latina como um todo vivia uma situação econômica de busca de substituição de importações, com uma indústria nascente e pouquíssimo desenvolvida e extremamente dependente. A queda da demanda por commodities, tal como o café, com a crise de 1929 e o processo do pré-guerra acabaram por comprometer de forma significativa a produção econômica e a própria condição da balança comercial destes países, até então, exclusivamente exportadores de commodities agrícolas e, de certa forma, especializados neste modelo e produção.

O período subsequente, marcado sobretudo pela Guerra Fria, teve como principal propósito do sistema fiscal estabelecido a distribuição da igualdade e da renda através da incidência do imposto de renda federal, bem como a gestão das estruturas de demanda sobre uma perspectiva domesticamente keynesiana desenhada, sobretudo, como forma de impedir a ocorrência de outro movimento como o vivido em 1929 (e que veio apenas a se repetir em 2008) e sobretudo como forma de possibilitar o financiamento dos avanços tecnológicos necessários ao desenvolvimento da Guerra Fria. Este novo modelo manteve-se vigente até a década de 1970. Estas medidas demonstraram que

a desoneração tributária significaria (já neste momento) uma grande mudança na política fiscal, pois o governo já incorria em déficit. A economia, na época, funcionava com base no modelo das finanças domésticas – devia-se equilibrar o orçamento e compatibilizar receitas e despesas (GREENSPAN, 2007, p.51).

Neste momento, a necessidade de equalização e desenvolvimento de um modelo de segurança interno determinaram ao Governo Americano a possibilidade de incluir "a renúncia fiscal de USD 10 bilhões que foi proposta ao Congresso em janeiro de 1963" (GREENSPAN, 2007, p.51) representando, naquele momento, uma das maiores renúncias fiscais estabelecidas pelo governo americano desde a Segunda Guerra Mundial e tão representativa quanto os três movimentos de desoneração posteriormente apresentados por George W. Bush durante o seu governo na primeira década dos anos 2000.

Nesta perspectiva, a década de 1970 apresentou-se marcante sobretudo pelas consequências iniciais da nova oneração fiscal apresentada. Isto porque, como forma de financiar as despesas incorridas com a Guerra do Vietnam, incluindo uma sobretaxa tributária de imposto de renda no montante de 10%, verificou-se uma sensível desaceleração econômica, com crescimento substancial da taxa de desemprego e desaquecimento da economia, como será bem verificado no Capítulo 4. Isto, destacado porque

sob a predominante visão keynesiana da economia, o desemprego e a inflação eram como crianças numa gangorra quando uma sobe, a outra desce. Simplificando demais, argumentava-se que quanto maior for o desemprego, menor será a pressão sobre salários. No sentido oposto, quando o desemprego cai e a demanda supera a oferta no mercado de trabalho, a tendência é de aumentos de salários e preços (GREENSPAN, 2007, p.57).

Neste momento é que se pode verificar a dificuldade da economia americana, e das adaptações à implementação de políticas fiscais eficientes como forma de viabilizar a manutenção dos níveis de inflação na ordem de 6% ao ano. Nesta conjuntura geral, fim da década de 1970, a Crise do Petróleo agravada pelos movimentos políticos do Oriente Médio (sobretudo a tomada do Poder no Irã), demonstraram que alternativas como a indexação de salários, como a vivida no Brasil, ainda poderiam ser também alternativas para Washington.³¹

Tem-se assim, aqui, mais um período determinado para a análise dos impactos nas relações comerciais e no desenvolvimento de países desenvolvidos, sobretudo sob a perspectiva de um marco histórico relevante, qual seja, a Guerra Fria.

A análise do movimento de financiamento e de busca de incentivo ao crescimento de sua própria economia, de forma expressa pelo país central tem como característica elementar a influenciar as suas relações comerciais e, sobretudo, os seus principais interesses no sentido de garantir o desenvolvimento e o crescimento econômico que até então marcaram as prioridades específicas do desenvolvimento social.

Durante este período e nesta perspectiva, verifica-se que

³¹ Greenspan (2007, p.79), que ainda destaca o impacto inicial da indexação de salários no Brasil como elemento primordial para o estabelecimento de índices inflacionários próximos aos 5.000% ao ano, conforme se vislumbrou, sobretudo, após a década de 1980.

não se havia esquecido a crise da dívida da América Latina, em 1982, quando a inadimplência do México, de USD 80 bilhões, desencadeou uma onda de refinanciamentos de emergência no Brasil, na Venezuela, na Argentina e em outros países. Este episódio quase derrubou vários bancos gigantes dos Estados Unidos e travou o desenvolvimento econômico da América Latina durante mais de uma década (GREENSPAN, 2007, p.165).

Diante desta análise histórica, pode-se concluir que os principais movimentos de choques de política fiscal apresentaram-se de forma determinante como elemento de desenvolvimento da economia americana desde a década de 1920, sendo os efeitos aparentes e determinantes ao crescimento e a possibilidade de hegemonia do país em cada uma das décadas subsequentes, sem se poder ignorar o fator cíclico demonstrado em cada um dos momentos analisados.

Menciona-se agora o Revenue Act de 2017, a tão aclamada Reforma Fiscal proposta pelo Governo Trump, objeto intenso de ataques e defesas por parte de diversos congressistas e países como um todo. A métrica essencial das propostas republicanas apresentadas é reduzir a tributação³² das pessoas jurídicas à alíquotas médias de 20%, atraindo novamente grande parte dos investimentos norte americanos concentrados em jurisdições mais atraentes quer seja pelo custo da mão de obra (compensado pela redução da carga fiscal interna), quer seja pela redução efetiva do custo fiscal, que acabou por implementar um incremento substancial nos incentivos fabris a serem desenvolvidos internamente.

Além de um incremento substancial nas dedutibilidades das pessoas físicas, verificadas por novas margens e consequentemente pela maior disponibilidade de recursos para as famílias injetarem na economia através do consumo, houve também um incremento consistente na margem de deduções tanto de depreciação, quanto de juros. Resultando, inicialmente, em maior quantidade de recursos disponíveis para a distribuição através de bônus³³ e um maior incentivo ao consumo. Quanto ao déficit, o desinvestimento nas nações próximas, como a retração de investimentos da Chrysler no México e a retomada de atividades nas plantas americanas em detrimento da

³² Verifica-se desde logo o intenso projeto de repatriação de recursos por grandes companhias, tais como a Apple, que acabaram por operar parcela significativa de sua produção e operações internacionais cross boarder e bucam, com a redução das alíquotas internas – a repatriação de recursos anunciada pela empresa criada por Steve Jobs encontra-se na ordem de 230 bilhões de dólares.

³³ Vide os resultados de crescimento de distribuição de bonus por empresas como AT&T, J. P.Morgan Chase.

atividade desenvolvida na América Latina, que sejam então considerados problemas de outros presidentes.

2 COMPETIÇÃO FISCAL INTERNACIONAL

2.1 O QUE É INTEGRAÇÃO ECONÔMICA? NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS DE GLOBALIZAÇÃO RECENTE.

Vive-se num mundo globalizado. Esta é a afirmação mais comum que se encontra na mídia nos dias atuais. Mas o que de fato significa a globalização? Ou a integração econômica e comercial vivida atualmente e que impregna as relações econômicas e sociais dos dias atuais? Sem dúvidas, são estas as primeiras perguntas a que se apresentam este capítulo.

Isto porque, de forma evidente

liberalização, integração e globalização frequentam os noticiários cotidianos, onde aparecem discursos veementes de manifestações populares sempre pacíficas. Jose Bové, o agricultor francês que investiu o seu trator contra a vitrine do McDonald's é, talvez, a melhor expressão caricata (da resistência) a este fenômeno. Com maior pompa e circunstância, acontecimentos como o Fórum Econômico Mundial em Davos e o Fórum Social mundial tem, na globalização, a sua própria razão de ser (CORSEUIL; KUME, 2003, p.4).

Da mesma forma, busca-se, através da análise a ser aqui desenvolvida, estabelecer um comparativo das condições econômicas e de desenvolvimento vivenciadas pelos países durante a sua evolução histórica. Isto é relevante na medida em que "compreender como a história e suas conjunturas críticas determinam o caminho da economia e das políticas institucionais nos permite ter uma análise mais completa da teoria das origens da riqueza e da pobreza".³⁴

Para esta análise, cabe mencionar, o que é, de fato, a integração econômica? Podemos trata-la como sinônimo de globalização?

³⁴ ACEMOGLU, Damon et ROBINSON, James A. **Why nations fail? The origins of Power, Prosperity and Poverty**. New York: Crown Business, 2012, p. 100. Em tradução livre de: "understanding how history and critical junctures shape the path of economic and political institutions enables us to have a more complete theory of the origins of differences between poverty and prosperity".

Cabe aqui menção, prévia, ao posicionamento exarado por Zygmunt Bauman ao indicar que

a globalização está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, globalização é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, globalização é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira (BAUMAN, 1999, p.7).

Ainda neste mesmo sentido, indica-se o posicionamento doutrinário adotado por Stiglitz ao mencionar que

a abertura do comércio internacional ajudou vários países a crescer muito mais rapidamente do que teriam crescido sem essa abertura. O comércio internacional ajuda o desenvolvimento econômico quando as exportações de um país impulsionam o seu crescimento (STIGLITZ, 2002, p.30).

Isto, conforme mencionado no capítulo 1, ao analisar quais são os efetivos impactos de política fiscal das nações, qual a tendência destes elementos a serem ou não limitados ou retraídos pelas políticas protecionistas ou pela instituição de benefícios fiscais e barreiras tarifárias ou não tarifárias para a estruturação da conjectura de inclusão nacional. Indica-se ainda que foi o fenômeno de integração entre as nações que permitiu o acesso a conhecimento além das margens específicas do desenvolvimento técnico, científico e mecânico de cada um dos países. Isto é, inquestionavelmente, sem a estruturação de um padrão de trocas específicas, quer sejam de conhecimento, de comércio ou mesmo populacionais, não se pode destacar a existência de elementos outros mais contundentes no desenvolvimento da economia de cada uma das nações.

Pode-se afirmar, assim,

que a globalização constitui um processo inexorável decorrente das inovações nas tecnologias de informática e comunicação que trará grandes benefícios para os países que dela souberem aproveitar [...] aceitando-se hipóteses de concorrência perfeita em todos os mercados, é possível demonstrar que a liberalização do comércio internacional aumenta a eficiência e a capacidade produtiva da economia (CORSEUIL; KUME, 2003, p.4).

Cabe exemplificar aqui o salto de tecnologia e produtividade vivenciado pelas indústrias brasileiras com a abertura comercial promovida pelo Governo Collor, no início da década de 1990. Durante a década de 1980, com as políticas específicas de substituição de importações e as restritas barreiras comerciais no sentido de só se permitir a entrada de bens sem similar nacional, afeto ainda a política cambial então vigente, e especialmente os controles desenvolvidos por "regimes especiais de tributação pelos quais parcela substancial das importações era favorecida com redução ou isenção de tarifa" (CORSEUIL; KUME, 2003, p.9).

Nesta perspectiva, bens de informática e de busca de tecnologias avançadas possuíam acesso extremamente limitado, tirando o poder de competitividade das indústrias nacionais e criando uma reserva de mercado compulsória e pautada em modelos retrógrados e de ineficiência. E o início da alteração da política de importação, qual seja, a abertura econômica, deu-se essencialmente pautada na alteração das políticas fiscais até então excludentes e a inserção de modelos próprios

Questiona-se profundamente quais seriam efetivamente os custos relacionados ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na troca de informações, e no incremento dos modelos de trocas comerciais até então estabelecidos. Seriam os benefícios, ou as eficiências trazidas pela integração superiores as crises e a ausência de estabilidade decorrente do modelo próprio vivenciado dentro do modelo de integração?

Isto porque, cabe lembrar que o processo de globalização não é um processo pautado no desenvolvimento equitativo das nações de forma a permitir o surgimento de unicórnios comerciais a cada esquina, e a permitir a integração própria e equitativa de todos os elementos do mercado. Isto porque, ausentes as condições perfeitas estabelecidas pelo modelo próprio de concorrência, "admite-se a possibilidade de segmentação e poder monopolístico nos mercados de trabalho, financeiro e de bens, (assim) os resultados teóricos tornam-se mais ambíguos" (CORSEUIL; KUME, 2003, p.5).

Sem dúvidas, muitos relatórios e análises quantitativas e comparativas podem ser efetuados quanto aos resultados imediatos da integração econômica. Contudo, é de se destacar que estes modelos tendem, essencialmente, a discutir premissas já consolidadas, quais sejam, discutir premissas indicadas como de superação e

manutenção de uma realidade posta, qual seja, a da impossibilidade de fechar fronteiras econômicas nos termos vivenciados durante o primeiro pós-guerra, por exemplo.

O retrocesso hoje é inviável, viável é analisar as consequências dos efeitos de política fiscal implementados e das condições gerais de estabilização dos modelos de integração e de condições mínimas de integração com competitividade e distribuição. Não se pode ignorar a teoria das vantagens comparativas³⁵ e seus impactos gerais no modelo de trocas e especialização hoje estabelecido. Impossível o desenvolvimento de um modelo de autossatisfação ou de manutenção específica de todos os interesses e necessidades de uma população, vide a invasão global dos produtos "*made in china*".

É de se verificar que a contextualização do movimento de integração vem sendo analisado por diversas correntes doutrinárias ao longo das últimas décadas. Sem dúvidas, trata-se de um conceito popular, mas raramente definido com objetividade, contudo, é principalmente a partir da década de 1990 que o termo passa a ser utilizado, como conceito positivo, atrelado ao modelo de integração econômica dos países relativamente a estrutura de suas trocas comerciais.

Destaca-se, dentro da análise de causa e consequência usualmente estabelecida, o modelo de integração entre processos distintos e que afetam, sobremaneira, as dimensões financeira, produtiva, comercial e tecnológica das relações internacionais. Isto é, as formas díspares e integrativas que demonstram a necessidade e condicionalidade das interrelações comerciais sem permitir que as relações econômicas de centro periferia sejam estabelecidas de forma vertical, qual seja, a de imposição das vantagens específicas para o desenvolvimento das estruturas centrais em detrimento do crescimento e da pauta de equalização das riquezas globais, qual seja, a condenação eterna aos países periféricos a sua condição economicamente dependente e, com isso, o fortalecimento direto do poder econômico e cultural das economias centrais.

Aqui, vale mencionar que a análise ora mencionada traz como única perspectiva a condição de economia central hoje desenvolvida pelos Estados Unidos com relação ao poderio e a influência cultural e econômica que demonstra sobre os

³⁵ Teoria formulada por David Ricardo em sua obra *The Principles of Political Economy and Taxation* (1817) que indica as vantagens específicas das trocas comerciais celebradas pode ser benéfica para todos os envolvidos na medida em que permite a especialização na troca dos bens, confirmando o modelo anteriormente proposto e celebrado pela obra de Adam Smith.

demais países da América Latina. Trata-se de uma análise pontual e em muitos aspectos restrita. Uma fotografia com edições peculiares, na medida em que o mundo atual não pode ignorar ou reduzir a relevância e o impacto das economias asiáticas, sobretudo a chinesa, e também não se questionar quais serão os próximos caminhos a serem desenvolvidos e implementados no longo prazo.

Ainda, cabe menção ao posicionamento exarado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") que vem destacando a relevância, não apenas do termo globalização, mas sobretudo indicando o desenvolvimento de métricas eficientes para mensurar o impacto efetivo de seus efeitos no desenvolvimento das atividades globalmente indicadas.

Sob esta perspectiva, vem analisando, sobretudo quanto aos impactos decorrentes das relações próprias estabelecidas na América Latina, o quanto os modelos de desenvolvimento tradicional vêm sendo influenciados ou determinados pela própria estrutura global, e indicando, sobretudo, quanto as políticas de integração afetam, de forma direta ou indireta, o fluxo de capital internacional e o fluxo de investimentos diretos apresentados para estes países.

O relatório *América Latina num Cenário Global de Mudanças*, de Winston Fritsch, reconhece, nesta medida, que

nos últimos quinze anos, uma onda de desenvolvimento tecnológico regional e as inovações de gestão vem se apresentando como uma combinação que transforma os determinantes de decisões estratégicas e a internacionalização das indústrias, e desta forma, a dinâmica envolvendo os investimentos estrangeiros através da seara dos Investimentos Estrangeiros Diretos (FRITSCH, 1992, p.21).³⁶

Dentro deste modelo, até como estrutura de paralelismo e antes de adentrarmos os conceitos específicos de integração econômica, menciona-se a relevância apresentada, inclusive como elemento justificante da disparidade econômica atualmente vivenciada entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

³⁶ Tradução livre de: "Over the past ten to fifteen years, a wave of technological and managerial innovations has coincided with the growing environmental instability described above; the combination has produced marked changes in the determinants of strategic decisions of internationalized firms and, thus, in the dynamics of global FDI flows".

Piketty, em sua consagrada obra *O Capital no Século XXI*, indica que

a primeira globalização financeira e comercial, dos anos 1870 a 1914, guarda profundas semelhanças com a segunda globalização, em curso desde os anos 1970 e 1980. Trata-se de um período ao mesmo tempo fascinante e prodigiosamente desigual. São os anos em que se inventam a lâmpada elétrica e as viagens transatlânticas, o cinema e o rádio, o automóvel e os investimentos financeiros internacionais (PIKETTY, 2014, p.35).

Desta feita, podemos indicar como uma consequência própria dos primeiros movimentos de integração econômica ou dos impactos da primeira globalização financeira vivenciada pelo globo estão diretamente vinculados, ou relacionados, a estrutura de atratividade dos países na virada do século XIX para o século XX.

Tem-se aqui uma outra comparação relevante, enquanto elementos de atratividade de recursos externos (aqui mencionados ou compreendidos como *foreign direct investment* ou "FDI") dos países hoje desenvolvidos para os países atualmente em desenvolvimento. Isto é, como os fluxos financeiros de desenvolvimento e vinculação de interesses centrais se mantêm influenciando e criando elementos próprios de dependência nos modelos centrais.

Lembra-se, neste momento, da estrutura característica de colonialismo, ainda que meramente cultural e não propriamente formal, que demarcaram as realidades políticas, sobretudo da América Latina neste período: foi então que o Brasil aboliu a monarquia e tornou-se república (15 de novembro de 1888); o México ainda vivendo sob a realidade das ditaduras e da instabilidade política (demarcada sobretudo pela guerra Mexicano-Americana de 1846-1848); a Colômbia ainda dominada por um partido conservador e escravocrata que só foi vencido e permitiu o estabelecimento de políticas liberais após 1930; e o Chile, marcado até então por uma república parlamentarista recheada de instabilidades que só se apresentou superada em 1912.

Não há como se ignorar que num modelo de desenvolvimento especificamente pautado na atratividade de investimentos externos, as instabilidades que marcaram os grandes protagonistas da América Latina atual, de certa forma, contribuíram de forma direta ou indireta para o atraso no desenvolvimento. Neste momento histórico, não é possível deixar de mencionar a ausência de atrativos ou a própria inexistência de condições práticas para a atratividade de investimentos e a consequente integração a ser vivenciada pelos países latinos.

Reconhece-se, com isso, que "os países se diferenciam em seu sucesso econômico em razão de suas diferentes instituições, das suas normas que influenciam a economia, e dos incentivos que motivam a população" (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.73), destaca-se, novamente, que é sobre a análise específica do efeito que as instituições e os modelos econômicos incentivados pelas estruturas fiscais têm na economia, sobretudo de países latinos, que se desenvolve o presente estudo. E esta afirmação referenda, com todo o conteúdo previamente indicado, a relevância do modelo de desenvolvimento e integração regionais que marcou o desenvolvimento da América Latina sobretudo no século XX.

O conceito de integração econômica, ou globalização financeira, vem conotar, propriamente, um desdobramento específico do modelo de integração vislumbrados pela globalização de forma geral. Não se pode ignorar, nesta seara, a relevância do modelo de desenvolvimento e as consequências sociais, bem analisadas por Baumann em obra mencionada, quanto aos impactos, ao desenvolvimento e as consequências demográficas, sociais e políticas dos movimentos de integração.

Contudo, não se pode ignorar dentro do desenvolvimento dos modelos mencionados, a preponderância quanto ao modelo específico de análise econômica de forma ampla, ou das consequências econômicas próprias dos movimentos de integração que vem aqui sendo mencionados e destacados como relevantes aspectos no desenvolvimento econômico e no progresso de cada uma das políticas fiscais indicadas.

Assim, não cabe a esta análise prévia indicar ou desenvolver de forma pontual e específica um conceito geral, estrito ou com buscas de estabelecer um modelo de verdade absoluta sobre a globalização econômica. Impossível é não a tratar como um fator não sujeito a qualquer retrocessão. Qualquer modelo de exclusão ou de cerceamento específico de trocas comerciais pode determinar, de forma generalista e específica, na condenação dos países, e de seus cidadãos, a exclusão do modelo de desenvolvimento econômico geral.

2.2 O QUE DEFINE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO? O IMPACTO DO MODELO DO GRANDE HERÓI AMERICANO E A COMPARAÇÃO DO EFEITO DO DESENVOLVIMENTO

Cabe aqui, previamente, o estabelecimento de uma justificativa quanto aos elementos e o parâmetro técnico a ser estabelecido durante o desenvolvimento deste trabalho. Esta análise busca, ainda que não de forma conclusiva, analisar os impactos das políticas fiscais implementadas pelo governo americano, isto é, de um país considerado economicamente desenvolvido, com os modelos estabelecidos decorrentes de suas relações com países chave dentro do desenvolvimento latino-americano do último século, isto é, quanto o estabelecimento de novas políticas fiscais quer sejam expansionistas, quer sejam no sentido de retrain a atividade econômica, tendem a comprometer ou impedir o desenvolvimento de economias periféricas e dependentes do modelo da economia central.

Dentro da perspectiva a ser aqui analisada, leva-se em consideração diversos aspectos pessoais e que são diretamente intrínsecos a definição ou a padronização primeira do conceito de desenvolvimento. Isto porque

o desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas, a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas. De fato, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo impedir o movimento de fomes coletivas e outros desastres econômicos (SEN, 2010, p.30).

Neste aspecto, a definição do modelo de a que se refere quando se trata de desenvolvimento, isto é, do modelo específico de desenvolvimento econômico a ser implementado dentro das bases de determinação e inclusão da raiz macroeconômica mencionada não ignoram, em um primeiro parâmetro, as consequências ou outros vetores que diretamente influenciam no seu desenvolvimento. Quais sejam, de que variáveis como inflação, variação cambial, índice de produtividade e crescimento de demanda interna não influenciam de forma direta também os índices de crescimento dos países em desenvolvimento, independente da implementação de políticas fiscais expansionistas ou contracionistas. Contudo, ainda que de inicial, busca-se verificar

através das análises desenvolvidas no capítulo 3 qual a efetiva correlação entre estas variáveis em momentos específicos de alteração do ritmo do desenvolvimento econômico.

Quanto de fato, estas alterações de política de países que se encontram em condições mais determinantes e mais favoráveis são, de fato, determinantes nos rumos e na determinação de políticas econômicas a serem implementadas por países periféricos, a dependência decorrente das trocas comerciais e da dependência externa, demonstra, claramente, a necessidade de ajustes e implementação de medidas protetivas voltadas a satisfazer ou proteger as estruturas de desenvolvimento internas. Isto porque, a métrica de coesão internacional ou a base de equilíbrio perfeito entre os agentes econômicos internacionais. Tendo em vista a relevância

das tentativas de erradicar a desigualdade podem, em muitas circunstâncias, acarretar perda para a maioria – às vezes, até mesmo para todos. Esse tipo de conflito pode emergir em forma branda ou severa dependendo das circunstâncias exatas. Modelos de justiça – envolvendo o observador imparcial e a posição original ou a rejeição não razoável – precisam levar em conta essas diversas considerações (SEN, 2010, p.127).

Seria, assim, o desenvolvimento uma medida específica de aumento do Produto Interno Bruto, de forma a garantir em números absolutos o resultado econômico aferido dos modelos desenvolvidos? Seriam os modelos de distribuição de renda, como o PIB *per capita* ou o Índice de Gini, os elementos de determinar a relevância do crescimento da estrutura dos países a serem desenvolvidos? Qual é a métrica específica de criação e desenvolvimento, inclusão a ser estabelecido?

A metodologia aqui delineada leva em consideração especificamente a métrica do PIB dos países em desenvolvimento. Não se busca, contudo, afirmar que é o PIB uma métrica precisa e estabelecida de inclusão social, acesso e distribuição de renda. Longe de se afirmar que métricas de crescimento no produto interno bruto necessariamente demonstram melhores condições de vida aos cidadãos, sabe-se que a métrica de produção não diretamente se relaciona com a melhora efetiva da qualidade de vida dos cidadãos, de maior e mais coerente distribuição de renda, que a inflação, a pressão cambial e o preço médio das commodities no mercado externo não tende a influenciar, diretamente, o padrão de vida e as oportunidades de crescimento.

Esta relação se mostra preponderante, sobretudo, tendo em vista a evidente interdependência desenvolvida entre os países latino americanos e o modelo central

de desenvolvimento capitalista desenvolvido, isto é, não se trata apenas de um modelo de pendência econômica pautada em investimentos e trocas comerciais, trata-se, de fato, de um modelo de dependência cultural, que busca estabelecer, dentro de seus parâmetros próprios, a estrutura de crescimento implementada.

Poder-se-ia retomar a uma análise mais profunda e buscar uma relação própria entre o modelo colonizador, europeu, portanto, implementado e como forma de proporcionar o nascimento independente das nações ora analisadas, quais sejam, Brasil, Chile, Colômbia e México. Contudo, não se busca aqui uma análise puramente histórica a ser desenvolvida com base no modelo implementado, busca-se o estabelecimento de perspectivas ou de medidas prospectivas dentro do modelo a ser desenvolvido.

Isto porque, como bem mencionado por Paulo Roberto de Almeida referindo-se ao Brasil mas pouco destacando-se com base a estrutura desenvolvida quanto aos demais vizinhos latino americanos, temos que

a relação, que pode ser definida ao mesmo tempo como central e como estruturalmente assimétrica, passou, ao longo da história, por diferentes situações, da aproximação à indiferença, da aliança militar à desconfiança, da cooperação política à competição comercial, nas várias fases de um relacionamento que remonta ao período anterior à independência do Brasil (ALMEIRA, 2004, p.203).

Dentro deste modelo de dependência ou de correlação entre o desenvolvimento da economia americana e da de seus vizinhos latino-americanos, via de regra, agroexportadores, está diretamente relacionada ao posicionamento específico e as alterações próprias implementadas na seara fiscal. Nesta medida, não se pode ignorar a relevância das mudanças de posição adotadas no desenvolvimento de suas políticas fiscais, conforme analisado no item 1.5 deste trabalho, mencionando as principais mudanças de política fiscal estabelecidas pela matriz central no último século e da sua relação com os seus vizinhos menos abastados.

Como elemento de distinção, elementar, entre os modelos estabelecidos por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, cabe também mencionar o nível de qualidade de suas despesas, contudo, com formas mais limitadas de expressão e indicação de crescimento, na medida em que

uma das principais diferenças nas despesas estabelecidas por países em desenvolvimento e países desenvolvidos pode ser atribuída a atos dos governos de países desenvolvidos, ou medidas próprias, no sentido de proteger seus cidadãos contra várias formas de riscos de mercado, tais como o desemprego, a perda de renda devido as idades avançadas e doenças. O que aumenta a questão de porque os mercados, ainda que em países desenvolvidos, não podem ofertar instituições que assegurem que os próprios agentes privados estabeleçam medidas que atendam ao possível ausência do Estado nestes setores (TANZI, 2000, p.25).³⁷

Não se busca, aqui, a discussão acerca da evolução das medidas protetivas, a adequação das relações jurídicas internas dos países ora analisados quanto ao modelo específico de regulamentação do sistema financeiro, das garantias de propriedade intelectual ou mesmo do modelo específico de dumping que marcaram a evolução das relações de investimento entre os Estados Unidos e os demais países, aqui indicando do globo. Busca-se, de fato, analisar como as necessidades iminentes de atenção aos interesses centrais de economias desenvolvidas requerem ou clamam por ajustes e medidas específicas no desenvolvimento das economias dependentes.

Sabe-se que a relação de centralização econômica do modelo desenvolvido indica uma relação própria de dependência entre os países em análise e a economia norte americana, parcela de comprometimento e de relações comerciais destes países com o modelo central remonta a aproximadamente 20% do total de operações efetuadas com o mercado externo pelos Estados Unidos, isto é, 1/5 de todas as relações comerciais desenvolvidas pelo país central se estabelecem de forma direta com quaisquer das economias ora analisadas. No quesito importações 15.26% do total de importações efetuado pelo governo americano e de 19.51% no total de exportações efetuadas pela base matriz, dados pautados nos resultados aferidos no ano de 2016, conforme publicado no *World Integrated Solution*, ferramenta disponibilizada pelo Banco Mundial como forma de aferir os dados econômicos relacionados nos tópicos posteriores, isto é, demonstra-se claramente que estamos tratando de elementos próprios que representam parcela significativa das relações comerciais realizadas pelos

³⁷ Tradução livre de: *"imuch of the difference in spending between developed and developing countries (a difference mostly explained by transfer payments) may be due to attempts by the governments of developed countries to protect citizens from varios forms of risks such as unemployment, loss of income due to old age and sickness, and risks inherent to some economic adctivities. This raises the question of what markets, even in developed countries, cannot provide the institutions (insurances and so on) that would make it unnecessary for the government to enter this area".*

Estados Unidos ao mesmo tempo que a relevância das operações efetuadas com os vizinhos latino-americanos também é de relevância significativa e preponderante.

Pode-se almejar, em análises futuras e pontuais, a indicação de soluções ou de alternativas a adequação de forma a garantir uma estrutura de crescimento linear. Reitera-se aqui a preponderância e a relevância desta análise frente a publicação da reforma fiscal norte-americana em 2017, que como premissas gerais, volta a estabelecer um padrão de aumento do déficit público, ante a redução das margens de imposto de renda das pessoas jurídicas em aproximadamente 14%.³⁸ Quais serão os prospectivos efetivos desta mudança, ainda se apresentam como uma raiz nebulosa, mas que pode ser prevista, ainda que de forma precária, ante a análise histórica das reformas anteriores, bem como o impacto na disparidade econômica atualmente vivenciada entre o país central e a América Latina e se, e qual seria, a saída para organizar o desenvolvimento independente desta realidade apresentada.

2.3 O CAMINHO LATINO AMERICANO

2.3.1 A consolidação do modelo de dependência

Anteriormente a adentrar de forma pontual o modelo de evolução e dependência que vem marcando o desenvolvimento econômico da América Latina no último século, é relevante mencionar que cada um dos elementos políticos e de desenvolvimento implementados pelos países latino americanos veio, apenas, como resposta aos modelos de organização e implementação de políticas de inclusão generalistas.

Não se pode ignorar, desde um primeiro momento, na disparidade dos modelos de colonização implementados na hispano-américa bem como na América Portuguesa em comparação ao modelo original de desenvolvimento proposto pelas colônias britânicas. Esta diferenciação é sensível nos padrões de desenvolvimento de todas as colônias de exploração ao redor do globo. Muito provavelmente, os problemas de desenvolvimento e os obstáculos aqui observados com relação ao território latino

³⁸ Conforme relatórios e notícias que indicam a redução da carga de imposto de renda sobre as pessoas jurídicas de uma alíquota geral na ordem de 3% para uma alíquota efetiva de 21%.

americano são em muito semelhantes aos problemas, vivenciados, provavelmente, em maior escala pelos países africanos, por exemplo, bem como pela Ásia continental.

Cabe mencionar, que como elemento elementar de análise a ser desenvolvido a necessidade de arrecadação pelos governos centrais. A despeito de todos os países apresentarem-se como federações de estados, com autonomia própria, todos têm como principal responsável pelas despesas elementares com saúde, educação e previdência o governo central, isto porque

desde o final do século XIX, o Estado moderno vem sendo financiado principalmente pelo modelo de arrecadação de imposto de renda progressivo. O imposto de renda se diferencia dos outros sistemas de tributação (como a sobre o consumo e a de previdência social) na medida em que também abarca a renda de capital como base de cálculo, ainda que a renda tenha apenas sido criada e não efetivamente consumida (TANZI, 2007, p.174).³⁹

Esta alteração inicial nos paradigmas de determinação de arrecadação e nos modelos de crescimento, trouxeram diversos pontos relevantes tanto de investimentos quanto de crescimento próprio dentro do modelo econômico de desenvolvimento adotado pela América Latina no século XX.

Nesta perspectiva, passa-se pelas alterações propostas dentro do modelo independente do Estado desenvolvimentista, que garante "o Estado assumindo as rédeas de desenvolvimento interno, protegendo a atividade econômica nacional, promovendo a acumulação inicial de capital, fornecendo a infraestrutura e planejando o modelo substitutivo" (PINHEIRO, 1995, p.71).

Muito do que se há a destacar, quando da análise dos modelos fiscais desenvolvidos pelos países latino-americanos, passa, diretamente, pelo conjunto de características desejáveis que uma economia deve ter para se credenciar melhor e experimentar um processo de desenvolvimento que se completa com o crescimento da produtividade. Esta é, na verdade, o resultado de tudo, mas reflete também "a concepção filosófica, uma vez que o desejo da superação é um traço distintivo de certas sociedades mais do que de outras" (GIAMBIAGI, 2015, p.55-56).

³⁹ Tradução livre de: *"from its beginnings in the late nineteenth century, the modern state has been financed mainly by progressive income taxation. The income tax differs from other forms of tax (such as consumption or social security tax) in that theoretically includes income from capital in the tax base, even if it is saved and not consumed"*.

Este ganho de produtividade de escala, dentro do modelo latino americano é de indispensável poder de análise. Além disso, não se pode ignorar, como bem afirmado também por Giambiagi (2015) que a análise aqui desenvolvida não passa pelas consequências imediatas das políticas públicas implementadas pelos governos no desenvolvimento de seus modelos sociais, afinal,

governos contam. [...] Governos, por mais legítimos que sejam na representação do estado de espírito de um país num determinado momento da sua História, podem ter um papel virtuoso – no sentido de levar um país a um futuro melhor – ou perverso – ao travar seu processo de desenvolvimento (GIAMBIAGI, 2015, p.56).

Sem dúvidas, esta realidade intrínseca de verificação e dependência das influencias apresentadas pelas decisões dos governos centrais no impacto dos modelos de desenvolvimento econômico implementados tem sob as políticas públicas, a arrecadação e a disponibilidade de recursos como um todo.

A relevância da análise e o impacto das medidas fiscais de países centrais, tais como os Estados Unidos, no desenvolvimento de modelos próprios, tais como os em desenvolvimento, demonstram, claramente, a necessidade de incremento nos resultados e na implementação própria de políticas públicas. Isto porque

países com elevados níveis de renda per capita, como os EUA podem não precisar crescer muito porque o seu grau de bem-estar já é bem elevado. E segundo, que os países podem não precisar investir muito, em relação ao PIB, se tiverem compensatoriamente níveis elevados de produtividade do capital. Quando a renda per capita ainda é insuficiente, em face das aspirações nacionais, porém, ainda é importante crescer a uma taxa alta. E quando a produtividade é baixa, é preciso compensar isso com elevados níveis de investimento (GIAMBIAGI, 2015, p.177).

Cabe aqui mencionar, no mesmo sentido, a relevância de que todas as análises desenvolvidas trazem como premissas essenciais a necessidade própria de confirmação do chamado "dever de casa" de cada um dos países de forma independente, qual seja, a existência de instituições políticas e econômicas sólidas, de esforço de poupança, existência ou esforços na implementação de infraestrutura adequada, educação, consciência e controle do gasto público, previsibilidade macroeconômica, competição e níveis crescentes de produtividade. Todos os exemplos analisados no desenvolvimento deste trabalho trazem como característica

elementar dependência substancial na sua base de relações comerciais, isto é, em nível de fluxo financeiro de suas exportações, níveis superiores a 10% de sua pauta total de exportações, variando, do mínimo, no caso brasileiro, de expressivos 13% para a dependência substancial e 81% no caso mexicano. Os extremos buscam demonstrar as características próprias pelos quais os choques fiscais de expansão ou retração da economia central tem diretamente no crescimento e no desenvolvimento das economias periféricas.

Dados aqui os elementos centrais da relevância do tema quanto aos impactos das políticas fiscais nos países da América Latina a serem analisados, cabe ainda pontuar alguns aspectos relevantes como forma de indicar as métricas a serem analisadas. Passa-se aqui pela análise dos impactos no desenvolvimento e no crescimento de países que ainda precisam crescer muito e em ritmo acelerado, como forma de garantir alguma condição de distribuição de renda a sua população. Está-se falando, dentro da perspectiva analisada, de quatro países que tem como característica comum os elementos de concentração de renda e desigualdade de forma pontual e destacada. A despeito das evoluções das últimas décadas, Brasil e Colômbia ainda se apresentam como dois dos mais desiguais países da América Latina. Seguidos de perto pela concentração de renda vividas no México e no Chile.

2.3.2 Brasil

Quanto aos dados específicos relacionados a estruturação das políticas fiscais e econômicas desenvolvidas pelo Brasil como elemento propulsor do seu desenvolvimento, cabe-nos destacar a existência e a necessidade de análise de dados estatísticos próprios que, de alguma forma, refletem a realidade do país no último século.

Inquestionavelmente, a análise científica aqui proposta passa, à passos largos, do modelo econômico e fiscal desenvolvido durante os últimos anos e diretamente influenciado pelas opções políticas desenvolvidas no país, não se trata, pois, de uma crítica política ou de uma busca de análises e respostas prontas aos modelos econômicos até então estabelecidos no país, bem como de uma defesa político partidária. Os dados aqui analisados têm, como elemento central, as fontes do Banco Mundial, do IPEA e do Fundo Monetário Internacional.

Em assim sendo, é importante destacar que estas consequências estarão de certa forma retratadas na medida em que a modelo passa, diretamente, pela análise do Produto Interno Bruto do país que veio sofrendo retrações nos últimos anos em consequência da crise econômica vivida. Contudo, busca-se uma mera análise de correlação entre as variáveis relacionadas a arrecadação do país central, seu incremento próprio ou incremento no déficit público por medidas fiscais expansionistas, e os impactos diretamente sofridos sobre as economias periféricas ou dependentes.

Isto tendo-se em vista que "tradicionalmente, o Brasil foi um país, em primeiro lugar, muito pobre; e, em segundo lugar, com uma distribuição de renda que se encontrava entre as piores do mundo" (GIAMBIAGI, 2015, p.57).

Como primeiro elemento de análise, pode-se trazer o impacto do crescimento econômico do Brasil se comparado ao crescimento econômico global nos últimos anos, verifica-se, assim, que na última década o crescimento do país, vem sofrendo sistemático decréscimo em comparação aos níveis mundiais, a retração da economia brasileira vem ganhando maior sensibilidade e força sobretudo nesta última década em que crises e manobras políticas influenciaram de forma direta o crescimento e o desenvolvimento da base econômica do país.

Contudo, não se pode deixar de mencionar aqui, ainda que em linhas gerais, as características próprias de desenvolvimento e os principais marcos da história econômica do Brasil no último século. Iniciamos com a realidade econômica vivenciada na primeira república, demarcada sobretudo sobre o desenvolvimento de um modelo de exploração pré-industrial que permitiu a exploração específica de bens primários, tais como o café, a erva mate e a borracha, delimitando inclusive as bases centrais do desenvolvimento de cada uma das regiões do país. Trata-se ainda de um modelo econômico pautado, exclusivamente, na exploração comercial e extrativista e quase monocultora. Neste momento a renda interna estava especificamente pautada nas relações comerciais com os países centrais sobretudo através da exportação de matérias-primas.

Buscando evoluir deste modelo, tivemos a primeira era de industrialização vivenciada a partir da década de 1930, durante o Primeiro Governo Vargas, em que se vislumbra a inclusão de um modelo próprio de substituição de importações e do fortalecimento da participação do Estado na Economia, neste sentido, destaca-se que "a origem do modelo de forte intervenção do Estado na economia e a concepção

de que cabe a este o papel de zelar pela melhoria de bem estar da população, especialmente através de atos dirigidos aos estratos mais pobres da população, remonta a Getúlio Vargas" (GIAMBIAGI, 2015, p.15), ou seja, a este momento histórico.

Pode-se incluir o período, ou estendê-lo de forma direta até o início da década de 1980, comumente delineado na literatura econômica como nacional desenvolvimentismo, tem-se como característica a existência um Estado grande, voltado ao desenvolvimento de atividades industriais primárias, sendo o governo o principal agente fomentador do desenvolvimento econômico e social vivenciado no período, inclusive marcado pela abstenção democrática durante o regime militar.

Dentro do período mencionado, o país vivenciou também o chamado milagre econômico, período marcado entre 1969 e 1973, em que o crescimento da base industrial aumentou consideravelmente a empregabilidade e a renda, sem, contudo, preocupar-se com os elementos essenciais de distribuição que até o momento não foram efetivamente implementados. A antiga política originária do governo Kubitschek de fazer com que o bolo crescesse de forma a torna-lo viável para a efetiva distribuição até hoje não foi efetivamente verificado.

Diretamente subsequente ao modelo de substituição de importações e de proteção econômica vivenciado, sobretudo, até a década de 1990, tem-se a inclusão o modelo próprio de desenvolvimento através da abertura do Brasil para as importações e de forma mais significativa par ao investimento estrangeiro. Neste momento, com o grande fluxo de privatizações que marcaram sobretudo o governo Fernando Henrique Cardoso⁴⁰, há de se destacar os movimentos de privatização, de flexibilização cambial e até mesmo de atribuição de independência ao Banco Central do Brasil no desenvolvimento e implementação da política monetária nacional.

Verifica-se, assim, que a história do Brasil passa por diversos momentos de evolução e reformas indispensáveis a sua adequação ao momento vivido externamente, isto é, com a adequação de sua realidade econômica as complexidades decorrentes da inclusão e vivencia do Brasil em um modelo econômico cada vez mais global.

⁴⁰ Em contraste com os modelos pretéritos e mencionados, como bem explica Fabio Giambiagi, Fernando Henrique Cardoso se popos, com um novo enfoque, virar a página do esquema de intervenção rígida do Estado na economia, instituindo a aí mencionada proposta reformadora do Estado. A ideia era de estabelecer um relacionamento menos pessoal com o cidadão: na economia, mediante o surgimento e o posterior fortalecimento de entidades reguladoras no caso dos serviços públicos e dos insumos essenciais como o petróleo – em detriment da força política das empresas estatais – e, no campo social, mediante a ênfase na maior igualdade de oportunidades.

Não se pode deixar de levar em conta, especificamente dentro do modelo estabelecido para o desenvolvimento do Brasil, do enfraquecimento e da recessão vivida nos últimos anos, dada sobretudo como consequência as políticas macroeconômicas implementadas pelo Governo Dilma e o seu respectivo fracasso.

FIGURA 4 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL

Brazil Country Growth v/s World Growth v/s GDP Growth



FONTE: World Bank Database.

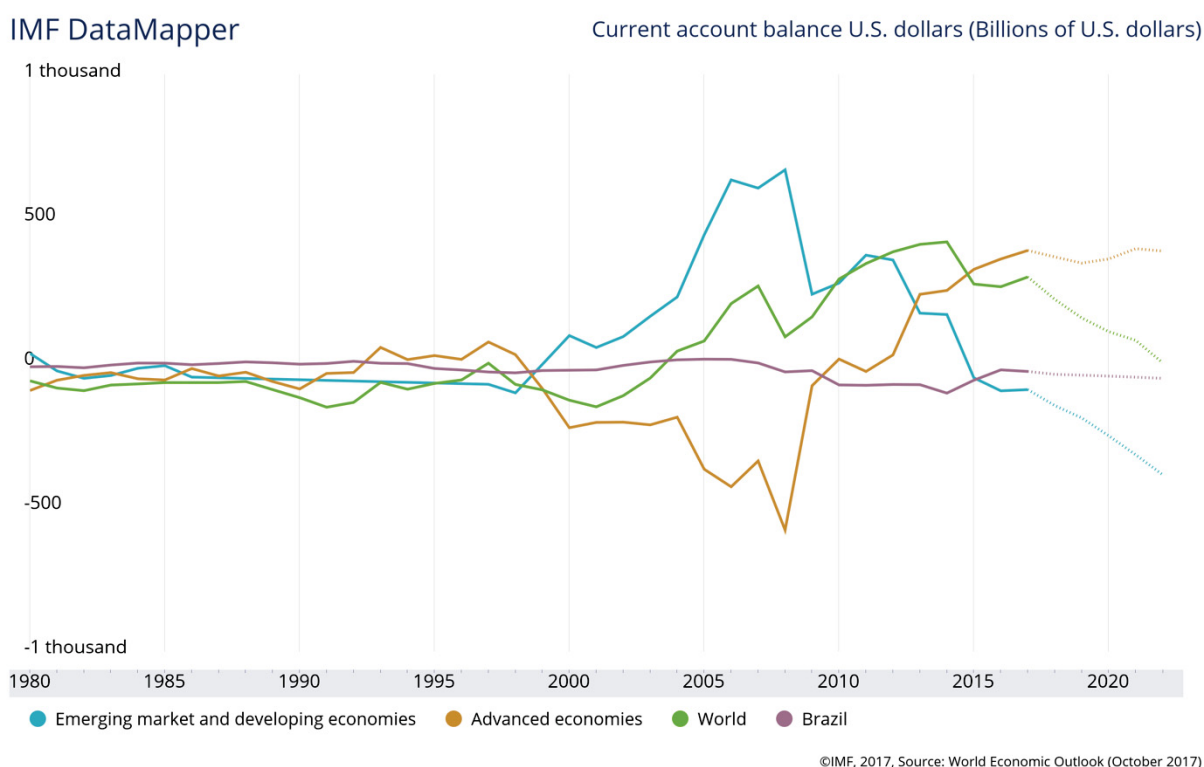
Considerado ainda, dentro das análises propostas pelo próprio Banco Mundial, que a intensidade das relações comerciais firmadas entre o Brasil e os Estados Unidos, nesta seara, correspondem a 12.58%, superior, inclusive, a integração e as trocas comerciais de exportação firmadas no âmbito do Mercosul, totalizando 10.61% e totalizando os países ora analisados conjuntamente, que totalizam 10.51% do total de exportações do Brasil, isto é, o campo de análise ora proposto é apenas 0.1% inferior ao trânsito comercial Brasileiro em relação ao Mercosul.

Como graficamente analisado,

o contraste com o desempenho da economia Brasileira é gritante. O curioso é que isso se deu em um contexto em que, ao mesmo tempo em que o PIB arrefecia, a inflação era pressionada e as autoridades, aqui, defendiam nesses anos as políticas em curso com o argumento de que as políticas alternativas seriam recessivas (GIAMBIAGI, 2015, p.67).

Esta realidade deixa o Brasil também um pouco afastado ou menos influenciado pelas políticas econômicas implementadas pelo governo norte americano. Atualmente, os próximos passos da economia nacional e global serão mais sensíveis quanto ao desenvolvimento específico da implementação do novo modelo de crescimento econômico implementado.

FIGURA 5 - COMPARATIVO ENTRE O BALANÇO DO BRASIL EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS ECONOMIAS GLOBAIS E AS ECONOMIAS LATINO AMERICANAS



FONTE: FMI – Fundo Monetário Internacional Database.

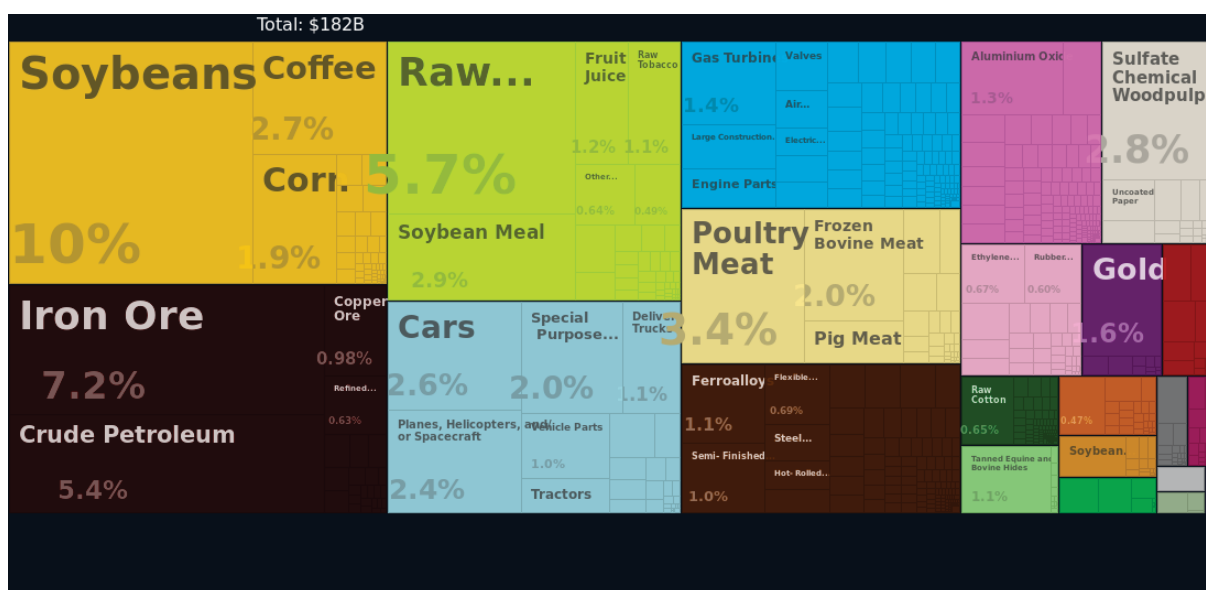
No caso brasileiro, conforme demonstrado pelo gráfico acima, o saldo da balança comercial pouco pode significar a efetiva existência ou inexistência de índices relevantes de crescimento econômico. Isto porque, conforme se vislumbra, a despeito da movimentação expressiva nos índices no que se refere a inclusão do saldo da balança de pagamentos e seu respectivo impacto de variação efetiva nas economias desenvolvidas, nas emergentes (que tiveram saldos substancialmente positivos com a crise de 2008, por exemplo), o saldo brasileiro mantém-se praticamente estável durante os últimos 30 anos.

Estas análises se apresentam relevantes na medida em que a dependência comercial, ou a complexidade das relações comerciais firmadas entre os Estados

Unidos e o Brasil se apresentam como elemento relevante e indispensável para a análise da dependência econômica neste trabalho. Bem como, como a possibilidade de transferência de mercado consumidor ou de propagação das relações comerciais com demais países como forma de permitir a transferência de mercadorias, ou a transferência da oferta para outras nações demandantes.

A análise da pauta de exportações brasileira demonstra a dependência ou a especialização ainda em produtos primários, mais de 50%, conforme se verifica na figura abaixo, da pauta de exportações brasileiras está relacionada a commodities, tais como o soja, o café e milho, e de exploração extrativista, como o petróleo, o aço e o cobre. Apesar do incremento na participação dos derivados de soja e de alimentos resultados do processamento de commodities ou bens de agricultura primária. Isto é, demonstra-se com isto que os principais elementos da pauta de exportações brasileira encontra-se vinculado a produtos primários, amplamente consumidos ao redor do globo e sem um alto nível de valor agregado.

FIGURA 6 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

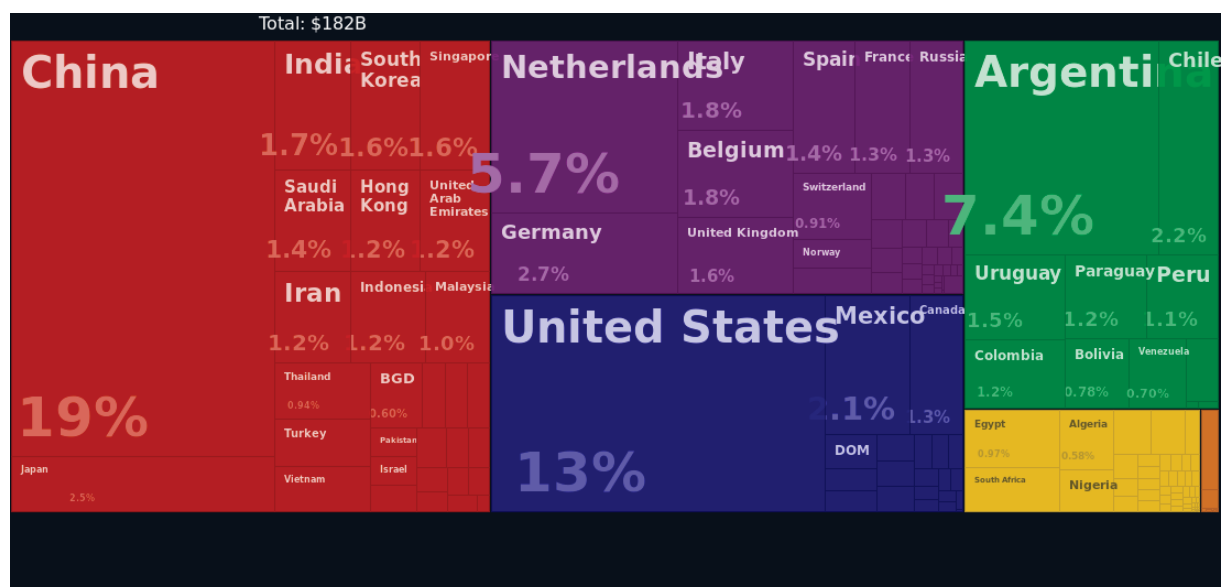


FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

Ainda, na figura abaixo indicada, demonstra-se o índice de vinculação econômica do Brasil com seus principais clientes na pauta internacional, qual seja, quais são os principais consumidores da base de produção primária apresentada pelo Brasil. Verifica-se que apesar do crescimento da relevância da China como consumidor, atrelada ainda a Ásia com crescente participação na pauta, os Estados

Unidos, aqui analisados como economia central, ainda detém, isoladamente, 13% de consumo da pauta de exportações brasileira, sendo o segundo parceiro comercial em relevância. Este modelo demonstra a relevância das condições econômicas vivenciadas nos Estados Unidos para o desenvolvimento próprio da economia brasileira.

FIGURA 7 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES



FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

2.3.3 Colômbia

Relevância para a análise do modelo colombiano ora implementado cabe destacar na medida em que, ante a estabilização a que vem se sujeitando o país sobretudo, nos últimos trinta anos. Historicamente, a superação do modelo de exportação pautado sobretudo no tráfico internacional para a inclusão do país dentro de modelos específicos voltados ao desenvolvimento de produtos primários, alinhando-se a política comercial vigente na América Latina vem demonstrar a relevância da transformação comercial e os impactos relacionados ao seu crescimento médio que sofreu inflexão substancial no ano de 2015 retomando o trajeto de crescimento e desenvolvimento buscado.

FIGURA 8 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DA COLOMBIA EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL



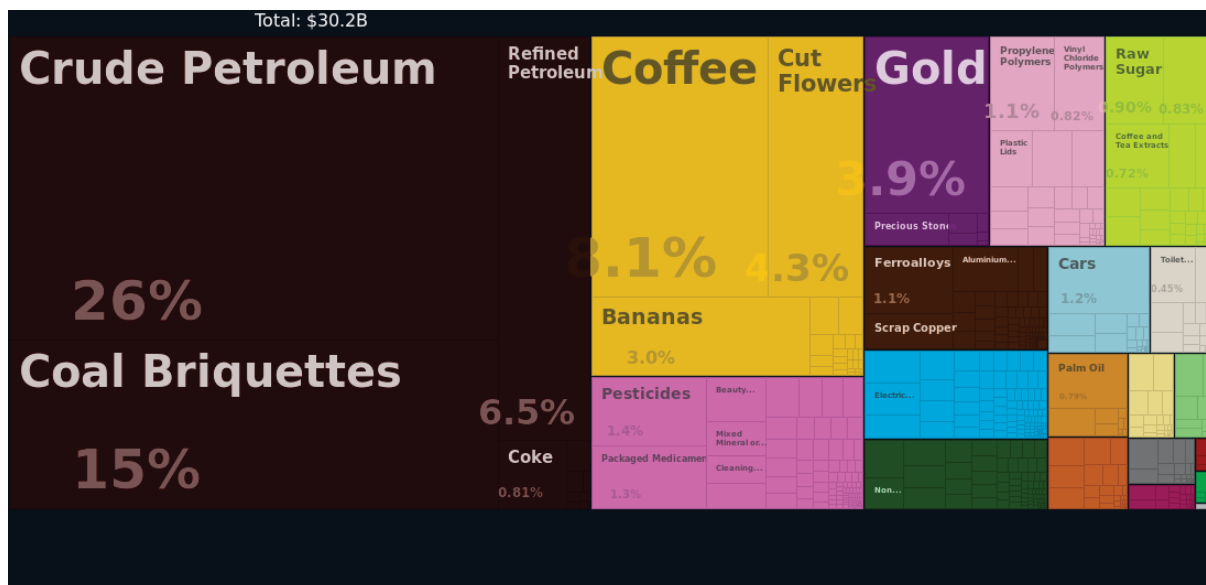
FONTE: World Bank Database.

Cabe mencionar que os países ora analisados, de forma direta ou indireta, possuem entre si além da geografia e, em alguns casos, do idioma, parcela significativa de sua colonização e de seu desenvolvimento até às portas do século XX estavam pautados na indústria extrativista em decorrência principalmente do modelo de colonização imposto pela colônia espanhola até então.

Na primeira metade do século XX é que a Colômbia passa a vivenciar de forma iminente a revolução comercial e industrial que vem marcando o seu novo posicionamento econômico global. É a partir de 1900 que a Colômbia passa a apostar de forma ainda mais contundente na exploração cafeeira e permite o desenvolvimento de uma classe pautada na produção de bens e serviços tanto para consumo externo quanto para a exportação.

Na mesma medida do que foi analisado para o governo brasileiro, verifica-se que a pauta de exportações colombianas também se encontra centrada em base extrativa, tal como o petróleo, e agricultura, não exclusivamente de commodities, mas principalmente pautada na exploração do café, das flores e de bananas. Isto é, ainad tratamos de estruturas com baixo valor agregado e sem mercado consumidor exclusivo, qual seja, com um parâmetro de diferenciação limitado ou quase nulo, o que permite que o mesmo produto seja adquirido tanto pelo principal parceiro comercial quanto por qualquer outro interessado.

FIGURA 9 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA COLOMBIANA



FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

Como mencionado, a análise do pacote de exportações atualmente mantido pelo país demonstra de forma sensível a sua dependência de produtos primários na base de exportação, isto é, caracteristicamente, ainda se trata de uma economia pautada sobretudo no desenvolvimento da exportação de base extrativista e agroindustrial para promover trocas no sentido de financiar a base de exportação de produtos industrializados.

Assim como o vizinho Brasil, a Colômbia estabeleceu, de forma um pouco mais tardia, uma política específica de substituição de importações que permitiu o crescimento e o desenvolvimento de sua base industrial de uma forma um pouco mais significativa, mas ainda, como visto, não suficiente de forma a permitir a completa integração e superação do modelo de dependência até então experimentado.

Diferentemente da grande base da América Latina, as políticas de desenvolvimento colombianas nunca levaram em consideração políticas populistas, a base de endividamento público e a estrutura de balança comercial, assim como a política cambial do país manteve-se estruturada dentro de uma linearidade própria a permitir o desenvolvimento, ainda que a pequenos passos, da sua economia.

Não diferente dos demais países da América Latina, e dos casos ora analisados, a base exportadora está diretamente relacionada a aquisição de bens e serviços do país central de forma a viabilizar o seu próprio desenvolvimento. Neste

sentido, verifica-se a relevância das trocas estabelecidas com a economia central aqui analisada, qual seja, a dos Estados Unidos, como forma de demonstrar a relevância intrínseca das políticas fiscais implementadas e seus efeitos no desenvolvimento econômico como um todo.

FIGURA 10 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA COLOMBIA EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES



FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

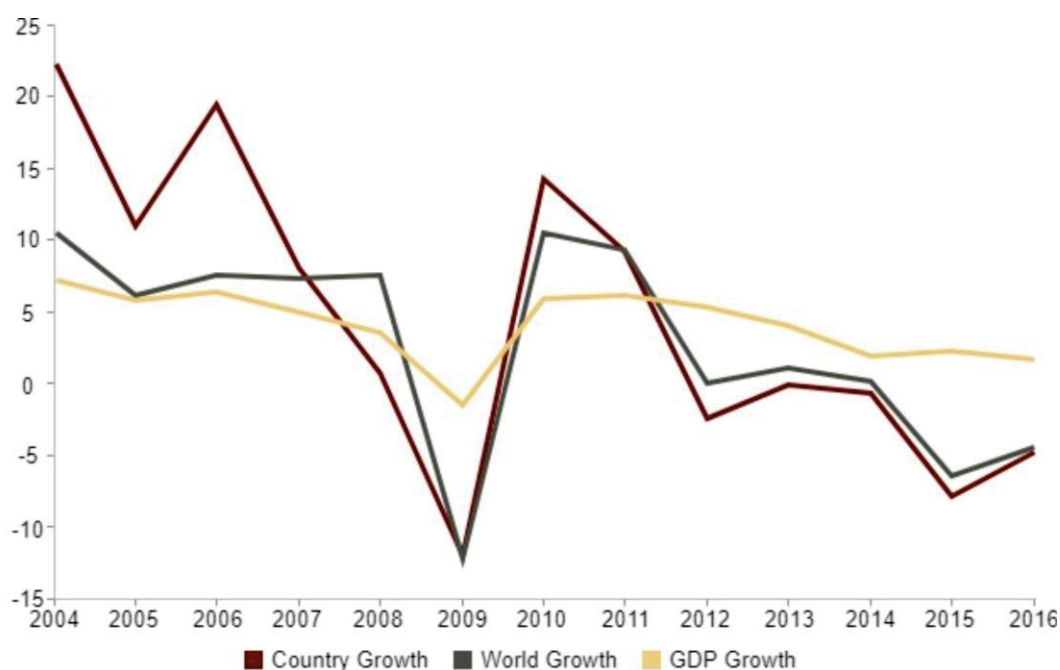
Dentro da perspectiva de análise deste estudo, verifica-se a preponderância da dependência da economia americana no modelo, haja vista que ao menos 34% do total de exportações apurado em 2016 pela economia Colombiana, algo em torno de USD 10 bilhões de dólares está diretamente vinculado ao apetite desenvolvido pelo mercado consumidor norte-americano. Isto é, demonstrando a expectativa própria de que um aumento na disponibilidade de renda pelos norte-americanos tenderia a aumentar a demanda de dos produtos primários, sobretudo sendo mantidas as ausências ou reduzidas barreiras comerciais conforme o modelo atualmente vigente.

No entanto, dentro da própria perspectiva do modelo de reforma apresentado pelo Presidente Donald Trump, verifica-se a incursão específica de medidas de proteção comercial visando expressamente o incentivo ao desenvolvimento do mercado norte-americano, mudanças estas cujos efeitos devem impactar diretamente a rentabilidade ou mesmo o aproveitamento das receitas decorrentes das relações comerciais firmadas entre os países.

2.3.4 Chile

A inclusão do Chile no desenvolvimento desta análise busca, de forma elementar, possibilitar o estabelecimento de um contraponto específico voltado a analisar um padrão de desenvolvimento latino americano com alguns resultados mais lineares se comparados aos galopes característicos dos países em desenvolvimento. Isto porque, como bem se pode analisar do gráfico abaixo, os níveis de crescimento do Chile nos últimos 15 anos andam muito próximos da média global.

FIGURA 11 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CHILE EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL



FONTE: World Bank Database.

De uma economia que inicia o século XX sobretudo pautada também na exploração de suas riquezas minerais, sobretudo o cobre, que é, até os dias de hoje, principal elemento de sua pauta de exportações, em derrocada ante a eficiência da exploração das então recém-abertas minas nos EUA e no Rio Tinto, na Espanha. Além disso, a base de entreposto logístico então apregoado aos seus portos também acaba por ser abalada, tendo em vista a abertura do Canal do Panamá, reduzindo, também, a arrecadação financeira e a possibilidade de obtenção de receitas por parte do Estado.

A primeira metade do século XX foi marcada, sobretudo, pela influência de recursos e investimentos americanos na exploração mineral do país, deixando a sua

economia sobremaneira exposta e dependente às retrações e expansões próprias da economia norte-americana, determinando, de forma evidente, as necessidades próprias de seu crescimento interno.

Contemporaneamente ao modelo brasileiro, o modelo de industrialização do Chile teve como base o crescimento e o desenvolvimento de uma política própria de substituição de importações vigente a partir da década de 1930, que ensejou na implementação de uma política keynesiana própria e no incremento no incremento da sistemática de crescimento dentro de técnicas próprias de arrecadação. Após um flerte com o modelo de estatização e a influência da esquerda socialista no segundo pós-guerra, como grande parte dos vizinhos, o Chile entrou também, a partir da década de 1970 em um movimento especificamente em um movimento neoliberal estrito que trouxe as bases para o desenvolvimento de sua política independente, e com tratados e características de relações econômicas comerciais bastante independentes e próprias se comparadas aos demais países da América Latina.

FIGURA 12 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA CHILENA



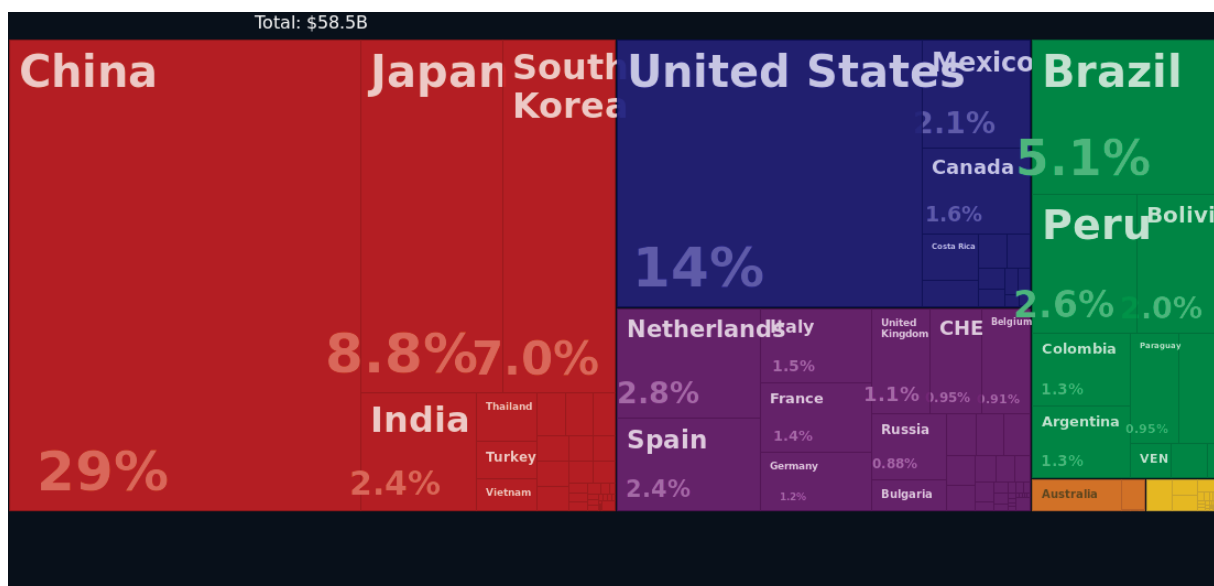
FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

Conforme vislumbrado na figura acima, a despeito do vinho, a base de exportação chilena encontra-se estruturada sobre a mesma base extrativista e agroexportadora dos demais países analisados neste trabalho, contudo, com as peculiaridades já características de trazerem uma margem própria de valor agregado diferentemente da exportação elementar e cru característico dos demais vizinhos.

Isto é, a despeito da exportação do cobre bruto, também significativo na pauta de exportações, o produto refinado, e consequentemente com maior valor agregado encontra-se ao lado, com praticamente a mesma relevância no montante de exportações. Exemplo claro da inclusão de valor agregado na pauta de exportações, é o exemplo do vinho ter uma relevância maior na pauta do que as uvas, também produzidas pelo país e não irrelevantes. Assim, o valor agregado através do processamento é, de fato, uma das peculiaridades que coloca a economia chilena em patamares bastante díspares das demais economias do continente.

Também, de forma dispare dos demais, verifica-se que a economia chilena possui um nível próprio de relações com as demais economias asiáticas, vantagens próprias de seu posicionamento geográfico e estratégico. Mantendo-se, contudo, o destaque próprio e relevante ao percentual da economia norte-americana, conforme demonstrado no gráfico abaixo, ainda de 14%, aproximadamente de USD 8 bilhões, na receita de exportações. Desta forma, não se pode ignorar o poder de consumo e de produção da indústria norte-americana no desenvolvimento da economia chilena, ao contrário, haja vista a sua relevância na pauta, ainda que relativizada pela preponderante participação das relações comerciais com os países asiáticos.

FIGURA 13 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO CHILE EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES



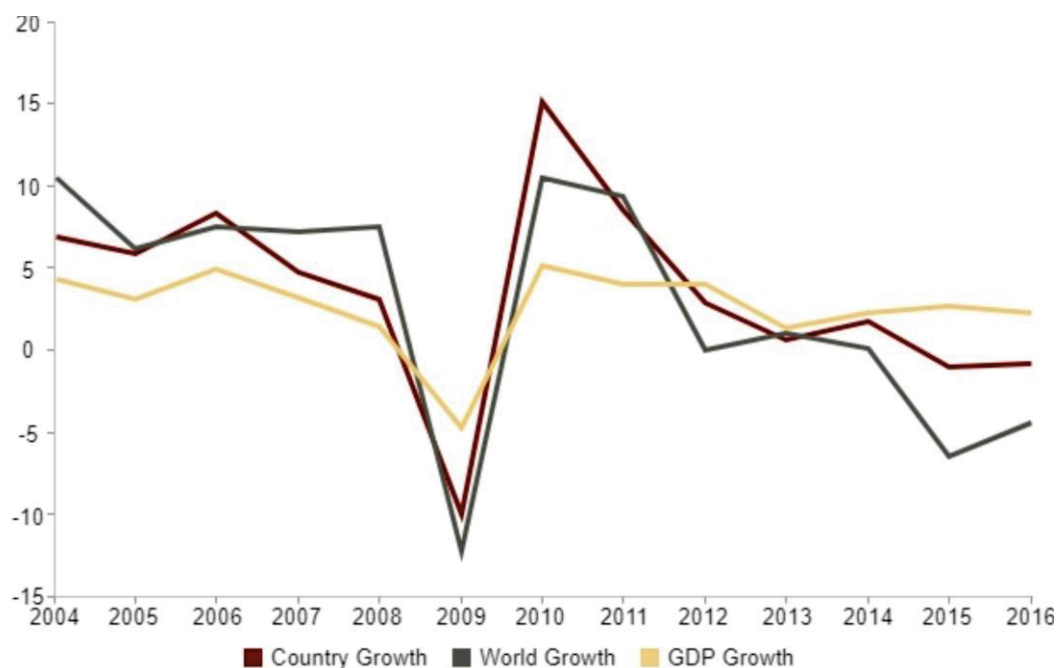
FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

2.3.5 México

Em se tratando de um estudo que pretende analisar e projetar os possíveis impactos, no desenvolvimento econômico, de economias dependentes ou diretamente relacionadas a economia central aqui analisada, qual seja, a dos Estados Unidos, não se pode deixar de passar pelos elementos extremos ao desenvolvimento do modelo. Indiscutivelmente, a economia mexicana, conforme será demonstrado, é hoje uma das mais sensivelmente dependentes da economia norte-americana, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de modelos de implementação da sua base de industrialização nas duas últimas décadas.

Isto demonstrado pela indicação de que o crescimento econômico mexicano vem se apresentando de forma superior ao crescimento global, diversamente da economia brasileira, que vem retraindo e sofrendo com os impactos políticos vivenciados, a economia mexicana vem sustentavelmente crescendo, indicando a sua condição, apesar de dependente, de agente econômico autônomo.

FIGURA 14 - CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MEXICO EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO GLOBAL



FONTE: World Bank Database.

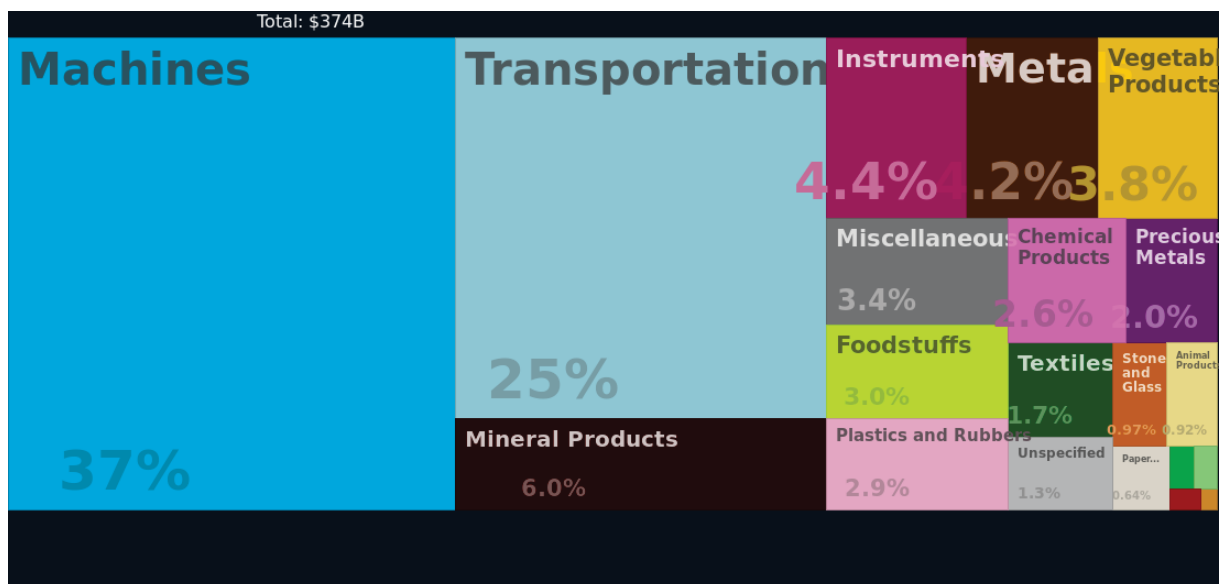
Da análise histórica da economia mexicana, pode-se verificar, em diversos períodos, a influência sensível e evidentemente dependente do modelo norte-americano, isto porque a primeira onda sustentável de crescimento daquela economia, vivenciada

sobretudo durante a década de 1940, esteve pautada na influência da demanda norte-americana, suportada também por um considerável incremento da intervenção do Estado nas diretrizes econômicas apresentadas.

Este momento foi marcado, inicialmente, como momento inicial do denominado milagre econômico mexicano, período compreendido entre 1940 e 1970 que possibilitou, através da implantação de reformas econômicas próprias, o ganho de produtividade e o crescimento da economia mexicana como um todo. Apesar das reformas, do incremento nos níveis de educação e na base de desenvolvimento, verifica-se que o modelo mexicano foi o único, dos ora analisados, a ser objeto de uma transformação específica no modelo de produção e incremento de tecnologia em suas bases industriais.

Diversamente do todo analisado até o momento, a economia mexicana traz uma sensibilidade própria e um aperfeiçoamento distinto do já analisado nos demais casos em tela. Isto porque, como se vislumbra da Figura 15, a base de exportação mexicana encontra-se pautada, sobretudo, em produtos com alto valor agregado, resultado da transferência de tecnologia e da transferência da base de produção dos países do NAFTA, para a localidade até então com mão-de-obra mais barata e eficiência logística. Comprovado pela base próxima de 15% apenas do total da base de exportações vinculadas a produtos primários ou agriculturáveis.

FIGURA 15 - BASE DE EXPORTAÇÃO DA ECONOMIA MEXICANA



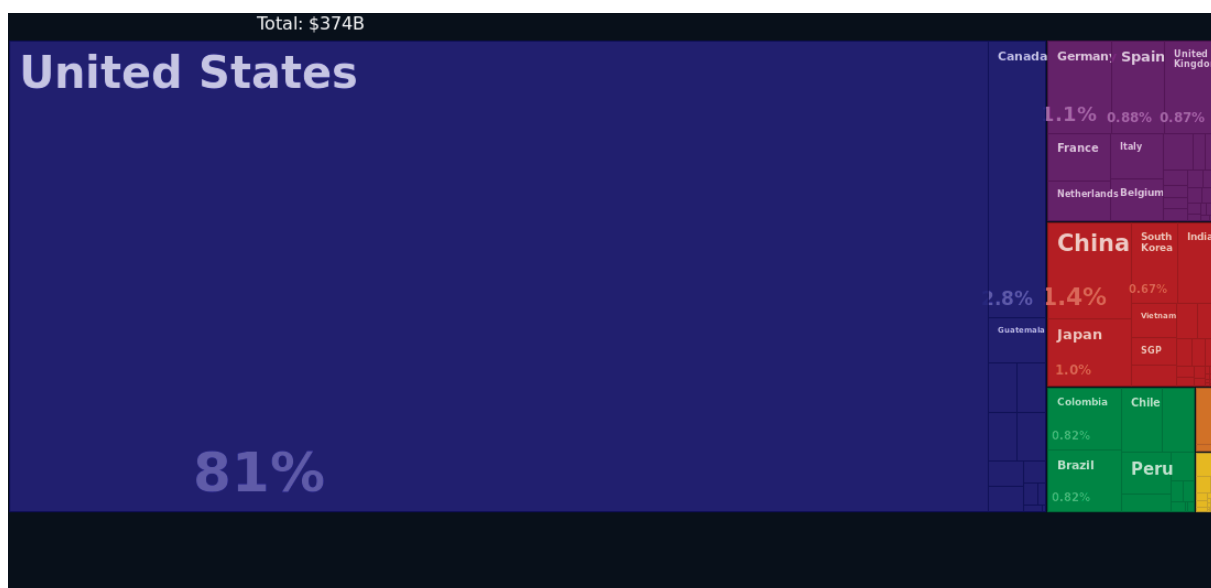
FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

Diferentemente dos demais países da América Latina analisados, a política econômica mexicana, seu posicionamento geográfico estratégico (em fronteira com a

economia central) e a redução de custo de mão de obra e investimentos, permitiram que grande parte do capital americano fosse transferido para a produção industrial em território Mexicano. Percentual considerável, isto é, mais de 50% de sua pauta de exportações encontra-se estruturada sobre a indústria de processamento e transformação, diferenciando-se dos demais países analisados na medida em que sua pauta de exportações iniciais encontra-se diretamente vinculada a bens com valor agregado superior, e quase desvinculado da indústria extrativista, que representa algo próximo a 11% apenas de sua pauta de exportações total.

Contudo, a despeito da majoração de valor agregado vinculada a sua pauta de comércio, verifica-se claramente a existência de limitações próprias quanto ao desenvolvimento e a complexidade do mercado produtor estabelecido, a dependência é evidente quanto ao modelo de transferência de tecnologias e a relação direta de consumo com o governo central, qual seja, os Estados Unidos.

FIGURA 16 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO MEXICO EM VOLUME DE EXPORTAÇÕES



FONTE: MIT Compilado de Dados Comerciais.

Ao lado e como contraposto ao valor agregado imediatamente a produção Mexicana, que sem dúvidas, desde a constituição da área de livre comércio com o Canadá e os Estados Unidos vem se aproveitando diretamente dos resultados decorrentes da eficiência e de seu reduzido custo de produção, por outro lado, esta economia encontra-se mais suscetível ou débil face a mudanças de política por parte dos países desenvolvidos, sobretudo ante a alteração de posicionamento da

economia norte-americana. Isto se demonstra sobretudo, na figura acima, onde aproximadamente 85% das receitas de exportação mexicanas estão pautadas nas relações comerciais desenvolvidas com EUA e Canadá, sendo ainda os EUA o maior e principal parceiro comercial do país.

Isto é, dentro do demonstrado, o principal gerador de empregos e de renda na economia mexicana é ainda seu vizinho, EUA, que com a ascensão do novo governo republicano vem demonstrando um apetite específico por drenar ou reduzir o volume de trocas econômicas conforme evidenciado no gráfico.

Evidentemente, dentro da análise matemática e das alterações vivenciadas ante a mudança de política fiscal americana para um modelo anticíclico e volatdo ao desenvolvimento de sua economia interna, buscando novamente atrair os resultados e o processo de industrialização como um todo para dentro de seu território é que se busca verificar as pendências relacionadas ao desenvolvimento.

No caso mexicano, dada a sua dependência intrínseca ao mercado de consumo Norte-Americano, isto é, 81% de toda a sua produção é exportada para os Estados Unidos nos dias de hoje, acaba por demonstrar que o modelo de retomada de crescimento interno e de atratividade de produção imposto pela nova política fiscal americana traz consigo o risco direto de comprometer de forma sensível as condições de empregabilidade e desenvolvimento da economia mexicana como um todo.

O excedente total de sua pauta de exportações, representativo de 19% do total de produção verificado, indica claramente a necessidade premente de adequação imediata de sua pauta de exportações para o desenvolvimento de um modelo econômico que permita uma maior integração e a criação de mercados consumidores específicos em caso de redução de demanda por parte dos Estados Unidos.

3 COORDENAÇÃO E COMPETIÇÃO FISCAL

3.1 ANÁLISE DE DADOS

Originariamente, buscava-se através deste trabalho a análise exclusiva do modelo econômico histórico, indicando as sensíveis variações do PIB ante as métricas de arrecadação americana. Isto é, em momentos simples de desoneração, medidos especificamente pela redução de arrecadação em determinado ano fiscal, e seus impactos nos três anos seguintes com relação aos índices de trocas comerciais e o crescimento dos países em desenvolvimento ora analisados.

Desta forma, buscar-se-á nesta análise demonstrar, via análise gráfica, como os dados podem ser considerados relacionados, os momentos próprios de inflexão tanto do crescimento interno de cada um dos países com base própria nas métricas de arrecadação americana.

A base de dados de arrecadação total de tributos sobre a renda, advinda da base de dados do Federal Reserve (FED)⁴¹, demonstra a indicação anual desenvolvida pelo país em cada um dos momentos da história, conforme indicado no Apêndice, e sendo a variação propriamente indicada entre o valor referenciado no ano base, deduzido da análise qual a variação média da arrecadação apurada entre o período indicado.

A despeito de tratar-se de um período vasto na história econômica global, as referências indicadas no capítulo 1.5, levam em consideração todas as reformas fiscais consideradas sensíveis pela economia central, desde a instituição do imposto sobre a renda, ainda em 1913. Contudo, as principais base de dados comparativas passaram a existir, exclusivamente, a partir da década de 1950 e 1960. Desta forma, índices como o produto interno bruto ("PIB") a taxa de crescimento da economia, e principalmente, o nível de dependência econômica foram fatores que passaram a ser mensurados a partir da década de 1960, mais precisamente, a partir de 1962.

Importante destacar também a fundamentação ou os elementos teóricos diretamente relacionados aos índices de dependência. Não se ignora, de pronto, que trocas financeiras próprias, como a indicação imediata de empréstimos, investimentos diretos e transferência de tecnologias, podem ter marcado a influência da economia

⁴¹ Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/data.htm>>. Acesso em: 05/01/2018.

central e a dependência das economias periféricas de forma mais evidenciada. Contudo, a consideração, neste estudo, dos índices de exportação dos países latinos analisados com base na economia central, é utilizado como elemento principal do desenvolvimento, indicando, de certa forma, quem é o principal parceiro comercial e quanto das operações de comércio exterior firmadas entre as partes vão necessariamente indicar um reflexo imediato no PIB, e conseqüentemente, nos parâmetros iniciais de crescimento.

Buscava-se então uma análise puramente empírica dos efeitos vivenciados e das condicionantes relacionadas ao desenvolvimento econômico e aos impactos das políticas fiscais instituídas por países desenvolvidos com os quais estes países tenham relações comerciais específicas. Isto é, algum nível de dependência, conforme mencionado na análise desenvolvida no capítulo 2.

Contudo, com a evolução da compilação de dados, e o estabelecimento de um parâmetro mais específico de criticidade, verificou-se a possibilidade de se desenvolver, face as reformas fiscais implementadas e descritas no capítulo 1.5, os seus efeitos econômicos próprios como incremento/queda na arrecadação fiscal, seus reflexos quanto ao déficit público e

Para isto, verificou-se como instrumento apropriado ou condizente com a linearidade implementada nos modelos a base de inferência estatística que, conforme enunciado por Gujarati determina que

a análise da regressão diz respeito ao estudo da dependência de uma variável, *variável dependente*, em relação a uma ou mais variáveis, as *variáveis explanatórias*, visando estimar ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens retidas das segundas (GUJARATI; PORTER, 2011, p.39).

Isto é, busca-se estabelecer um modelo de correlação específico que permita verificar "a força ou o grau de associação linear entre as variáveis", no caso prático, desenvolver um modelo indicando a linearidade entre a variável retração ou expansão fiscal do país central com relação as bases de desenvolvimento e PIB dos países em desenvolvimento naquele mesmo período.

Importante trazer com isto o modelo de desenvolvimento de séries temporais que levam em consideração a variação da arrecadação do país central, diretamente relacionada a mudança de política através da alteração das regulamentações aplicáveis,

e o desenvolvimento do modelo especificamente trazido como elemento central ao modelo de desenvolvimento dos demais países em análise e sua especificidade quanto a caracterização desta variação como elemento próprio de crescimento econômico.

O método utilizado, inicialmente, encontra-se relacionado a análise comparativa das variáveis apresentadas, demonstrando o reflexo ou a ausência de reflexo com base nos dados numéricos analisados quanto a cada uma das reformas fiscais implementadas, isto é, quanto a interferência ou ainda a ausência dela com relação a cada um dos elementos previamente estabelecidos.

Desta feita, cabe ainda mencionar as variáveis a serem analisadas e qual a perspectiva prática de relação entre estas variáveis especificamente delimitadas e o impacto do desenvolvimento. Partiremos, portanto, para o desenvolvimento de uma análise econométrica própria, que assume um modelo de desenvolvimento específico a ser delimitado da seguinte forma:

Por que a análise pautada dentro do modelo americano? Cabe mencionar aqui a razão elementar para a eleição do parâmetro de desenvolvimento da economia norte-americana dentro da realidade dos países escolhidos. Isto se dá, sobretudo, dentro da perspectiva de que existe, de fato, conforme mencionado no Capítulo 2, uma inter-relação específica de quase dependência entre os países mencionados e a economia e mesmo a política norte-americana dentro da composição da história recente. Não podemos mais afirmar a existência de relações centro-periferia que embalsamaram o desenvolvimento da América Latina durante a década de 1950 até a queda do muro de Berlim e o final da guerra fria. Pelo contrário, busca-se com isso desenvolver um modelo específico de parâmetros estruturados como forma de mensurar a efetividade das alterações das políticas fiscais, ou da métrica de arrecadação do país central com relação ao desenvolvimento econômico dos países periféricos.

3.2 QUAL O IMPACTO DAS POLÍTICAS CÍCLICAS E ANTICÍCLICAS?

Retoma-se, neste momento, já dentro da análise do modelo a ser desenvolvido, a conjuntura geral de definição e estruturação do modelo de interferência, em certa medida, do Estado no domínio econômico e seus efeitos ante as margens específicas de crescimento e desenvolvimento das economias analisadas e dos ciclos a serem desenvolvidos.

A margem anticíclica, claramente decorrente do modelo de análise keynesiano, indica a existência e o manejo do déficit público como elemento central ao desenvolvimento e implementação das condicionantes gerais ao desenvolvimento econômico. Trata-se do modelo ora implementado pela economia central ora analisada?

Diversas são as incursões e digressões teóricas possíveis quanto a possível análise dos efeitos do novo modelo fiscal norte americano, pautado num modelo próprio de desoneração e, conseqüentemente, prevendo a estrutura própria de incremento do déficit público como consequência imediata a insuficiência de arrecadação para a implementação do modelo prático.

Por outro lado, pode-se considerar o modelo de desenvolvimento pró-cíclico, ou aqui definido como política fiscal cíclica, como sendo o modelo específico sob o qual as economias e as políticas públicas nacionais tendem a seguir, de forma geral, o fluxo econômico como base elementar de desenvolvimento, isto é, crises econômicas ou momentos específicos de retração tendem a demandar o incremento próprio da arrecadação para fazer frente a necessidade premente do Estado em atender as suas primeiras necessidades financeiras.

Dentro do modelo keynesiano clássico, questionado e desenvolvido no item 1.4 deste trabalho, verifica e reconhece-se a necessidade de intervenção e atuação própria do Estado, com intervenções pontuais dentro do modelo específico de desenvolvimento, sobretudo através do estabelecimento de políticas fiscais próprias como elementos elementares a superação das crises. Contudo, pode-se considerar que o crescimento econômico e o desenvolvimento da economia já se encontram em padrões similares àqueles vividos anteriormente a crise financeira de 2008, não sendo, portanto, necessária ou justificável uma interferência nestes padrões específicos.

Não se pode ignorar, contudo, que o novo modelo tenha como consequência um impacto menos relevante do que o esperado dentro das contas públicas na medida em que as disposições originariamente propostas por Arthur Laffer sejam novamente verificadas. Esta realidade já foi vivenciada dentro dos próprios parâmetros da economia central, quando "entre 1916 e 1921 as margens de progressão do imposto de renda da pessoa jurídica. O incremento de 7% para 77% na alíquota de

incidência determinou praticamente a mesma margem de arrecadação" (ADAMS, 1999, p.432).⁴²

Será esta a perspectiva de longo prazo que podemos esperar? Serão estas as condições gerais de desenvolvimento do modelo econômico a ser implementado pelo país central, demonstrados na sequencia os impactos diretos e indiretos a serem verificados nas economias periféricas ora analisadas?

Isto é, resta demonstrado no desenvolvimento das expectativas e dos resultados a serem previamente indicados no Capítulo 3 deste trabalho que os impactos, a despeito de esperados, são ainda incertos e em muito vinculados ao modelo específico de desenvolvimento e da conjuntura político-econômica internacional.

Conforme mencionado, não se tratam de realidades estanques ou de condicionantes limitadas a imposição de força pelas barreiras comerciais, mas de uma realidade globalizada, na qual os agentes econômicos tendem a se inter-relacionar e depender, mutuamente, de suas condições específicas.

Não se pode indicar uma conclusão única ao desenvolvimento e implementação do novo modelo de política fiscal proposto e especificamente quais as suas estritas consequências, haja vista a possibilidade de manutenção específica das métricas de arrecadação podem se manter, o que não depreende imediatamente e a ausência específica de impactos nos demais países em análise.

3.3 A MÉTRICA DOS DADOS ANALISADOS

3.3.1 A arrecadação fiscal norte-americana

Em diversas outras oportunidades deste trabalho mencionou-se a opção pela economia americana como elemento de governo central para a análise dos dados econômicos analisados e sobretudo quanto às suas condições elementares de influência e desenvolvimento com relação aos demais países da América Latina. Em relação a relevância do impacto da política fiscal em relação a economia como um todo. Neste modelo, conforme já mencionado, não se ignoram as eficiências iniciais

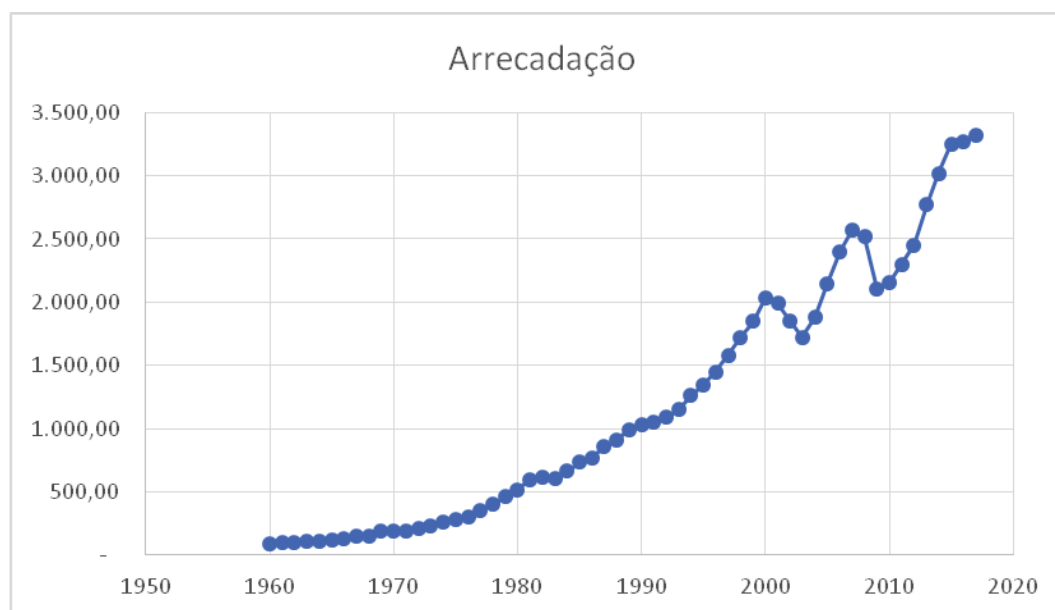
⁴² Tradução livre de: *"The US Treasury learned this early when progressive income tax rates escalated from 1916 to 1921. The surtax (progressive rates for income) which increased from 7 percent in 1916 to 77 percent in 1921 produced almost the same amount of revenue".*

da métrica indicada por Laffer, demonstrando que não necessariamente políticas anti-cíclicas, e via de regra, contracionistas, dependem expressamente da alíquota fiscal implementada. A relevância do modelo tributário americano, que hoje vive os sinais de uma nova reforma substancial, estabelecida pelo presidente Donald Trump em 2017, retoma atenção ao processo de independência, ainda no século XVIII, que indica que

é inútil dizer que iluminados homens públicos serão capazes de ajustar os interesses conflitantes (tributários) e apresentar efetivamente todos os investimentos necessários aos cidadãos. Homens de Estado não necessariamente se apresentam como o leme indicando o caminho (ADAMS, 1999, p.437).⁴³

Os dados de arrecadação, provenientes da base de dados do Federal Reserve, em Washington, indicam a seguinte evolução:

FIGURA 17 - ARRECADAÇÃO FEDERAL EVOLUÇÃO HISTÓRICA – DADOS DO FED

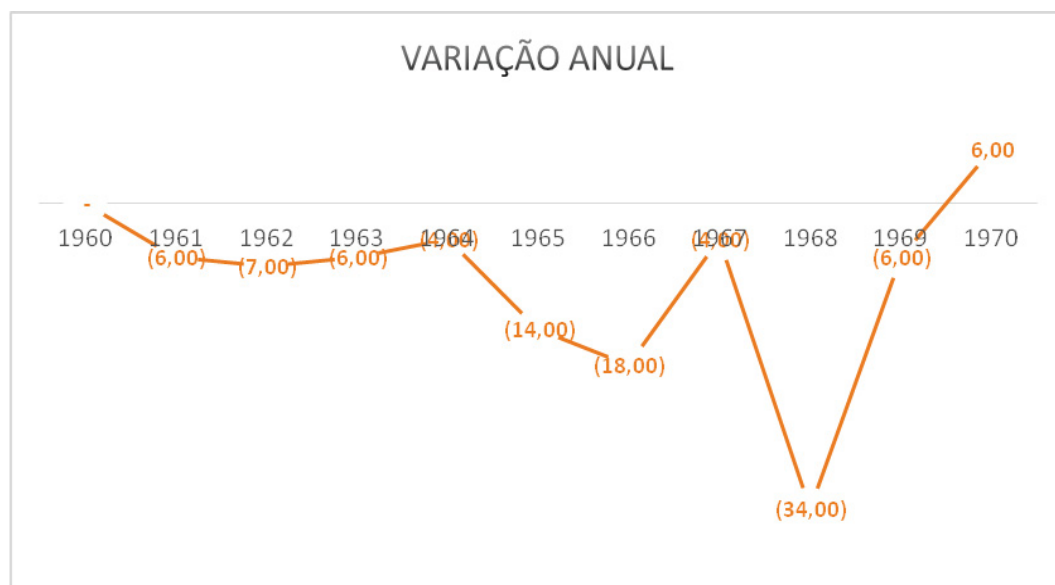


FONTE: Federal Reserve – em bilhões de dólares (USD).

Com relação ao primeiro período de transformações, qual seja, o período de incremento na arrecadação, dado as necessidades de suporte às despesas com a guerra do Vietnam, indicam a seguinte variação de arrecadação através do tempo:

⁴³ Tradução livre da citação de James Madison na obra *O Federalista* que indica: "it is vain to say that enlightened statesmen will be able to adjust these clashing (tax) interests, and render them all subservient to the public good. Enlightened statesmen will not always be at the helm".

FIGURA 18 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1960-1970



FONTE: Federal Reserve – em bilhões de dólares (USD).

Isto é, resta claramente demonstrado através do gráfico que as medidas desonerativas, indicadas no item 1.5, como o Revenue Act of 1964, que desonerou substancialmente tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas no pagamento dos tributos determinou a primeira margem de declínio substancial na arrecadação federal, agravada de forma sensível com o desaquecimento da economia vivenciado no período.

Neste período, verificou-se também através do Revenue Act of 1968, que acabou por criar uma sensível majoração nos tributos internos, isto é, um adicional tributário na ordem de 10% tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, determinando um incremento momentâneo na arrecadação anual que se manteve graças as medidas desonerativas trazidas pelo Revenue Act of 1969, que manteve ainda o adicional tributário mencionado e a inclusão específica dos modelos. O que foi considerado, pelos historiadores que analisam a política fiscal do período como sendo algo que "durante os anos de 1960 e o início da década de 1970, as despesas fiscais cresceram de forma tão popular quanto os respectivos cortes de arrecadação e de forma sensivelmente rápida" (BROWNLEE, 2016, p.165)⁴⁴, o que facilmente se verifica da análise do gráfico supra, que demonstra claramente a queda na arrecadação

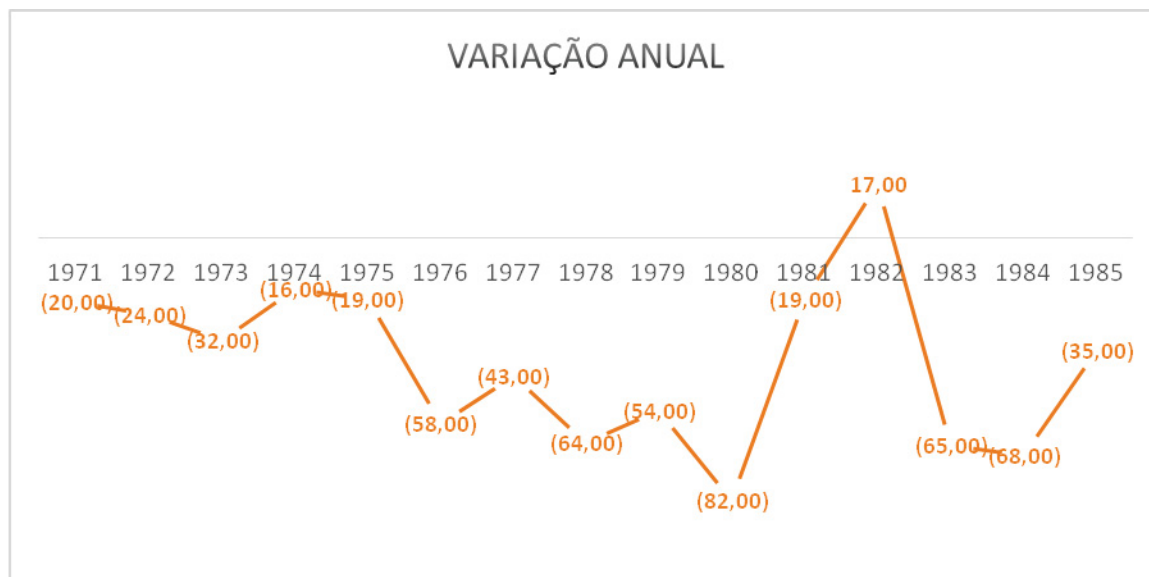
⁴⁴ Tradução livre de: "During the 1960's and early 1970's, tax expenditures grew even more popular as a way of cutting taxes, and the size of tax expenditures relative to conventional, direct expenditures increased rapidly".

de forma sensível, determinando um aumento substancial no déficit público então registrado.

Importante indicar nesta perspectiva, algo muito próximo da realidade brasileira atualmente vivida. Isto porque, os paralelismos encontram-se como elemento central do desenvolvimento deste trabalho e, como se trata de países em desenvolvimento, não se pode ignorar o período de maturação diretamente relacionado aos sistemas não apenas fiscais mas de política. É deste período em que o incremento do déficit e a busca incessante criação e aplicação de políticas sociais, a transformação do sistema tributário em algo complexo o suficiente para que ao mesmo tempo que alguma arrecadação se faça presente, permita a criação de medidas exclusivas para tratamento preferencial de parcela significativa da população. Assim,

congressistas tanto democratas quanto republicanos acabaram por criar regimes fiscais próprios, voltados ao atendimento de interesses de determinados grupos que não necessariamente precisariam vir a público de forma a evitar o escrutínio da população quanto a sua implementação (BROWNLEE, 2016, p.165).⁴⁵

FIGURA 19 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1971-1985



FONTE: Federal Reserve.

⁴⁵ Tradução livre de: "in other words, many Democratic and Republican members of Congress found self-serving political benefits in hiding tax programs from public scrutiny".

Já o período subsequente, aqui analisado entre 1970 e 1985,

trouxe reversões econômicas que, uma vez já pautadas num sistema fiscal fraco, acabaram por determinar uma crise ainda mais sensível. Pressões inflacionárias já haviam se intensificado durante a década de 1960, e o início da década de 1970 foi uma consequência da redução de produtividade e a crise do petróleo (BROWNLEE, 2016, p.171).⁴⁶

Verifica-se uma quase estabilização na sistemática de arrecadação implementada e consequência também das medidas de aquecimento econômico que foram implementadas durante o período. Isto como consequência da já indicada realidade de que "até os anos 1980, as alíquotas encontravam-se fora de controle. Os governos se apresentavam como incapazes de suspender os incrementos de alíquotas sucessivos e, também, as cada vez mais complexas regras de tributação" (ADAMS, 1999, p.447).⁴⁷ O que demonstrou relevância sobretudo durante as necessidades de financiamento da Guerra do Vietnam (que durou até 1975), quando os índices de arrecadação mantiveram-se praticamente estáveis, contudo, com o agravamento não apenas da Guerra Fria, mas também da situação econômica vivenciada pela sociedade americana durante o pós-guerra, tem-se de forma clara a incursão de provisões regulatórias no sentido de desonerar famílias e empreendimentos como forma de reaquecer as bases econômicas até então vividas, acelerar o déficit público como forma direta de aquecer a economia como bem enunciado propagado pela teoria keynesiana.

Neste período, pode-se considerar a ascensão inicial dos primeiros programas de reforma fiscal no sistema americano, buscando combater o sistema de privilégios até então estabelecidos. É deste período a famosa afirmação do Presidente Carter no sentido de reconhecer o sistema fiscal como "uma desgraça para a humanidade", e não seria de fato a transferência de recursos com a expectativa da criação de um

⁴⁶ Tradução livre de: *"During the 1970's and the 1980's economic reversals brought what was already a weakened tax system to the verge of a major crisis. Inflationary pressures had already intensified during the late 1960's and early 1970's as a consequence of slowing productivity growth and oil crisis that had produced surges in oil prices"*.

⁴⁷ Tradução livre de: *"governments seemed to be unable to stop the ever-accelerating rates and even more complex tax laws"*.

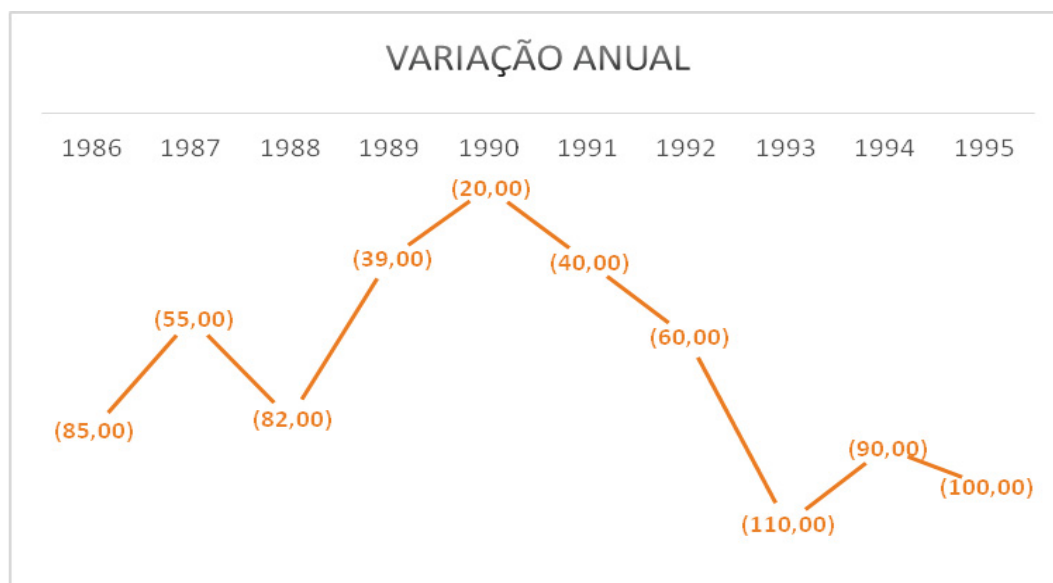
sistema tributário mais racional e que atenda de forma imediata todos os interesses da população. Mas de fato, apenas intenções de uma reforma substancial se mantiveram.

Foi durante os anos 1980 que o partido Republicano voltou à Casa Branca, após o governo Carter, pautado em métricas de profunda reforma fiscal que, contudo, acabaram por apresentar-se como elementos próprios de defesa dos interesses dos grandes industriais, incorporando uma maior margem de deduções às grandes corporações e um alívio quase insignificante à classe média trabalhadora. Como pode restar demonstrado na análise do modelo de arrecadação, apesar de alertado sobre a estrutura de déficits que as desonerações desencadeariam, nas próprias palavras do Presidente Reagan: "não me importo!"

Demonstra-se assim que muito se tem vivido no sentido político de transferir para o governo o custo da desoneração e permitir, com isto, que os recursos não arrecadados reflitam de forma direta no desenvolvimento econômico. Não necessariamente, contudo, estas variáveis se apresentam como elementos equivalentes aos reflexos da política keynesiana de incentivos econômicos e vão de apresentar-se como elemento intrínseco de desenvolvimento e reaquecimento dos padrões econômicos projetados.

Sobretudo pautados em um sistema de produção globalizado. As taxas tributárias aplicadas diretamente pelo governo americano determinam em alguma proporção a decisão empreendedora de globalizar a produção ou investir no exterior. É deste primeiro período de aperto fiscal interno que se sobrepuseram a internacionalização de diversas companhias americanas. E com a flexibilização e a redução da tributação interna, denominada então como a Revolução Reagan, acabaram por atrair novamente para o mercado interno a produção, a geração de empregos e o desenvolvimento. Sendo talvez uma das causas da crise que marcou a não só a América Latina, mas grande parte dos países em desenvolvimento ao redor do globo.

FIGURA 20 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1986-1995



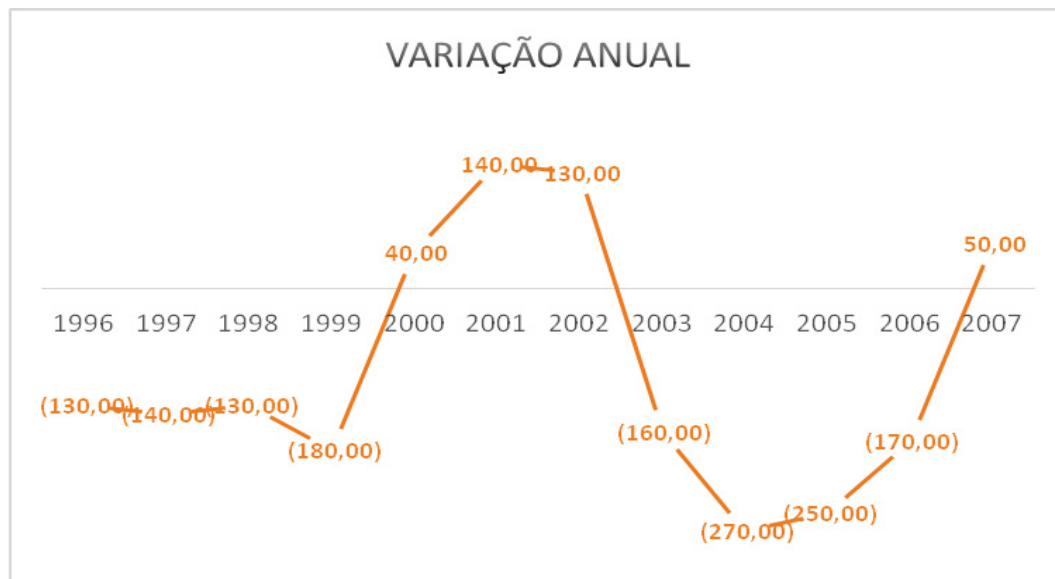
FONTE: Federal Reserve.

A continuidade da década de 1980 e o início dos anos 1990, principalmente com a nova ascensão do governo democrata, que com uma vertente mais social e buscando aprofundar ainda mais a característica elementar de Estado Social, determinou uma queda ainda mais sensível nos níveis de arrecadação federal. A aclamada Reforma de 1986, apresentava pelo Revenue Act of 1986, que se propunha claramente a um modelo mais justo, voltado ao crescimento nacional e mais simples para o sistema tributário então vigente. Propondo, essencialmente, a redução da burocracia fiscal através da redução dos tributos. Aqui surge o conceito de mínimo tributável. É deste período a principal reforma fiscal vivenciada pela economia americana desde a 2.ª Guerra Mundial e que, no fim do processo legislativo, manteve uma casta de pessoas altamente beneficiadas pelo sistema enquanto a principal margem da população encontra-se ainda limitada pelo desenvolvimento original da reforma, que visou reduzir as alíquotas individuais, reduzir a alíquota máxima de tributação individual de 50% para 28%, entre outras mudanças significativas que demonstraram uma maior gama de desonerações, sensivelmente explicitadas pela queda sensível de arrecadação naqueles anos. Neste período

uma principal peça de legislação fiscal desde a 2.ª Guerra, determinou a escolha de alguns vencedores e muitos perdedores, (na medida em que todos os contribuintes são considerados perdedores quanto outros contribuintes recebem um tratamento diferenciado e mais benéfico). Os então perdedores

eram muitos indivíduos, corporações e industriais que perderam o seu tratamento diferenciado e que, ainda com as reduções, não foram suficientemente compensados (BROWNLEE, 2016, p.203).⁴⁸

FIGURA 21 - VARIAÇÃO ANUAL DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 1996-2007



FONTE: Federal Reserve.

Sensivelmente, as mudanças na política fiscal norte americana vivenciadas, sobretudo durante a década de 1980, acabaram por influenciar de forma significativa as mudanças vivenciadas até então. Contudo, como o mercado é cíclico e as políticas não necessariamente se apresentam como elementos determinantes do crescimento econômico, verifica-se neste período, de forma significativa, uma batalha contra os déficits fiscais, praticando-se um modelo de liberalismo empreendedor, contrário, de forma evidente a majoração do déficit publico, reconhecendo-se que

durante os governos Bush e Clinton, com o suporte do Congresso, respeitados e diferidos, o poder do Conselho Econômico em determinar as métricas da política anticíclica aplicada. Isso significa particularmente que durante a expansão econômica vivenciada durante o governo Clinton – quando o mercado e as políticas fiscais estavam extremamente relutantes em arriscar qualquer corte fiscal ou redução do déficit que poderia estimular pressões inflacionárias (BROWNLEE, 2016, p.210).⁴⁹

⁴⁸ Tradução livre de: "for the first time since World War II, a major piece of tax legislation picked not only winners but also a significant number of explicit losers (as a distinct from the taxpayers who always lose when other taxpayers receive preferential treatment). The designated losers".

⁴⁹ Tradução livre de: "first, the Bush and Clinton administrations believed in the economic imperative to reduce deficits. [...] second, both the Bush and the Clinton administrations, with support of the Congress, respected, and deferred to, the power of the Federal Reserve Board in managing

A representação gráfica do período pode ser claramente analisada e verificada supra, na medida em que o governo Bush manteve um incremento arrecadatário após o período de estabilidade, sem grandes movimentações nem de incremento nem de redução da arrecadação como forma de determinar a manutenção das políticas fiscais no sentido de garantir e determinar a manutenção do crescimento interno Norte Americano.

A redução na arrecadação e consequentemente o déficit público volta a ser significativo após os ataques no World Trade Center e o início da Guerra ao Terror, cuja manutenção e subsistência determinam a redução de arrecadação verificada durante o segundo Governo Bush (2004-2008).

3.4 O IMPACTO NA AMÉRICA LATINA

Demonstrando especificamente o desenvolvimento dos modelos a serem implementados quanto a defesa das políticas fiscais ante as principais mudanças estabelecidas pela mais recente reforma fiscal da economia central, qual seja, a implementada pelo Partido Republicano em 2017 e que passa a surtir efeitos já neste ano fiscal, demonstram claramente que

atualmente, no terceiro mundo, nações como as africanas, árabes, e latino-americanas, dinheiro e baixas alíquotas não auxiliam o desenvolvimento e nem incentivam, de forma clara, o empreendedorismo e as condições mínimas de produção de progressão social. Os recursos transferidos pelos Estados Unidos e os recursos advindos da exploração de petróleo apresentam-se como dinheiro sendo direcionado a um buraco negro (ADAMS, 1999, p.435).⁵⁰

A relevância em se analisar os impactos decorrentes da desoneração fiscal e do incremento do déficit público na economia interna podem indicar a ausência de crescimento, a retenção de tecnologia e mesmo um olhar mais crítico para o desenvolvimento do mercado interno de cada um dos países analisados.

countercyclical policy. This meant particularly during the economic expansion that stretched throughout the Clinton administration – that the markers of fiscal policy were reluctant to risk tax cuts and deficits that might stimulate inflationary pressures".

⁵⁰ Tradução livre de: "Today, in Third World nations in Africa, Middle East, and Latin America, Money and low taxes won't help and cannot provide the motivation and the enterprise spirit necessary to produce riches. American foreign aid and oil wealth seem like money going down a black hole".

Não se ignora através da análise desenvolvida os impactos das demais variáveis macroeconômicas no desenvolvimento de cada uma das nações analisadas. Não se ignora neste momento a necessidade de reformas substanciais tanto fiscais quanto previdenciárias no Brasil, a necessidade de limitação e uso racional dos recursos públicos, e mesmo o impacto sensível que a crise de 2014 apresentou em sua economia. Da mesma forma, não se ignora na análise os impactos das reformas trazidas pelo presidente Juan Manoel Santos vem implementando na Colombia, como a relevância não apenas no sentido de inclusão do país como destino de investimentos internacionais como também em decorrência dos movimentos financeiros e políticos decorrentes do processo de paz com a guerrilha. O Chile, tão considerado um oásis de desenvolvimento na América Latina, apresenta de certa forma as mesmas limitações econômicas de seus vizinhos, com a necessidade premente de atrair investimentos de forma a diversificar a sua base produtiva. O México, de maneira ainda mais dependente da economia americana, apresenta-se, conforme será demonstrado pela análise numérica, condições ainda mais sensíveis ante as condicionantes de desenvolvimento do mercado Norte Americano e da transferência de investimentos em decorrência da flexibilização fiscal implementada.

3.4.1 O modelo brasileiro

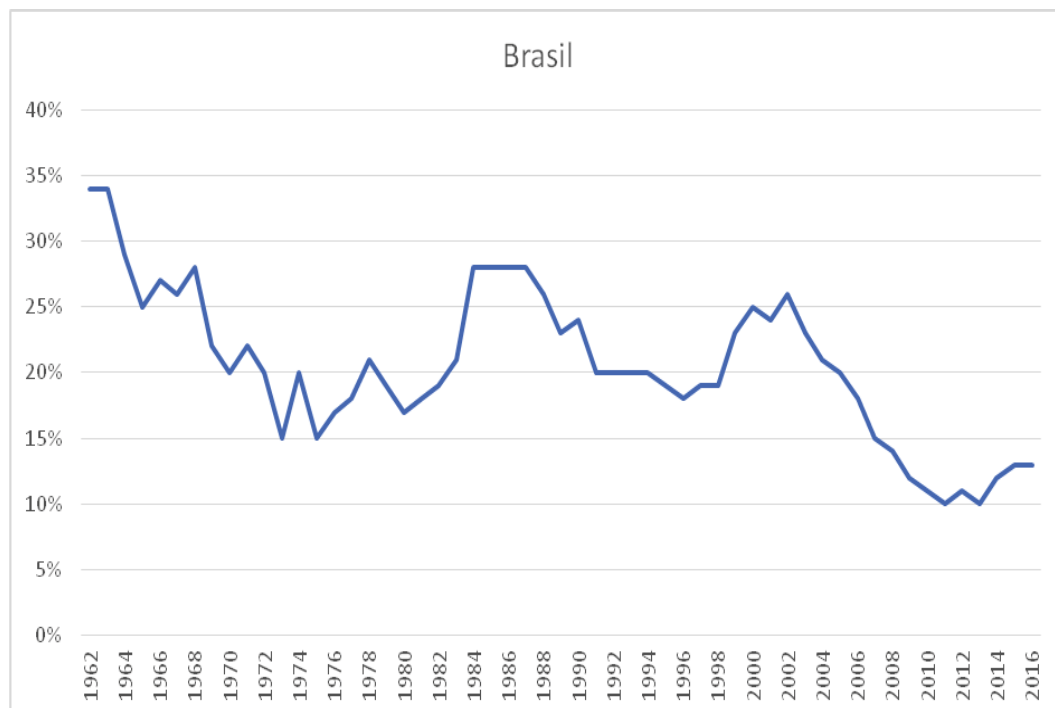
De toda a análise ora apresentada, verifica-se a que os fatores de dependência econômica estão de alguma forma estritamente relacionados ao crescimento econômico das nações em desenvolvimento e tem, de forma imediata algum reflexo direto no crescimento, no incremento do PIB e sobretudo, nos índices próprios de crescimento econômico aferido nas últimas décadas.

Não se pode compreender a economia brasileira dos últimos 60 anos dissociada diretamente da realidade global. Isto porque não há como se dissociar o desenvolvimento nacional das perspectivas de desenvolvimento global verificadas durante o curso do tempo. Momentos específicos de retração da atividade econômica, de incentivos próprios voltados ao desenvolvimento interno da nação central tem demonstrado o impacto direto nos índices de crescimento das economias latino americanas.

E no caso do Brasil isto não é diferente, mas é, de fato, em certa medida, estanque e progressivamente menos impactante conforme o crescimento do mercado

chinês vem se apresentando como realidade própria e da criação de novos mercados consumidores independentes.

FIGURA 22 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL QUANTO A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO



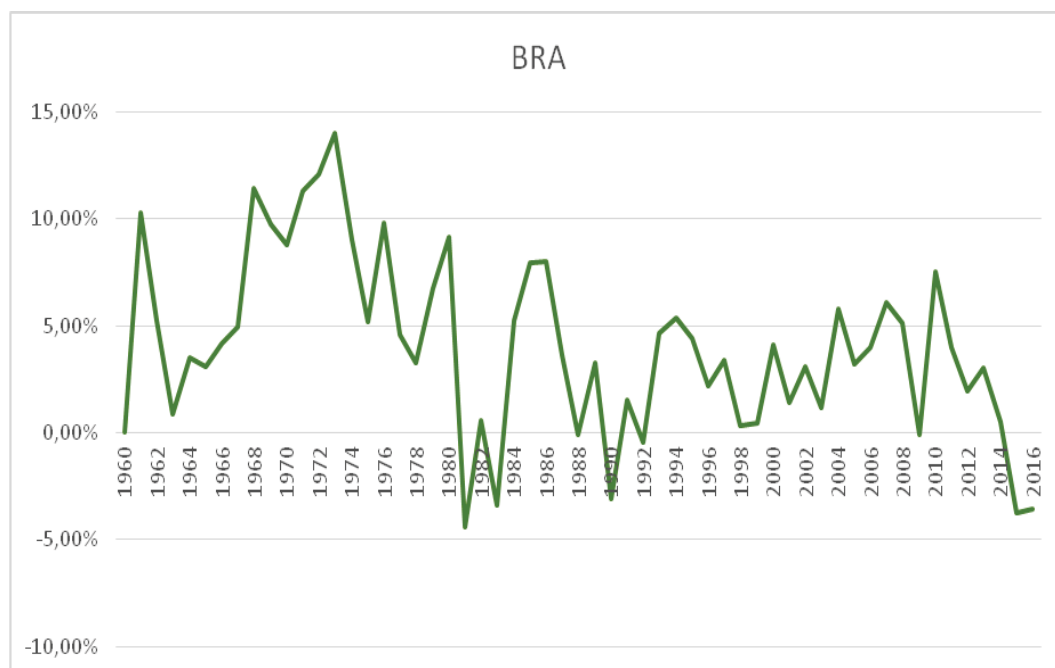
FONTE: Atlas MIT – Dependência Econômica do Brasil quanto a economia americana, pautada nos índices de exportação.

Conforme bem explicitado pela análise dos dados expressos graficamente supra, as exportações do Brasil para os Estados Unidos, essencialmente pautadas em produtos primários, quais sejam, commodities com preços internacionais previamente definidos, encontram-se em declínio, a despeito de uma maior inclusão das operações do mercado brasileiro de forma global. Com o incremento do tempo, a pauta de exportações do Brasil de forma específica à economia norte americana vem perdendo poder e força ante as amplas demandas do mercado asiático, que vem consumindo parcela significativa da produção brasileira principalmente no século XXI.

A taxa de crescimento nacional do Brasil, ao longo do tempo, demonstrada no gráfico abaixo, é também um reflexo de sua inclusão no mercado externo, ou mesmo dos específicos momentos em que a sua fragilidade e dependência apresentaram-se de forma mais substancial e significativa, qual seja, a dos reflexos indiretos. Percebe-se a dependência e os reflexos da atratividade verificada com a Reforma Reagan na década de 80, cujos reflexos podem ser percebidos através da contração

econômica de 1980-1982 e que determinaram a crise da dívida brasileira. Da mesma forma a reforma de 1962, que buscou atrair elementos de arrecadação de forma mais intensa para a economia norte americana, determinando uma redução significativa nas trocas comerciais e sobretudo, no crescimento interno do Brasil.

FIGURA 23 - TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL



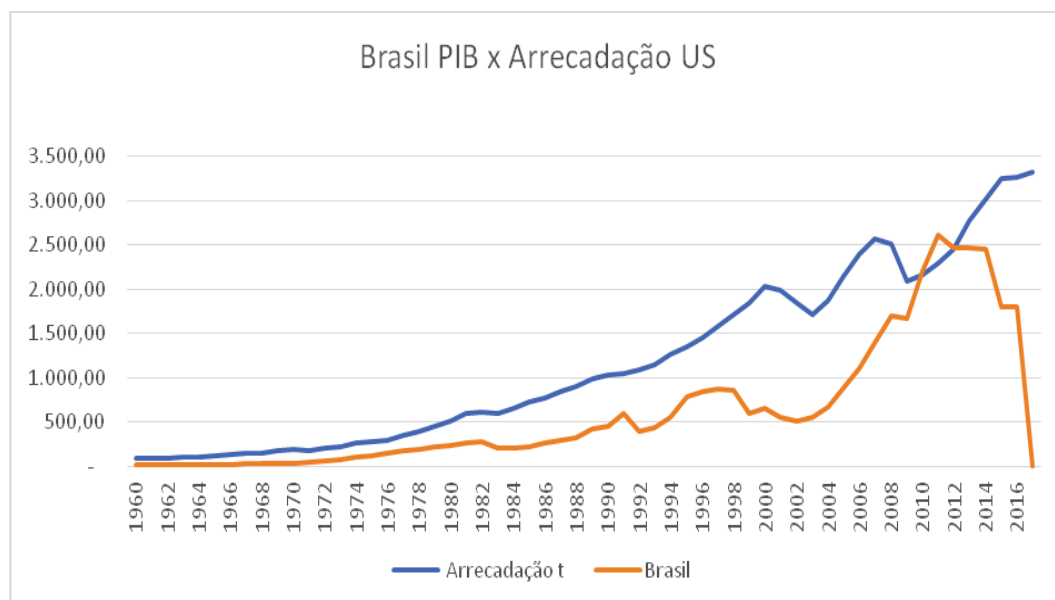
FONTE: IPEADATA.

Mesma sensibilidade se vislumbra quanto às crises de déficit que marcaram o início da década de 1990, e que se tornaram ainda mais sensíveis dentro do espectro econômico nacional com a implementação da abertura comercial brasileira durante o governo Collor e as primeiras inserções efetivas no combate à inflação galopante presente na formação econômica do Brasil do período.

A análise de correlação se torna ainda mais expressa quando se verifica, dentro do modelo comparativo, a evolução da arrecadação americana tendo como elemento comparativo próprio a arrecadação norte americana. A sensível independência do produto interno bruto nacional quanto ao termômetro econômico nacional, sobretudo caracterizado pela crise política e econômica que o Brasil vem enfrentando desde 2014. Os dados mais recentes, sobretudo os reflexos de 2017 e 2018, estatisticamente ainda não disponíveis, representarão de forma mais significativa a sensibilidade do

mercado interno brasileiro a transformação fiscal americana, dado ao sensível momento de retomada econômica que vive o país.

FIGURA 24 - COMPARATIVO ENTRE O PIB BRASILEIRO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA



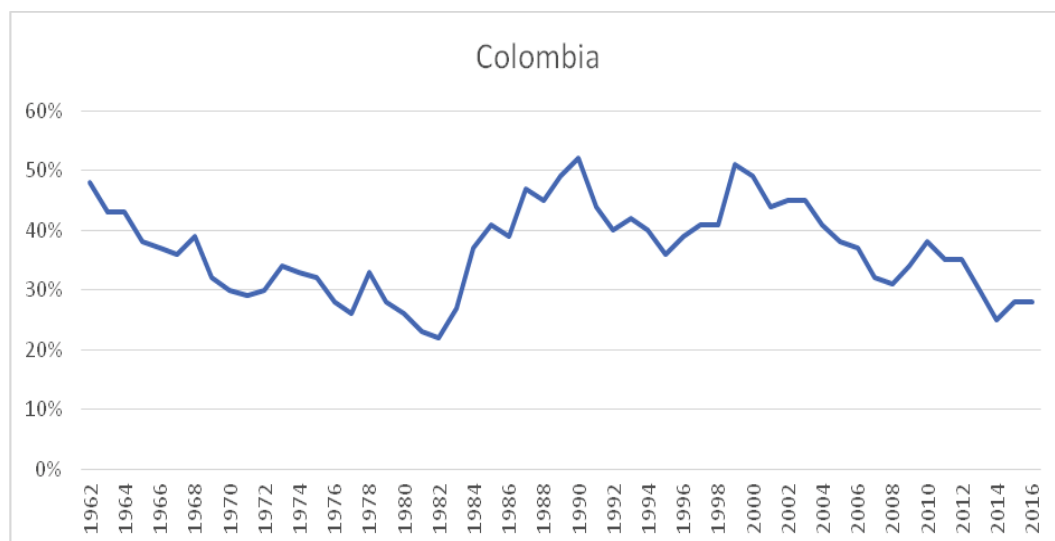
FONTE: IPEADATA e FED.

3.4.2 O modelo colombiano

Considerando a realidade de uma pauta de exportações ainda mais restrita, e condicionada em primeiro plano, dentro da análise estatística, aos produtos considerados legalmente exportáveis, não há como ignorar a expansão, sobretudo após a efetiva inserção econômica do país na economia internacional com a retração do fluxo de participação do país no tráfico internacional de entorpecentes.

Esta realidade vem demonstrando um incremento próprio na pauta de exportações colombianas, demonstrada graficamente no capítulo 2 deste trabalho, e permitindo uma maior gama de relações comerciais com outras nações do globo a despeito de exclusivamente pautar a sua economia nas trocas de commodities (ainda que a principal pauta de exportação).

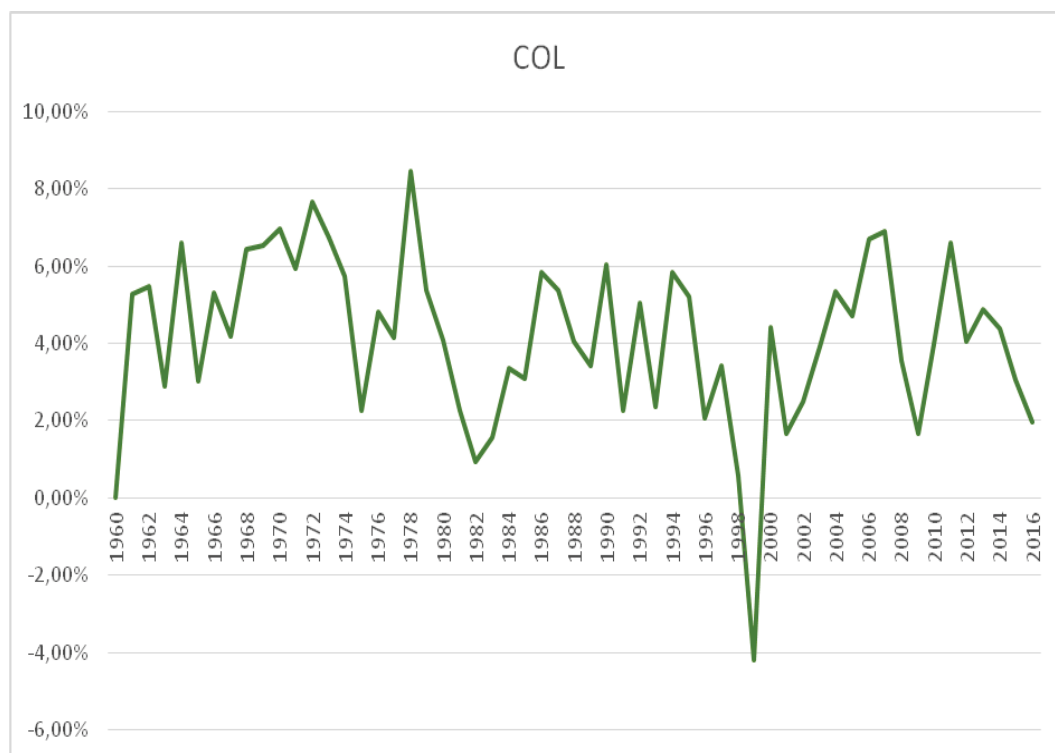
FIGURA 25 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA COLÔMBIA A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO



FONTE: Atlas MIT.

A dependência econômica e a ausência de auto suficiência por parte do governo colombiano quanto a sua inserção na realidade econômica e comercial internacionais se mostram elementos sensíveis através da própria análise do crescimento interno do país durante o períodos analisados. Isto porque, a despeito da quase inelasticidade do PIB quanto aos movimentos arrecadatórios americanos, sendo este um pequeno, mais ainda assim, reflexo dos movimentos sentidos no desenvolvimento econômico interno da economia central, o crescimento econômico, medido ante as variáveis incluídas nos índices apurados pelo Banco Mundial, demonstram claramente o reflexo imediato da economia colombiana às reformas fiscais estabelecidas pelo governo norte-americano.

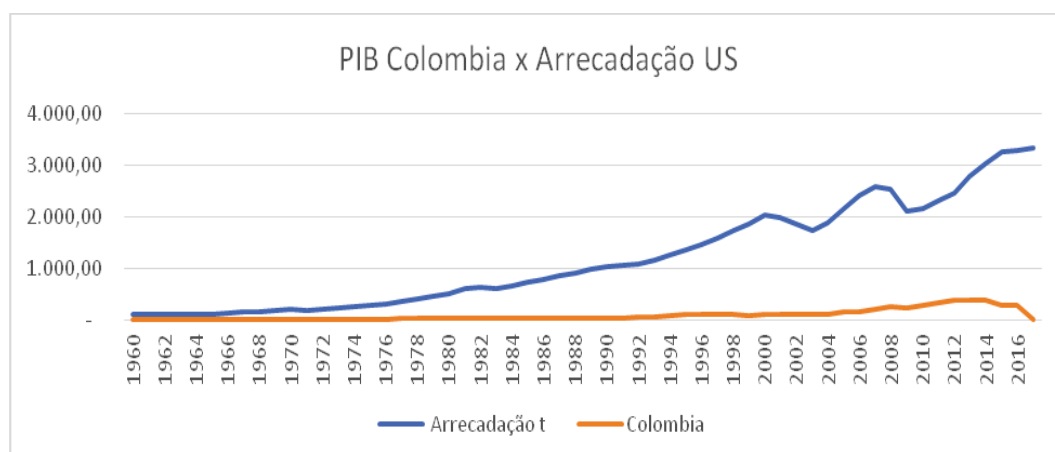
FIGURA 26 - TAXA DE CRESCIMENTO DA COLÔMBIA



FONTE: Atlas MIT.

Assim como durante as reformas da década de 1960 a evolução foi pontual e significativamente dependente, a década de 1970 demonstrou os reflexos próprios do incentivo comercial implementado como forma de reaquecer a economia. Bem como a "Reforma Reagan" de 1980 se apresenta como elemento próprio e determinante da retração vivenciada na América Latina de forma geral durante o período. Conforme facilmente se vislumbra da análise abaixo mencionada, a economia colombiana, através do crescimento de seu produto interno, reproduz de forma muito próxima o índice de arrecadação da economia americana, demonstrando a correlação imediata entre os índices ainda que claramente dependentes, ainda que em volumes muito próprios.

FIGURA 27 - COMPARATIVO ENTRE O PIB COLOMBIANO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA



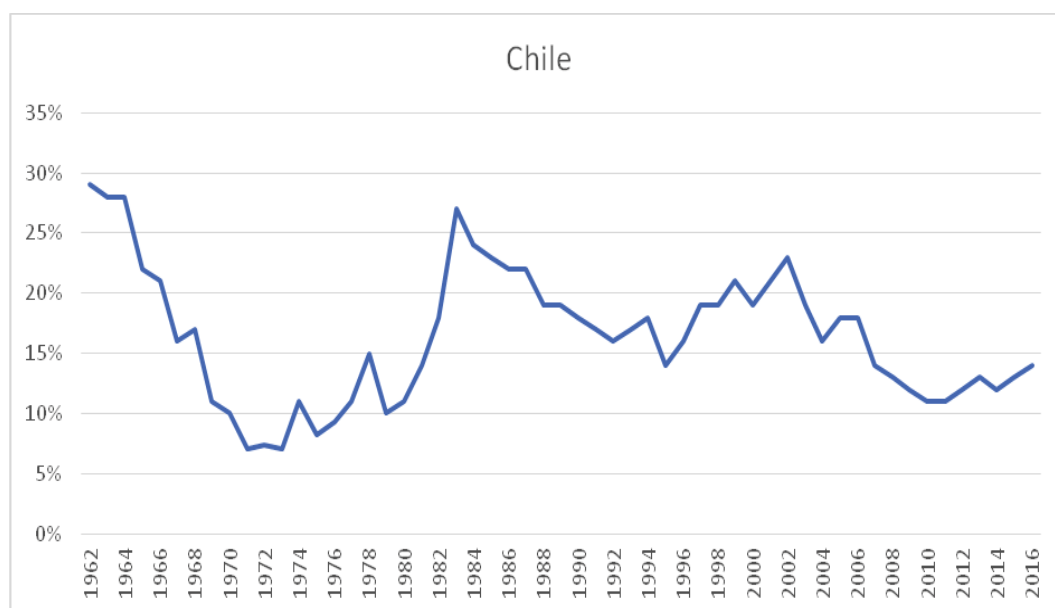
FONTE: IMF e FED.

3.4.3 O modelo chileno

A análise quanto a estrutura da economia Chilena se apresenta como elemento referencial encontra-se fundamentada na busca específica do contraponto. E qual seria esta razão? A condição própria de evolução da economia chilena que vem se desenvolvendo em uma estrutura praticamente independente se comparada aos demais vizinhos latino americanos. Diferentemente do Brasil, com diversas crises políticas e econômicas nos últimos 50 anos, que transformou a sua estratégia de crescimento em elemento cíclico, o Chile vem se desenvolvendo de forma independente. As métricas de inflação vêm se mantendo dentro das médias estabelecidas pelo banco central, a base de exportações e relações comerciais vem se desenvolvendo e tornando-se eminentemente mais complexa e com maior valor agregado se comparada com os demais vizinhos.

A despeito de manter a sua base de exportação ainda muito vinculada a extração mineral, diferentemente do Brasil e da Colômbia, o Chile vem buscando integrar valor agregado inclusive no processamento das extrações minerais de forma a ganhar algum valor agregado sobre a sua pauta específica de exportação.

FIGURA 28 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO CHILE A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO

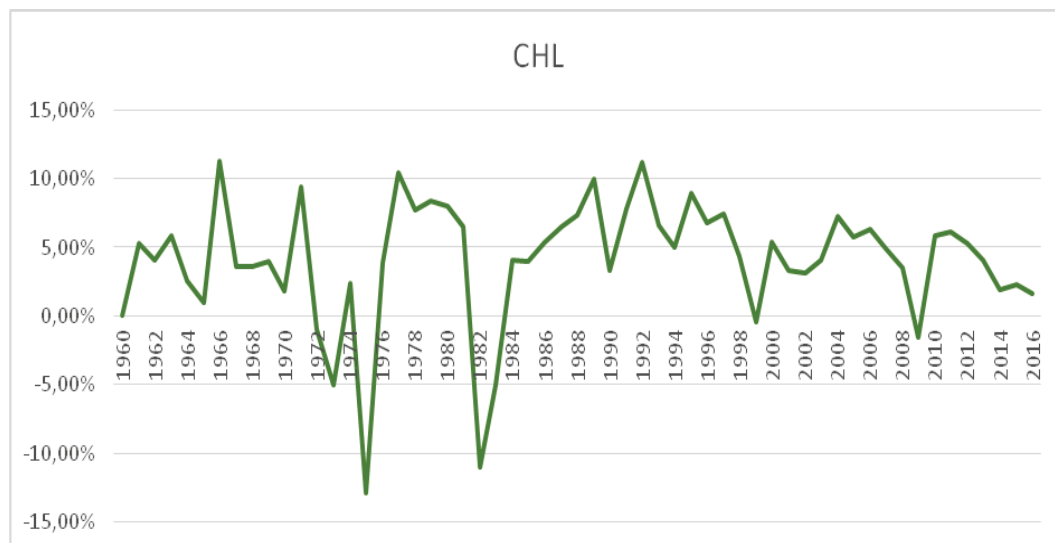


FONTE: Atlas MIT.

Em comparação específica com relação aos demais países, verifica-se um decréscimo sensível quanto a dependência econômica do Chile com relação a base de exportação da economia Americana ao longo dos últimos 60 anos. Isto porque, conforme se vislumbra, de toda a margem de exportações verificadas, o volume ou a participação da economia americana na base chilena mantém-se na mediana próxima de 15%, demonstrando uma independência considerável do país quanto aos demais países com os quais comercia. Destaque cabe desde logo a relevância de suas operações comerciais com a Ásia, até mesmo pela estratégica posição geográfica.

Esta independência também se reflete nos índices de crescimento econômico apurados pela economia chilena. A despeito das principais crises que assolaram a América Latina, tais como a crise do petróleo na década de 1970 e a crise da dívida, no início dos anos 1980, a economia chilena se mostrou mais resiliente e sustentável de forma independente se comparada a quaisquer outras aqui analisadas. Demonstrando, mais uma vez, o grau de autossuficiência econômica atribuída a esta economia com relação a economia central analisada.

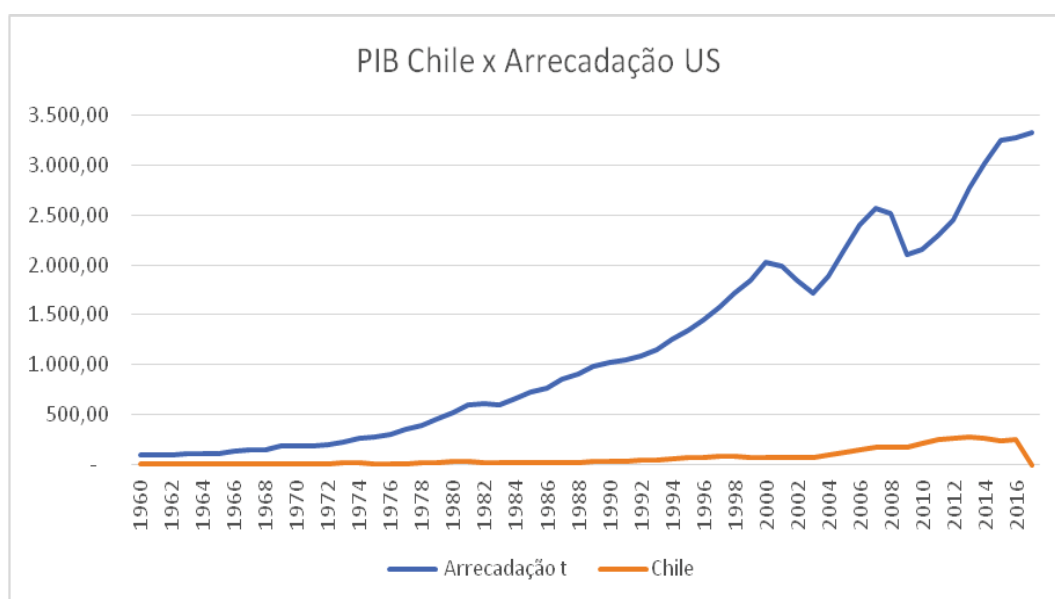
FIGURA 29 - TAXA DE CRESCIMENTO DO CHILE



FONTE: Atlas MIT.

A despeito da elasticidade do PIB chileno, verificada alguma sensibilidade quanto aos índices de arrecadação americano, isto é, verificada alguma correlação própria tendo em vista que conforme os índices de arrecadação tendem a crescer, determinando uma menor disponibilidade financeira ou aumentando claramente os custos operacionais relacionados diretamente ao desenvolvimento de atividades produtivas internas. Isto é, quanto mais altos os níveis de arrecadação da economia norte-americana, alguma sensibilidade específica se verifica com relação aos índices de crescimento econômico dos países desenvolvidos, ainda que pouco sensíveis, como no caso do Chile.

FIGURA 30 - COMPARATIVO ENTRE O PIB CHILENO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA



FONTE: IMF e FED.

3.4.4 O modelo mexicano

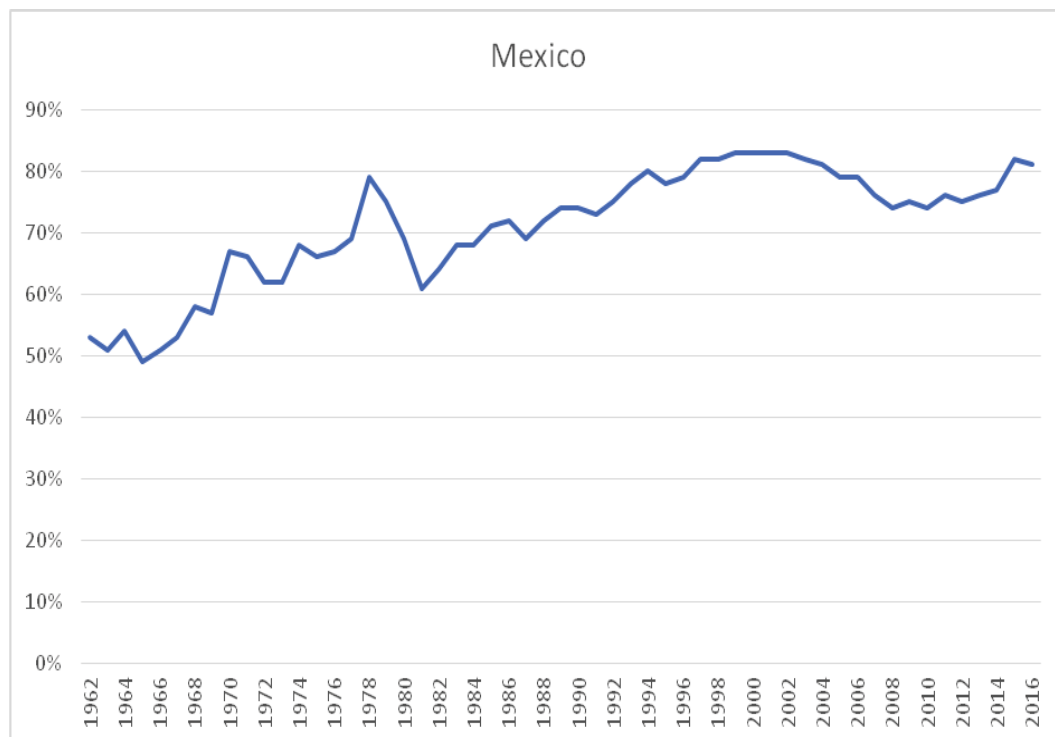
Conforme se poderá analisar dentro deste modelo, a escolha dos países estudados não se pautou de forma aleatória. Buscou-se demonstrar de forma inicial a relevância primeira das relações econômicas verificadas dentro da pauta de exportações de cada um dos países com a economia central, destacando-se ainda a sua sensibilidade, ou elasticidade em métricas de crescimento como a do PIB, destacando ainda a natureza própria da pauta de exportações.

O caso mexicano é, de fato, o ponto fora da curva com relação a análise específica de dependência econômica dos países analisados e da economia central. Isto porque, com a criação do NAFTA, ao qual o México passou a fazer parte a partir de 1992, abrindo as portas para uma estrutura de dependência econômica e de desenvolvimento muito peculiares se comparadas a realidade dos demais países.

Desta forma, a análise da métrica de dependência ou da natureza da pauta de exportação ficam com naturezas muito peculiares, quais sejam, a estrutura e a própria evolução da pauta de exportação mexicana. Diferentemente dos seus vizinhos Latino Americanos, o México consolidou propriamente uma estrutura independente diretamente vinculada às necessidades de terceirização de seus vizinhos mais ricos. Isto é, verificou-se uma pauta de exportações com um valor agregado muito maior se

comparado às commodities e bens primários inicialmente exportados. Por isso, os índices de vinculação econômica são tão sensíveis, conforme vislumbrado no gráfico abaixo.

FIGURA 31 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO MÉXICO A ECONOMIA AMERICANA, PAUTADA NOS ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO

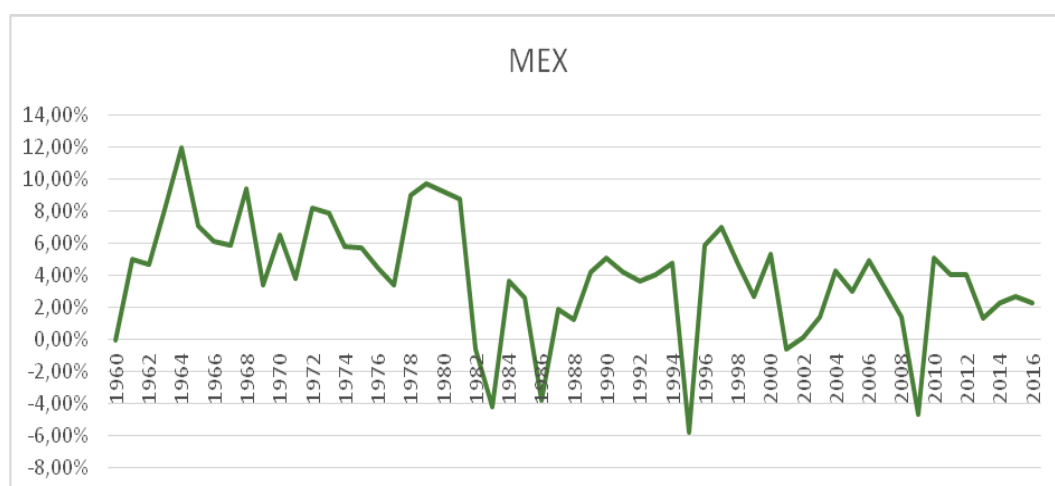


FONTE: Atlas MIT.

Esta primeira análise demonstra, de forma clara, um crescimento sustentado da dependência econômica mexicana, pouco movimentado inclusive pela crise de 2008 que assolou o mercado de crédito dos Estados Unidos. Mantendo-se, nos últimos 30 anos, em casa superior a 70% de toda a pauta de exportações.

O que isso significa com a implicação de uma política fiscal anticíclica e voltada a atratividade de investimentos para o mercado interno? Exemplificado, claramente, pelo cancelamento dos investimentos da Chrysler dentro das fronteiras mexicanas para retomar o seu desenvolvimento para dentro do mercado norte americano.

FIGURA 32 - TAXA DE CRESCIMENTO DO MÉXICO



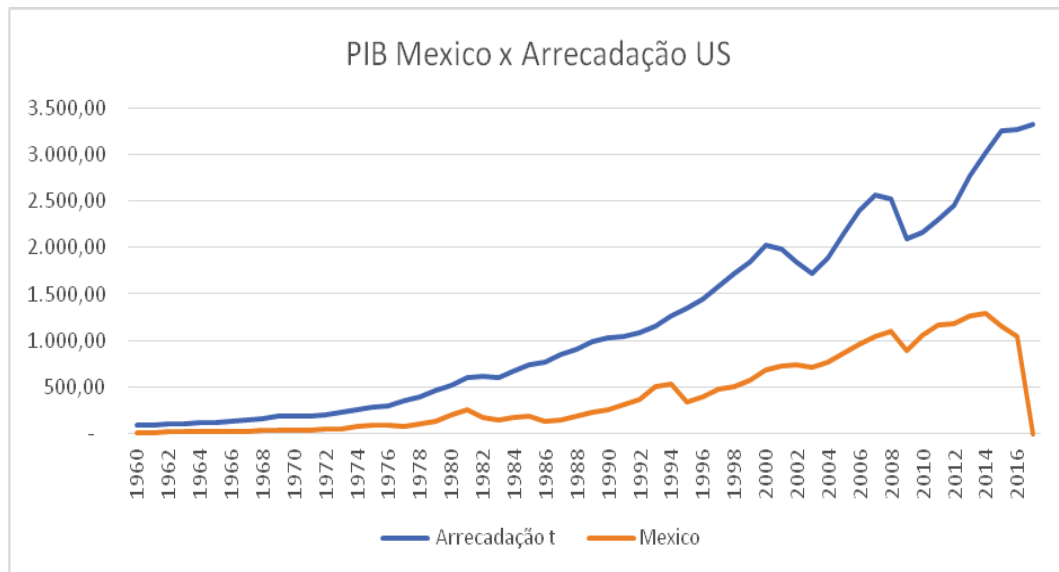
FONTE: Atlas MIT.

A mencionada sensibilidade é claramente demonstrada através dos índices específicos de crescimento, conforme demonstrado acima. Os principais momentos de crise da economia mexicana, a despeito de sua crise cambial na década de 1990, foi decorrente do impacto próprio no desenvolvimento da economia mexicana à sensibilidade decorrente da estrutura da economia dos Estados Unidos.

Comprovada, claramente, pela correlação demonstrada entre os índices de crescimento do Produto Interno Bruto e o incremento de arrecadação. Com as métricas específicas e as barreiras comerciais estabelecidas já no início do governo Trump, verifica-se um decréscimo significativo nas margens de crescimento do PIB do país, demonstrando a sua maior fragilidade econômica quanto às restrições externalizadas por políticas fiscais, advindas da economia central.

O futuro mexicano de curto prazo, sobretudo com a implementação da reforma, é sem dúvidas o mais sombrio e dependente em comparação aos demais vizinhos latinos. Não há o que se falar especificamente na ausência de desenvolvimento, mas na dependência própria e num crescimento até aqui sustentado pela terceirização americana enquanto financeiramente atraente aos seus interesses.

FIGURA 33 - COMPARATIVO ENTRE O PIB MEXICANO E A ARRECADAÇÃO AMERICANA



FONTE: IMF e FED.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: COMO EQUALIZAR E DESENVOLVER?

Dentro de conceitos elementares de globalização e desenvolvimento, não há como ignorar a estruturação de dependências econômicas e culturais de forma própria. Indiscutivelmente, o que se busca tratar nesta análise está restrito aos impactos imediatos da política fiscal de países desenvolvidos interferem de forma direta ou indireta na arrecadação, e conseqüentemente, nas estruturas de desenvolvimento das economias dependentes, ou aquelas comumente chamadas de periféricas.

Como bem analisado, a alteração de política fiscal em economias centrais, tal como a norte-americana aqui analisada, traz impactos de crescimento econômico de forma mais ou menos sensível de acordo com a sua integração econômica. Políticas fiscais restritivas, que tendem a aumentar a arrecadação, naturalmente incentivam o crescimento econômico de economias periféricas pelo simples fator de transferirem atividade produtiva, da aquisição de bens e serviços no exterior como forma de otimizar e reduzir os custos de produção interna, ou mesmo como forma de transferir resultado para jurisdições fiscalmente mais baratas.

Contudo, movimentos como o mais recente, de decréscimo na arrecadação, ou seja, em aplicação de políticas fiscais expansionistas, permitindo uma maior disponibilidade de renda e conseqüente aquecimento econômico interno, tendem a impactar de forma divergente, qual seja, com a implicação de reduções de atividade e de crescimento econômico nas economias dependentes. Não se quer indicar aqui, que a análise das figuras 24, 27, 30 e 33 representam de forma absoluta este entendimento. Contudo, ante a análise proposta, não se pode negar que ante um incremento da dependência ou da atividade econômica de trocas comerciais entre os dois países, mais sensível será esta relação conforme o desempenho da dependência com relação às relações comerciais já mantidas entre os países.

Também, cabe considerar que o aperfeiçoamento tecnológico e o desenvolvimento de políticas de integração, tais como a própria globalização de forma geral, demonstram a sensibilidade e o aperfeiçoamento das estruturas de dependência nestas relações comerciais. Isto sobretudo destacado pelo aperfeiçoamento das estruturas fiscais, o que se demonstra através de uma análise pontual e histórica quanto aos modelos de arrecadação e integração econômica observados.

Pautado propriamente no ideário de Greenspan, que assim como os seus sucessores tratou da economia como um movimento específico e cíclico, diversos foram os momentos de crise em que a atuação ou a reestruturação das políticas fiscais implementadas foram elemento central no processo de recuperação, indicando o que bem foi destacado por Amartya Sen ao indicar que “o desenvolvimento de mercados livres, em geral [...] no entanto, esta questão não diz respeito exclusivamente à história, mas também ao presente, pois a liberdade tem uma importância crítica em muitas partes do mundo” (SEN, Amartya, 2010, p. 151), e é desta liberdade, de contratar, relacionar-se economicamente e reestruturar-se de forma a atender diretamente aos interesses de seus cidadãos é que se trata neste trabalho.

Conclui-se que por mais independente e liberal que as economias se apresentem, a base de dependência econômica vislumbrada e idealizada pelas nações, sobretudo por seus poderes políticos, verifica-se que, dentro das tão famosas “condições normais de mercado” quase tratadas como um mundo ideal e distante da realidade, a integração econômica possui papel principal. As trocas comerciais, iniciadas dentro do modelo de dominação colonial, hoje são indispensáveis como forma de subsistência, financiamento de políticas públicas desenvolvidas pelo mesmo poder político central.

Apresentar propostas específicas de superação de limites e barreiras, de permissão da integração econômica, é quase como repetir o entendimento comum e já consolidado tanto pela doutrina como pelas práticas internacionais. Cabe destacar aqui a estrutura de proteção das relações comerciais e de igualdade propostamente garantidas pela atuação da Organização Mundial do Comércio. Contudo, a realidade ainda se encontra distante das condições normais e mercado mencionadas. Ela passa, sem dúvida, por medidas protecionistas voltadas a defender a produção interna e não exclusivamente pautada no conceito geral e pontual das vantagens comparativas⁵¹, a concorrência tecnológica, a especialização e o valor agregado das mercadorias, fazem com que economias secundárias busquem proteger a sua indústria, da mesma forma como vemos economias então consideradas como desenvolvidas, na busca da proteção do seu mercado de trabalho e industrial

⁵¹ Qual seja, de especializar-se naquilo em que é economicamente mais eficiente tanto em qualidade quanto em preço para produzir e ofertar ao mercado.

através de reformas fiscais, tais como as atualmente implementadas pelo Governo Trump.

Desta forma, equalizar para desenvolver passa por um processo de especialização, equalização de preços e possibilidade específica de transferência de renda, já manifestados em acordos internacionais, vide o Sistema Global de Preferências Comerciais⁵² e que, ainda de forma inócua, não garantem a independência expressa ou a sujeição direta das economias em desenvolvimento às economias centrais, quais sejam, seus principais parceiros comerciais.

Não se ingora, nesta análise, o papel complexo e amplo desenvolvido pela política fiscal em suas três funções quando se trata de política interna, no sentido de garantir estabilidade, distribuição de renda e alocação de recursos (pela própria arrecadação), contudo, resumir seu papel aos impactos intra-fronteiras ignora seus reflexos na análise de política comercial e integração global.

Buscar afirmar aqui qual será o caminho das economias latino-americanas analisadas ante às propostas do Presidente Trump acaba por tratar de mero “achismo”, contudo, impossível não prever uma queda expressiva nas trocas comerciais com países de economia mais complexa e de produtos de maior valor agregado, haja vista a criação de barreiras para esta transferência de produção. Os demais países, ainda que exportadores de bases primárias, tendem a manter-se menos suscetíveis aos impactos das barreiras comerciais e beneficiarem-se do aumento de renda e, conseqüentemente, de consumo, permitido ante a aplicação de política cíclica pela nova reforma tributária norte americana. Detalhes estes que passam pelo transcurso do tempo e análise do movimento dos capitais internacionais no sentido de permitir ou delimitar as expectativas de crescimento e integração de longo prazo.

⁵² Onde os países desenvolvidos comprometem-se a incrementar as relações comerciais entre si.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty**. New York: Crown Business, 2012.

ADAMS, Charles. **For Good and Evil: The Impact of Taxes in the Course of Civilization**. Madison Books: Laham, 1999.

ALMEIRA, Paulo Roberto. A relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush. In: GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José Guilherme; URANII, André (Orgs.). **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p.203-228.

AVI-YONAH, Reuven. **Global Perspectives on Income Taxation Law**. Oxford: Oxford Scholarship, 2011.

BAKER, Dean. Alan Greenspan owes America an apology. **The Guardian**, Oct. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/28/alan-greenspan-housing-market-crisis>>. Acesso em: 05/01/2018

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2009.

BRANSON, Willian. **Macroeconomia: teoria e política**. Lisboa: Fundação Calouste Gubekian, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05/01/2018

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB n.º 1059, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre os procedimentos de controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=16026>>. Acesso em: 30/12/2017.

BROWNLEE, W. Elliot. **Federal Taxation in America**. New York: Cambridge University Press, 2016.

CHILE. Constitución Política de la República. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Chile.pdf>. Acesso em: 30/12/2017.

COLÔMBIA. Constitución de Colombia. Disponível em: <<http://www.jurisciencia.com/vademecum/constituicoes-estrangeiras/a-constituicao-da-colombia-constitucion-de-colombia/582/>>. Acesso em: 05/01/2018

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honório (Coords.). **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: MTE, 2003.

DA SILVA, Gerson Augusto. **Estudos de política fiscal**. Brasília: Esaf, 1983.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

FRITSCH, Winston. **Latin America in a Changing Global Environment**. Technical Paper n. 66. Washington: OECD, 1992.

GIAMBIAGI, Fabio. **Capitalismo**: modo de usar. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

GONÇALVES, Pedro; MARTINS, Licínio Lopes. Os serviços públicos econômicos e a concessão no estado regulador. In: MOREIRA, Vital (Org.). **Estudos de regulação pública**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. v.1. p.173-247.

GREENSPAN, Alan. **A era da turbulência**. São Paulo: Campus, 2007.

GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn. **Econometria básica**. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAYEK, Friederich von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HERMANN, Jennifer. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao "autismo fiscal" dos anos 1990-2000. **Revista da ANPEC**, área 04. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6535784.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

HERMANN, J. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao "autismo fiscal" dos anos 1990-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2006>. Acesso em: 07/01/2018

KEYNES, John Maynard. **Os economistas**: teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Civita, 1996.

KRUGMAN, Paul. **Economia internacional**. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2005.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de macroeconomia**. 3.ed. São Paulo: Thomson, 1998.

MCALLISTER, Breck P. The Estate and Gift Tax Amendments: Revenue Act of 1942. **California Law Review**, v.31, n.1, p.60-90, 1942. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/californialawreview/vol31/iss1/12>>. Acesso em: 08/01/2018.

MÉXICO. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/cn16.pdf>>. Acesso em: 05/01/2018

NETTL, John Peter. The State as a Conceptual Variable. **World Politics**, v.20, n.4, p.559-592, July 1968. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/the-state-as-a-conceptual-variable/B367A80AE747AB6FDB74643E161C27B5>>. Acesso em: 15/01/2018.

OBSTFELD, Maurice; ROGOFF, Kenneth. Exchange Rate Dynamics Redux. **Journal of Political Economy**, v.103, n.3, p.624-660, 1995.

PAES, José Eduardo Sabo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. Características do sistema tributário nos Estados Unidos da América: alguns tópicos relevantes. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário (RDIET)**, Brasília, v.10, n.2, p.52-78, jul./dez. 2015.

PEACOCK, Alan; SHAWN, G.K. **The Economic Theory of Fiscal Policy**. London: George Allen, 1976.

PIKETTY, Thomas. **Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Vinicius. Modelos de desenvolvimento na América Latina em uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.12, p.63-88, jun./dez. 1995.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SCHARPF, Fritz W. **Monetary Union, Fiscal Crisis and the Preemption of Democracy**. LEQS Paper n.36, May 2011. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1852316>>. Acesso em: 15/01/2018

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

TANZI, Vito. **Taxation in an Integrating World**. Washington: The Bookings Institute, 1994.

_____. **Policies, Institutions and the Dark Side of Economics**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2000.

_____. **Taxation and Latin American Integration**. Cambridge: Harvard Press, 2007.

VILLELA, Luiz; ROCA, Jerónimo; BARREIX, Alberto. **The Fiscal Impact of Trade Liberalization in Taxation and Latin American Integration**. Cambridge: Harvard Press, 2007.

WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek: as origens e a herança do maior duelo econômico da história**. São Paulo: Record, 2016.

WOLF, Martin. **As transições e os choques**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

APÊNDICE

TABELA A.1 - RELAÇÃO PIB - ARRECADAÇÃO

ANO	ARRECADAÇÃO t	BRASIL	CHILE	COLÔMBIA	MÉXICO
1960	93,00	15,16557	0	0	0
1961	94,00	15,23685	247,0279	282,4626	1046,923
1962	100,00	19,92629	242,5179	291,5196	1152,264
1963	107,00	23,02148	260,9903	378,1957	1298,461
1964	113,00	21,21189	278,3843	380,1919	1261,982
1965	117,00	21,79004	267,1223	369,6597	1186,598
1966	131,00	27,06272	252,252	335,4152	1171,188
1967	149,00	30,59183	218,5376	287,0182	1051,129
1968	153,00	33,87588	172,3895	233,8217	894,9487
1969	187,00	37,4589	179,6385	243,9824	1101,275
1970	193,00	42,3276	173,606	207,4165	1043,471
1971	187,00	49,20446	154,788	162,5901	965,2812
1972	207,00	58,53901	122,9648	146,5663	866,3458
1973	231,00	79,27906	99,21039	117,0749	770,2676
1974	263,00	105,136	75,64346	94,68458	713,2842
1975	279,00	123,7094	69,73681	97,93339	741,5595
1976	298,00	152,678	70,97992	98,20355	724,7036
1977	356,00	176,1713	77,86093	99,88658	683,648
1978	399,00	200,8009	75,17379	86,18616	579,4597
1979	463,00	224,9695	81,57743	98,44374	502,0103
1980	517,00	235,0246	84,95236	106,6595	480,5546
1981	599,00	263,5611	78,03957	97,16011	397,4041
1982	618,00	281,6823	73,44706	92,50728	343,7928
1983	601,00	203,3045	57,00843	81,7035	527,3188
1984	666,00	209,0239	49,29777	55,80254	503,9628
1985	734,00	222,9428	45,96433	49,27959	363,6093
1986	769,00	268,1372	37,83479	41,23955	314,4539
1987	854,00	294,0841	33,11389	40,2742	262,7098
1988	909,00	330,3974	29,88569	39,54008	222,977
1989	991,00	425,5953	26,04023	39,21255	183,1443
1990	1.030,00	461,9518	22,25541	36,37331	140,2637
1991	1.050,00	602,86	18,89105	34,94249	129,4402
1992	1.090,00	400,5993	17,70289	34,89441	184,4731
1993	1.150,00	437,7986	19,62253	38,25312	175,6322
1994	1.260,00	558,112	20,35596	38,72982	148,8669
1995	1.350,00	785,6435	25,32589	38,96804	173,7209
1996	1.450,00	850,4258	34,50988	36,38837	250,083
1997	1.580,00	883,1994	29,03671	33,40074	194,3568
1998	1.720,00	863,7234	21,8037	27,94041	134,5403
1999	1.850,00	599,3889	15,98993	23,26351	102,5175
2000	2.030,00	655,4212	13,96289	19,47096	81,82578
2001	1.990,00	559,3725	10,34193	15,3414	89,02392
2002	1.850,00	507,9627	7,622217	13,09863	88,00398
2003	1.720,00	558,3201	16,2104	12,37003	71,97654
2004	1.880,00	669,3162	16,83626	10,31576	55,2713
2005	2.150,00	891,63	11,85382	8,671359	45,17812
2006	2.400,00	1107,64	10,88411	7,820381	39,20088
2007	2.570,00	1397,084	9,12631	7,19836	35,54171
2008	2.520,00	1695,825	8,377093	6,405428	32,51575
2009	2.100,00	1667,02	7,167087	5,918455	29,36363
2010	2.160,00	2208,872	7,013196	5,727195	26,55638
2011	2.300,00	2616,202	7,072641	5,452763	24,33723
2012	2.450,00	2465,189	6,026594	5,790248	21,82971
2013	2.770,00	2472,807	5,982348	5,992169	20,07014
2014	3.020,00	2455,993	5,668188	4,838841	16,93634
2015	3.250,00	1803,653	5,416273	4,968604	15,22106
2016	3.270,00	1796,187	4,609727	4,552914	14,15395
2017	3.320,00	0	4,11	4,040948	13,05617

FONTE: ???.

TABELA A.2 - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

ANO	BRASIL (%)	CHILE (%)	COLÔMBIA (%)	MÉXICO (%)
1962	34	29	48	53
1963	34	28	43	51
1964	29	28	43	54
1965	25	22	38	49
1966	27	21	37	51
1967	26	16	36	53
1968	28	17	39	58
1969	22	11	32	57
1970	20	10	30	67
1971	22	7,10	29	66
1972	20	7,40	30	62
1973	15	7,10	34	62
1974	20	11	33	68
1975	15	8,20	32	66
1976	17	9,30	28	67
1977	18	11	26	69
1978	21	15	33	79
1979	19	10	28	75
1980	17	11	26	69
1981	18	14	23	61
1982	19	18	22	64
1983	21	27	27	68
1984	28	24	37	68
1985	28	23	41	71
1986	28	22	39	72
1987	28	22	47	69
1988	26	19	45	72
1989	23	19	49	74
1990	24	18	52	74
1991	20	17	44	73
1992	20	16	40	75
1993	20	17	42	78
1994	20	18	40	80
1995	19	14	36	78
1996	18	16	39	79
1997	19	19	41	82
1998	19	19	41	82
1999	23	21	51	83
2000	25	19	49	83
2001	24	21	44	83
2002	26	23	45	83
2003	23	19	45	82
2004	21	16	41	81
2005	20	18	38	79
2006	18	18	37	79
2007	15	14	32	76
2008	14	13	31	74
2009	12	12	34	75
2010	11	11	38	74
2011	10	11	35	76
2012	11	12	35	75
2013	10	13	30	76
2014	12	12	25	77
2015	13	13	28	82
2016	13	14	28	81

FONTE: ???.

TABELA A.3 - PIB CONSOLIDADO

ANO	BRASIL	CHILE	COLÔMBIA	MÉXICO	USA
1960	15,166	4,110	4,041	13,056	543,300
1961	15,237	4,610	4,553	14,154	563,300
1962	19,926	5,416	4,969	15,221	605,100
1963	23,021	5,668	4,839	16,936	638,600
1964	21,212	5,982	5,992	20,070	685,800
1965	21,790	6,027	5,790	21,830	743,700
1966	27,063	7,073	5,453	24,337	815,000
1967	30,592	7,013	5,727	26,556	861,700
1968	33,876	7,167	5,918	29,364	942,500
1969	37,459	8,377	6,405	32,516	1.019,900
1970	42,328	9,126	7,198	35,542	1.075,884
1971	49,204	10,884	7,820	39,201	1.167,770
1972	58,539	11,854	8,671	45,178	1.282,449
1973	79,279	16,836	10,316	55,271	1.428,549
1974	105,136	16,210	12,370	71,977	1.548,825
1975	123,709	7,622	13,099	88,004	1.688,923
1976	152,678	10,342	15,341	89,024	1.877,587
1977	176,171	13,963	19,471	81,826	2.085,951
1978	200,801	15,990	23,264	102,517	2.356,571
1979	224,969	21,804	27,940	134,540	2.632,143
1980	235,025	29,037	33,401	194,357	2.862,505
1981	263,561	34,510	36,388	250,083	3.210,956
1982	281,682	25,326	38,968	173,721	3.344,991
1983	203,305	20,356	38,730	148,867	3.638,137
1984	209,024	19,623	38,253	175,632	4.040,693
1985	222,943	17,703	34,894	184,473	4.346,734
1986	268,137	18,891	34,942	129,440	4.590,155
1987	294,084	22,255	36,373	140,264	4.870,217
1988	330,397	26,040	39,213	183,144	5.252,629
1989	425,595	29,886	39,540	222,977	5.657,693
1990	461,952	33,114	40,274	262,710	5.979,589
1991	602,860	37,835	41,240	314,454	6.174,043
1992	400,599	45,964	49,280	363,609	6.539,299
1993	437,799	49,298	55,803	503,963	6.878,718
1994	558,112	57,008	81,704	527,319	7.308,755
1995	785,643	73,447	92,507	343,793	7.664,060
1996	850,426	78,040	97,160	397,404	8.100,201
1997	883,199	84,952	106,660	480,555	8.608,515
1998	863,723	81,577	98,444	502,010	9.089,168
1999	599,389	75,174	86,186	579,460	9.660,624
2000	655,421	77,861	99,887	683,648	10.284,779
2001	559,373	70,980	98,204	724,704	10.621,824
2002	507,963	69,737	97,933	741,560	10.977,514
2003	558,320	75,643	94,685	713,284	11.510,670
2004	669,316	99,210	117,075	770,268	12.274,928
2005	891,630	122,965	146,566	866,346	13.093,726
2006	1.107,640	154,788	162,590	965,281	13.855,888
2007	1.397,084	173,606	207,416	1.043,471	14.477,635
2008	1.695,825	179,638	243,982	1.101,275	14.718,582
2009	1.667,020	172,389	233,822	894,949	14.418,739
2010	2.208,872	218,538	287,018	1.051,129	14.964,372
2011	2.616,202	252,252	335,415	1.171,188	15.517,926
2012	2.465,189	267,122	369,660	1.186,598	16.155,255
2013	2.472,807	278,384	380,192	1.261,982	16.691,517
2014	2.455,993	260,990	378,196	1.298,461	17.393,103
2015	1.803,653	242,518	291,520	1.152,264	18.120,714
2016	1.796,187	247,028	282,463	1.046,923	18.624,475

FONTE: ???.

TABELA A.4 - TAXA DE CRESCIMENTO

ANO	COUNTRY NAME/COUNTRY CODE (%)				
	Brasil (BRA)	Chile (CHL)	Colômbia (COL)	México (MEX)	Estados Unidos (USA)
1960	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1961	10,28	5,25	5,27	5,00	2,30
1962	5,22	4,03	5,47	4,66	6,10
1963	0,87	5,84	2,90	8,11	4,40
1964	3,49	2,56	6,60	11,91	5,80
1965	3,05	0,95	3,01	7,10	6,40
1966	4,15	11,24	5,32	6,10	6,50
1967	4,92	3,62	4,19	5,85	2,50
1968	11,43	3,59	6,43	9,42	4,80
1969	9,74	3,94	6,52	3,42	3,10
1970	8,77	1,83	6,96	6,50	3,21
1971	11,30	9,42	5,95	3,76	3,30
1972	12,05	-1,02	7,67	8,23	5,26
1973	13,98	-5,03	6,73	7,86	5,64
1974	9,04	2,38	5,74	5,78	-0,52
1975	5,21	-12,91	2,25	5,74	-0,20
1976	9,79	3,83	4,82	4,42	5,39
1977	4,61	10,44	4,15	3,39	4,61
1978	3,23	7,70	8,46	8,96	5,56
1979	6,77	8,42	5,38	9,70	3,18
1980	9,11	7,99	4,10	9,23	-0,24
1981	-4,39	6,53	2,26	8,77	2,59
1982	0,58	-11,01	0,95	-0,63	-1,91
1983	-3,41	-5,02	1,58	-4,20	4,63
1984	5,27	4,10	3,36	3,61	7,26
1985	7,95	4,01	3,09	2,59	4,24
1986	7,99	5,38	5,84	-3,75	3,51
1987	3,60	6,46	5,37	1,86	3,46
1988	-0,10	7,35	4,06	1,25	4,20
1989	3,28	9,92	3,42	4,20	3,68
1990	-3,10	3,33	6,04	5,07	1,92
1991	1,51	7,80	2,28	4,22	-0,07
1992	-0,47	11,17	5,03	3,63	3,56
1993	4,67	6,59	2,37	4,06	2,75
1994	5,33	5,03	5,84	4,73	4,04
1995	4,42	8,93	5,20	-5,76	2,72
1996	2,21	6,80	2,06	5,87	3,80
1997	3,40	7,43	3,43	6,96	4,49
1998	0,34	4,32	0,57	4,70	4,45
1999	0,47	-0,41	-4,20	2,67	4,69
2000	4,11	5,33	4,42	5,30	4,09
2001	1,39	3,30	1,68	-0,61	0,98
2002	3,05	3,11	2,50	0,13	1,79
2003	1,14	4,09	3,92	1,42	2,81
2004	5,76	7,21	5,33	4,30	3,79
2005	3,20	5,74	4,71	3,03	3,35
2006	3,96	6,32	6,70	4,94	2,67
2007	6,07	4,91	6,90	3,20	1,78
2008	5,09	3,53	3,55	1,40	-0,29
2009	-0,13	-1,56	1,65	-4,70	-2,78
2010	7,53	5,84	3,97	5,11	2,53
2011	3,97	6,11	6,59	4,04	1,60
2012	1,92	5,32	4,04	4,02	2,22
2013	3,00	4,05	4,87	1,36	1,68
2014	0,50	1,91	4,39	2,27	2,57
2015	-3,77	2,25	3,05	2,65	2,86
2016	-3,59	1,59	1,96	2,29	1,49

FONTE: ???.